

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUA NOVA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2019 EXTRATO DO  
CONTRATO REFERENTE À LICITAÇÃO NA MODALIDADE  
INEXIGIBILIDADE Nº 2019121015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2019 Extrato do Contrato referente à Licitação na modalidade Inexigibilidade nº 2019121015. Partes: o Câmara Municipal de Agua Nova e a empresa FRANCISCO AÇASSIO AIRES NUNES-ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO CONTABILISTA/CONTADOR, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total: R\$ 36400,000 ( Trinta e Seis Mil Quatrocentos Reais). Signatários: JOSÉ BOMFIM BARBOSA e FRANCISCO AÇASSIO AIRES NUNES.

**Publicado por:**  
CLARA JEANE ALVES RÉGO  
**Código Identificador:** 6BF6985B

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1011/2019 EXTRATO DO  
CONTRATO REFERENTE À LICITAÇÃO NA MODALIDADE  
INEXIGIBILIDADE Nº 2019121016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1011/2019 Extrato do Contrato referente à Licitação na modalidade Inexigibilidade nº 2019121016. Partes: o Câmara Municipal de Agua Nova e a empresa IRANILDO LUIS PEREIRA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA JURÍDICO - ADMINISTRATIVO, CONFECCIONANDO PARECERES, DEFESAS E PROPOSITURA DE AÇÕES NA ÁREA JURÍDICA. DESINCUMBINDO-SE COM ZELO E ATIVIDADE DO SEU CARGO, EM QUALQUER JUÍZO, INSTÂNCIA OU TRIBUNAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PODER LEGISLATIVO., conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total: R\$ 36400,000 ( Trinta e Seis Mil Quatrocentos Reais). Signatários: JOSÉ BOMFIM BARBOSA e IRANILDO LUIS PEREIRA.

**Publicado por:**  
CLARA JEANE ALVES RÉGO  
**Código Identificador:** 5A465DC8

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1019/2019 EXTRATO DO  
CONTRATO REFERENTE À LICITAÇÃO NA MODALIDADE  
INEXIGIBILIDADE Nº 2019121017**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1019/2019 Extrato do Contrato referente à Licitação na modalidade Inexigibilidade nº 2019121017. Partes: o Câmara Municipal de Agua Nova e a empresa REGINALDO CANDIDO COSTA SILVA. Objeto: Serviços de assessoria técnica e Gerencia Administrativa, nas áreas de Finanças, Recursos Humanos, bem como todo gerenciamento para o bom funcionamento dos trabalhos administrativo do Poder Legislativo, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total: R\$ 23400,000 ( Vinte e Três Mil Quatrocentos Reais). Signatários: JOSÉ BOMFIM BARBOSA e REGINALDO CANDIDO COSTA SILVA.

**Publicado por:**  
CLARA JEANE ALVES RÉGO  
**Código Identificador:** 7594EA1F

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES**

**PRESIDÊNCIA  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 01/2019 -  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, DESTINADO A MANUTENÇÃO DO(S) VEÍCULO(S) LOCADO A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES/RN.

**RESULTADO DA LICITAÇÃO (ADJUDICAÇÃO)**

A Pregoeira da Câmara/RN, CNPJ nº 08.470.825/0001-81 TORNA PÚBLICO que a Licitação em referência, teve como vencedora a empresa: POSTO FREI DAMIÃO LTDA, CNPJ: 08.547.432/0008-03, vencedora do item: 01 Gasolina Comum, com o preço unitário correspondente a: R\$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos), totalizando o valor global estimado em R\$ 98.340,00 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta reais). ADJUDICADO em 28/01/2019. Roberta Lucia da Silva Caetano. Pregoeira da Câmara Municipal.

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 410A03F7

**PRESIDÊNCIA  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO 01/2019 -  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

Chegam-me os autos do processo administrativo relativo à Contratação de empresa para fornecimento de combustível, destinado a manutenção do(s) veículo(s) locado a câmara municipal de Alto do Rodrigues/RN. Da incursão procedida nos autos, observei que foi rigorosamente cumprido o rito legal

estabelecido nas Leis nº. 10.520/02 e 8.666/93 em casa externa do processo, respeitando-se o direito de impugnação e de recurso, conforme o caso. Após examinar todos os procedimentos administrativos contidos nos autos pertinentes ao certame licitatório em epígrafe, HOMOLOGO a proclamação de vencedora a empresa: POSTO FREI DAMIÃO LTDA, CNPJ: 08.547.432/0008-03, vencedora do item: 01 Gasolina Comum, com o preço unitário correspondente a: R\$ 4,47 (quatro reais e quarenta e sete centavos), totalizando o valor global estimado em R\$ 98.340,00 (noventa e oito mil, trezentos e quarenta reais). Resguardada a "supremacia do interesse público", reserva-se a Administração a deliberação da contratação, observada às exigências legais e editalícias e sua conveniência. Alto do Rodrigues/RN, 28/01/2019. Nixon da Silva Baracho/ CPF nº. 721.192.414-49. Presidente da Câmara.

**Publicado por:**  
TALITA FERNANDES DE SOUSA  
**Código Identificador:** 5B93B3F6

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019**

A Pregoeira da Câmara Municipal de Angicos/RN, torna Público a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2019, tendo por OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículo tipo popular, 0 KM, capacidade para 05 (cinco) pessoas, motor mínimo 1.4, combustível flex (gasolina e etanol), com combustível até 4.000 (quatro mil) KM por conta da contratada, 04 (quatro) portas, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, Air Bag e ABS, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Angicos/RN, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, que compõe o presente como se transcrito estivesse. A abertura será no dia 08/02/2019, às 09h:00min, na sala de licitações da CMA. O Edital contendo maiores informações encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitação na Câmara Municipal de Angicos/RN.

Angicos/RN, 28 de Janeiro de 2019.

Fernanda Rizia Fernandes Rocha

Pregoeira

**Publicado por:**  
MARIA ROSILENE RICARDO DA SILVA  
**Código Identificador:** 607BDC8F

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE APODI**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 004/2019**

Com fundamento no parecer jurídico e demais informações constantes do processo nº 005/2019 CMA, fica INELEGÍVEL a licitação, nos termos do Art.25.É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial; Inciso I para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes, da Lei Federal nº 8.666/93:

PROCESSO Nº 005/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE APODI; CNPJ: 08.545.949/0001-89

CONTRATADOS: APODI CARTÓRIO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS CNPJ: 08.545.949/0001-09.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CARTORÁRIO PARA ATENDER A DEMANDA DIÁRIA DESTA EDILIDADE

VALOR TOTAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Gestora: 01 – Câmara Municipal de Apodi;

Órgão Orçamentário: 1000 – Poder Legislativo;

Unidade Orçamentária: 1001 – Câmara Municipal de Apodi;

Função: 01 – Legislativa;

Subfunção: 31 – Ação Legislativa;

Programa: 01 – Atividades do Poder Legislativo;

Ação: 2.1 – Manutenção das Atividades do Poder Legislativo;

Elemento de Despesa: 07 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Apodi/RN, 21 de Janeiro de 2019.

Antonio Marco De Freitas Oliveira

Portaria: 005/2019

Chefeia de Gabinete

**Publicado por:**  
JOSÉ CARLOS MOTA TORRES  
**Código Identificador:** 54436DE2

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 004/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
005/2019**

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso I do Art 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa: APODI CARTÓRIO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS, inscrita no CNPJ: 08.545.949/0001-09, valor global de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente ao SERVIÇO pleiteado pelo Gabinete Civil da Câmara Municipal de Apodi/RN, destinado a execução CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CARTORÁRIO PARA ATENDER A DEMANDA DIÁRIA DESTA EDILIDADE

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação do Ilmo. Senhora Antonio Marco De Freitas Oliveira Chefe de Gabinete da Câmara de Apodi/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Apodi/RN, 21 de janeiro de 2019

FRANCISCO DE FRANÇA PINHEIRO

Presidente da Câmara Municipal de Apodi/RN

**Publicado por:**  
JOSÉ CARLOS MOTA TORRES  
**Código Identificador:** 65BA493C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019 -  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA Nº 23010001/2019**

A Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, por meio da Câmara Municipal de Baraúna, consoante autorização do Sr. MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA, Presidente da Câmara Municipal, vem declarar a Dispensa de Licitação nº 003/2019 para contratação de Pessoa Jurídica, visando à aquisição de material de consumo (Material de Expediente) em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Baraúna/RN.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades da Câmara Municipal, no tocante à aquisição de material de consumo (Material de Expediente), com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os valores contratados estão compatíveis com os valores de mercado, conforme pesquisas de preços acostadas ao processo. Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a Pessoa Jurídica: 2G EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 19.802.247/0001-50, no valor global de 16.750,54 (Dezesseis mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos).

Baraúna/RN, 28 de janeiro de 2019.

LENICLÉIA PEREIRA DE CARVALHO

Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos

**Publicado por:**  
MAGALI PEREIRA DE AQUINO  
**Código Identificador:** 4E714B79

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
003/2019**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas

atualizações posteriores e em consonância com Declaração de Dispensa emitida pela Sra. LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos para a contratação da Pessoa Jurídica: 2G EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 19.802.247/0001-50, no valor global de R\$ 16.750,54 (Dezesseis mil setecentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos), referente à aquisição de material de consumo (Material de Expediente) em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Baraúna/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Srª. LENICLEIA PEREIRA DE CARVALHO Diretora Administrativa e Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 28 de janeiro de 2019.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
MAGALI PEREIRA DE AQUINO  
**Código Identificador:** 3F5F9961

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL  
CONCURSO PÚBLICO 01/2018**

VICTOR NEVES WANDERLEY, Presidente da Câmara Municipal de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 001 de Abertura do Concurso Público Único para Prefeituras e Câmaras Municipais do Trairi/Agreste Potiguar, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, Edição de 27 de agosto de 2018, para provimento dos cargos de Contador e Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Campo Redondo/RN, resolve e faz saber, a todos quanto o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA expressamente o resultado final do concurso, realizado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN – FUNCERN, conforme relação em anexo. O prazo de validade do Concurso é de dois anos, a contar da publicação deste Edital de Homologação. Campo Redondo/RN, 25 de janeiro de 2019. VICTOR NEVES WANDERLEY Presidente da Câmara Municipal de Campo Redondo/RN

**Publicado por:**  
FRANCISCA FRANCINEIDE DEDÉ DE LIMA  
**Código Identificador:** 5347919C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA**

A presidente da Câmara Municipal de Canguaretama no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento interno e a Lei Orgânica do Município, RESOLVE, convocar todos os vereadores para sessão extraordinária no dia 31 de Janeiro 2019 (Quinta Feira) para apreciação do veto ao Projeto de Lei nº 105/2018. A sessão ocorrerá na sede da Câmara Municipal de Canguaretama às 09:00 da manhã.

Canguaretama/RN, 28 de janeiro de 2019

WILINHENE CRISTINA DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
CLENILSON DA SILVA COSTA  
**Código Identificador:** 70E36ED1

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMARA MUNICIPAL DE CARNAUBA DOS DANTAS**

**TESOURARIA  
EXTRATO DE FILIAÇÃO**

A Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, em cumprimento ao TERMO DE FILIAÇÃO procedido pela Sra. MARLI DE MEDEIROS DANTAS, PRESIDENTE DA CÂMARA, faz publicar o extrato resumido do Aditivo ao Termo de Filiação a seguir:

OBJETO: Filiação à Federação das Câmaras dos Municípios.

FILIAÇÃO: Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (FECAM/RN).

FILIADO: Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas, CNPJ: 12.981.767.0001.28.

VALOR ESTIMADO: R\$ 390,00 por mês (Trezentos e noventa reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º do Estatuto Social da Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte (FECAM/RN).

Sra. Marli de Medeiros Dantas

Presidente da Câmara.

Sr. Paulo Eduardo da Costa Freire

Presidente da FECAM/RN.

Carnaúba dos Dantas/RN, 28 de Janeiro de 2019.

**Publicado por:**  
DANYELA KARLA DANTAS ESPINOLA  
**Código Identificador:** 4A485AD1

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL**

**GABINETE DO PRESIDENTE  
PORTARIA Nº 10/2019**

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Coronel Ezequiel, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, constitucionais e de conformidade.

**Resolve:**

1 – Conceder ao Srº JADSON PONTES DA SILVA, portador do CPF sob o nº 060.337.314-33 ocupante do cargo de Presidente, 1/2ª (meia) diária, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para custear despesas, DURANTE SEU DESLOCAMENTO A CIDADE DE NATAL/RN, NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2019, COM O OBJETIVO DE IDA A FECAM – FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DO RN – ITEP – INSTITUTO TÉCNICO CIENTIFICO DE PERICIA, E NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RN, PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL/RN.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em, Coronel Ezequiel/RN, 28 de janeiro de 2019

Publique-se;

Pague-se.

— Jadsom Pontes da Silva

Presidente

**Publicado por:**  
JOSÉ IRANILDO MACEDO DA ROCHA  
**Código Identificador:** 75A6F57F

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL Nº 1/2018 – TP\***

A Câmara Municipal de Coronel João Pessoa/RN, através da Comissão especial de Licitação, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação na modalidade: TOMADA DE PREÇO, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário. OBJETO: contratação de empresa para execução dos serviços de contabilidade pública, orientação referente aplicações de recursos e cumprimento das obrigações junto ao TCE/RN, conforme termo de referência. BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Recebimento e abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços: às 09h00min do dia 14 de fevereiro de 2019. O Edital estará à disposição de forma gratuita na Câmara Municipal de Coronel João Pessoa, das 07h às 12h, na Rua Alcides Viana, sn, Centro, Coronel João Pessoa/RN ou através do site

www.coroneljoापessoa.rn.gov.br. Miores informações pelo

Telefone (84) 3357 0119.

Coronel João Pessoa/RN, 28 de janeiro de 2019.

Francisco Roberto Amorim de Carvalho

Presidente da Câmara Municipal

\*Republicado por incorreção de erro material.

**Publicado por:**  
TAMIRIS MABEL SOUSA CARVALHO  
**Código Identificador:** 444FCDA9

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE EQUADOR**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
ORDEN DE EXECUÇÃO 0007/2019**

Favorecido (a): MACIO FREIRE FERNANDES

End.: Rua Francisco Sabino de Oliveira - 222, Centro – Equador RN

CNPJ/CPF: 061.828.124-00

OBJETO: Contratação dos serviços de locomoção do Presidente e demais servidores da Câmara Municipal por meio de táxi no valor.

VALOR ESTIMADO:

R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 02 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

BASE LEGAL:

\*Art. 62 - O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços, (...) e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. (...) - Lei nº 8.666/93. Dispensado licitação com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93.

Obs: Qualquer dúvida sobre esta ordem, favor entrar em contato com o telefone: ( 0xx) 84. 3475-0002.

Equador/RN, 02 de janeiro de 2019

Mariano Noberto da Silva

Presidente

**Publicado por:**  
MARIANO NOBERTO DA SILVA  
**Código Identificador:** 687B7431

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ**

**PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO  
EXTRATO DE DISPENSA Nº 01250001.19**

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Extremoz, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. FABIO VICENTE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo da dispensa de licitação a seguir:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE PC E NOTEBOOK.

Contratado: AUTESP AUTOMAÇÃO, TECNOLOGIA E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II, Párag. Único, da Lei 8.666/93 e suas alterações legal.

Declaração de dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. FABIO VICENTE DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal.

Extremoz/RN, 28 de janeiro de 2019.

**Publicado por:**  
EDUARDO PORPINO DE LIMA  
**Código Identificador:** 62DF0145

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019**

Nº Processo: 28010001/19

Objeto: Contratação de microempresas, empresas de pequeno porte na aquisição e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no veículo (único) da câmara municipal de Felipe Guerra, com fornecimento de mão de obra, de peças genuínas da marca do veículo ou originais de fábrica, pneus, filtros e óleo semi-sintético para motor, de acordo com os quantitativos necessários e especificações constantes no Anexo I (Relação de Compras), para o exercício de 2019.

Total de Itens Licitados: 012.  
Fundamento Legal: Artigo 24, II, da Lei 8.666/93.  
Justificativa: Fornecedor (a) (e) (s) E C FERREIRA - CNPJ: 11.601.271/0001-19. Declaração de Dispensa em 28/01/2019. Antonia Caroline Souza e Silva – Chefe de Gabinete. Ratificação em 28/01/2019. Ronaldo Luciano da Costa - Presidente da Câmara Municipal.

Contratada (o): E C FERREIRA - CNPJ: 11.601.271/0001-19. Dotação Orçamentária para o Exercício de 2019: PROGRAMA: 01 031 0001 2.001 Manut. Das Atividades da Câmara; ELEMENTO DE DESPESA: 00.33.90.3 – Material de consumo. Valor: R\$: 2.465,00(Dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais). ELEMENTO DE DESPESA: 00.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Valor: R\$: 270,00(Duzentos e setenta reais). Valor Total: R\$ 2.735,00 (dois mil setecentos e trinta e cinco reais). Vigência: 31/12/2019.

Felipe Guerra/RN, 28 de janeiro de 2019,

Ronaldo Luciano da Costa  
Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
YURE DA SILVA MORAIS  
**Código Identificador:** 40325305

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019**

Nº Processo: 24010002/19.  
Objeto: Contratação de empresa especializada na emissão de assinatura anual de certificado digital do tipo e-CPF e e-CNPJ

A-3, para movimentação de conta bancária para o biênio 2019/2020, do poder legislativo do município de Felipe Guerra, através da Câmara Municipal, conforme os quantitativos em planilha em anexo para o exercício de 2019.

Total de Itens Licitados: 002.

Fundamento Legal: Artigo 24, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Justificativa: Fornecedor(a)(e)(s) CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A – CNPJ: 01.554.285/0001-75. Declaração de Dispensa em 24/01/2019. Antônia Caroline Souza e Silva – Presidente da CPL. Ratificação em 25/01/2019. Ronaldo Luciano da Costa - Presidente da Câmara Municipal.

Contratada(o): CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A – CNPJ: 01.554.285/0001-75.

Valor global: R\$ 786,00 (setecentos e oitenta e seis reais). Dotação Orçamentária para o Exercício de 2019: PROGRAMA: 01 031 0001 2.001 Manut. Das Atividades da Câmara; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terç; Pessoa Jurídica; FONTE: 10010000; VIGÊNCIA: 25.01.2019 a 20.02.2019;

Felipe Guerra/RN, 25 de janeiro de 2019,

Ronaldo Luciano da Costa  
Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
YURE DA SILVA MORAIS  
**Código Identificador:** 4591B4C3

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA**

**PRESIDENCIA**  
**RESOLUÇÃO NO 08 / 97**

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fernando Pedroza.

Eu, José Renato da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

**REGIMENTO INTERNO**

**TÍTULO I**

**DA CÂMARA MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I**

**COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES DA CÂMARA**

Art. 10 - O Governo do Município, em sua função deliberativa, é exercido pela Câmara Municipal, composta de 9 (nove) Vereadores, eleitos na forma da lei, para um período de 4 (quatro) anos.

§ 10 - A Câmara Municipal, têm funções Legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo e de assessoramento, desempenhando ainda atribuições que lhes são próprias, pertinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

§ 20 - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

**CAPÍTULO II**

**DA SEDE DA CÂMARA**

Art. 20 - A Câmara Municipal tem sua sede e recinto normal dos seus trabalhos à Rua Fabrício Pedroza, nº 194, Centro, nesta cidade.

§ 10 - São nulas as reuniões da Câmara realizadas fora de sua sede, exceto nos casos previstos nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 20 - Nos casos de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite o funcionamento da Câmara em sua sede, esta poderá ser transferida, provisoriamente, para outro local, por proposta aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 30 - Por motivo de conveniência pública e deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros, pode a Câmara Municipal reunir-se, temporariamente, em qualquer bairro, vila ou distrito, clube ou centro comunitário do Município, em dias úteis ou não, levando-se em conta as peculiaridades locais.

§ 40 - Na sede da Câmara só haverá atividade específica de suas funções institucionais, permitindo, excepcionalmente, a juízo do Presidente, ato cívico, partidário, educacional, ou outro de manifesto interesse público - mediante termo de responsabilidade do interessado, apresentado previamente.

**CAPÍTULO III**

**DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA**

**SEÇÃO ÚNICA**

**DA POSSE**

Art. 30 - A instalação da legislatura e a posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, far-se-ão no dia 10 de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, em sessão solene independente de número, sobre a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes (L.O.M. , art. 23, § 10).

§ 10 - Na sessão de Posse, o eleito:

a) apresentará o diploma expedido pela justiça eleitoral; b) desincompatibilizar-se-á, se for o caso; c) apresentará declaração pública de bens, que será transcrita em livro próprio e resumida em ata;

§ 20 - Verificada a autenticidade dos documentos, o Vereador mais idoso convida um dos Vereadores presentes para atuar como secretário, até a constituição da Mesa, e prosseguirá com a prestação do compromisso, nestes termos:

“PROMETO EXERCER COM DIGNIDADE E LEALDADE A FUNÇÃO DO MEU CARGO, MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM - ESTAR GERAL DOS MUNICÍPIOS E DESEMPENHAR O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLÍTICA SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE”.

§ 30 - Prestado o compromisso pelos Vereadores, o secretário designado fará a chamada nominal de cada Vereador que declarará: “ASSIM O PROMETO”.

§ 40 - A assinatura dos Vereadores aposta na ata ou termo de posse completa o compromisso.

§ 50 - Da reunião da instalação lavrar-se-á ata em livro próprio, enviando-se cópia autenticada à Secretaria de Justiça do Estado, a Comarca Eleitoral e ao Tribunal de Contas do Estado .

§ 60 - O Vereador que não tomar posse na reunião de instalação da Câmara, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, prestando compromisso perante o Presidente e lavrando-se termo em livro próprio.

§ 70 - A Câmara Municipal dará posse ao Prefeito e Vice-Prefeito em reunião subsequente a de sua instalação.

§ 80 - No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o compromisso constante do § 20 deste artigo.

§ 90 - O Prefeito e o Vice-Prefeito apresentarão à Mesa da Câmara os respectivos diplomas conferidos pela Justiça Eleitoral e declarações de bens.

§ 10 - Se até o dia 10 de janeiro o Prefeito ou Vice-Prefeito não tiver assumido o cargo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, esta declarará vago o cargo, através de ato assinado pela sua Mesa Diretora.

§ 11 - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito ou do Vice-Prefeito, assumirá o cargo o Presidente da Câmara Municipal, o mesmo ocorrendo em casos de impedimento ou vacância dos respectivos cargos.

§ 12 - A recusa do Presidente, em assumir o cargo de Prefeito, implicará em perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.

§ 13 - Na sessão prevista neste artigo poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, um representante de cada bancada, o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara e quaisquer autoridade que estiverem compondo a Mesa.

**TÍTULO II**

**DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA**

**CAPÍTULO I**

**DA MESA DA CÂMARA**

**SEÇÃO I**

**DA COMPOSIÇÃO DA MESA**

Art. 40 - A Mesa compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente e dos 10 e 20 Secretários.

Parágrafo Único - O Presidente convidará qualquer Vereador para fazer as vezes do Secretário, na falta eventual dos titulares.

**SEÇÃO II**

**DA ELEIÇÃO E DAS VAGAS DA MESA**

Art. 50 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão, em sessão especial, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Único - Não havendo o número legal, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 60 - A eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, realizar-se-á nos termos do art. 23, § 60, da L.O.M .

Parágrafo Único - O mandato da Mesa diretora é de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução para os mesmos cargos na eleição imediatamente subsequente (L. O. M. Art. 24).

Art. 70 - Não se realizando por qualquer motivo a sessão prevista no artigo anterior, a Presidência convocará sessões extraordinárias diárias, até que seja eleita a Mesa.

Art. 80 - A eleição da Mesa far-se-á por maioria simples, cargo a cargo, por escrutínio secreto.

§ 10 - Em caso de empate, proceder-se-á o segundo escrutínio e, se o empate persistir, considerar-se-á eleito o Vereador mais votado na eleição para a legislatura.

§ 20 - No caso de desempate, a que se refere o parágrafo anterior, havendo 02 (dois) ou mais Vereadores com a mesma quantidade de votos, considerar-se-á eleito o Vereador mais

votado na eleição para a legislatura.

§ 30 - A votação secreta será realizada através de cédula impressa por qualquer processo, com a indicação do nome dos Vereadores e do cargo a ser preenchido.

Art. 90 - O processo de eleição da Mesa inicia-se com o registro da chapa ou das chapas, em livro próprio, na Secretaria da Câmara, até 01 (uma) hora antes do início da respectiva sessão.

§ 10 - Das chapas ou chapa constam os nomes e os cargos dos candidatos para os quais são indicados e seu registro obedece a ordem numérica de apresentação e pedido respectivo. § 20 - O pedido de registro da chapa é feito por escrito, a requerimento de qualquer Vereador integrante da mesma.

§ 30 - Em caso de consenso, o registro da chapa única pode ser celebrado até minutos antes da eleição.

§ 40 - Registrada mais de uma chapa, se posteriormente ocorrer acordo para uma chapa única, aquelas são canceladas e a de consenso registradas nos termos dos §§ 20 e 30 deste artigo.

§ 50 - É vedada a renúncia de candidato, se concorreu ao 10 escrutínio, antes da realização do 20 , ser for o caso.

§ 60 - O Vereador candidato em uma chapa não pode integrar outra.

Art. 10 - As funções dos membros da Mesa cessarão:

I - pela morte; II - pelo término do mandato; III - pela renúncia, apresentada por escrito; IV - pela destituição do cargo; V - pela perda do mandato.

§ 10 - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissão ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para completar o mandato.

§ 20 - O processo de destituição somente será iniciado mediante representação subscrita obrigatoriamente por Vereador, e nele será assegurado o direito de defesa, observado o disposto neste Regimento (arts. 13/17).

Art. 11 - Vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição para o seu preenchimento, na primeira sessão seguinte à verificação da vaga, no expediente após a apreciação da ata.

Parágrafo Único - Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á nova eleição na sessão imediata, sobre a Presidência do Vereador mais idoso entre os presentes.

**SESSÃO III**

**DA DESTITUIÇÃO DA MESA**

Art. 12 - O processo de destituição terá início por denúncia, subscrita necessariamente por, pelo menos, um dos Vereadores, dirigida ao Plenário e lida pelo seu autor em qualquer fase da sessão, independentemente de prévia inscrição ou autorização da Presidência.

§ 10 - Da denúncia constarão: I - nome do membro ou dos membros da Mesa denunciados; II - a descrição circunstanciada das irregularidades cometidas; III - as provas que se pretenda produzir.

§ 20 - Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao plenário pelo Presidente, salvo se este for envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição competirão a seus substitutos legais e, se estes também forem envolvidos, ao Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 30 - O membro da Mesa, envolvido nas acusações, não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

§ 40 - Se o acusado for Presidente, será substituído na forma do § 20 .

§ 50 - Quando um dos Secretários assumir a Presidência na forma do § 20, ou for o acusado, será substituído por qualquer Vereador convidado pelo Presidente em exercício.

§ 60 - O denunciante e o denunciado ou denunciados são impedidos de delirar sobre o recebimento da denúncia, não sendo necessária a convocação de suplente para esse ato.

§ 70 - Considerar-se-á recebida a denúncia, se for aprovada pela maioria dos Vereadores presentes.

Art. 13 - Recebida a denúncia, serão sorteados 03 (três) Vereadores desimpedidos para compor a Comissão Processante.

§ 10 - Da Comissão não poderão fazer parte o denunciante ou denunciados, e na hipótese de haver apenas 03 (três) Vereadores desimpedidos, os que se encontram nessa situação comporão a Comissão Processante, preenchendo-se, quando for, o caso, as demais vagas através de sorteio entre os Vereadores que inicialmente encontravam-se impedidos.

§ 20 - Constituída a Comissão Processante, seus membros elegerão um deles para Presidente que nomeará entre seus pares um Relator e marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes.

§ 30 - O denunciado ou denunciados serão notificados dentro de 03 (três) dias, a contar da primeira reunião da Comissão, para apresentação, por escrito, de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 40 - Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo, no prazo de 20





público;

IV- proposições que fixem a remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito do Vice-Prefeito e dos Vereadores e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara;

V - as matérias que direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;

VI- plano plurianual;

VII- diretrizes orçamentárias;

VIII- proposta orçamentária;

IX- planos e programas setoriais;

X - exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

XI- prestação de contas do Prefeito e da Mesa e o parecer do Tribunal de Contas;

XII- projetos de créditos adicionais;

XIII- balancetes e balanços da Prefeitura e da Mesa da Câmara;

XIV- operações de créditos;

XV- realização de Obras;

XVI- execução de serviços pela administração direta ou indireta;

XVII- execução de serviços pelas concessionárias de serviços públicos e;

XVIII - as atividades administrativas ou privadas sujeitas a deliberação da

Câmara.

Parágrafo Único - Compete ainda à esta Comissão manifestar-se sobre as proposições relativas ao Plano Diretor ao Código Municipal de Obras, ao Código de Posturas Municipais, ao Código de Defesa do Consumidor e à assuntos correlatos

Art. 45 - Compete à Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência social e outras atividades manifestar-se sobre todos os processos pertinentes à educação, ensino, artes, cultura, patrimônio histórico, esporte, recreação, turismo, higiene, saúde pública, saneamento básico promoção humana e obras assistenciais.

### SUBSEÇÃO III

#### DIREÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 46 - Os Presidentes das Comissões serão eleitos pela maioria absoluta de seus membros, no dia em que se organizarem.

§ 10 - A eleição do Presidente da Comissão será imediatamente comunicada por escrito à Mesa.

§ 20 - Não havendo a comunicação da eleição do Presidente da Comissão, o Presidente da Câmara convocará reunião da Comissão, no prazo de 03 (três) dias, para se proceder a eleição, mediante escrutínio secreto.

§ 30 - Ao Presidente da Comissão compete presidir os trabalhos desta, zelando pelo cumprimento do disposto neste Regimento.

### SUBSEÇÃO IV

#### DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

Art. 47 - As Comissões reunir-se-ão quando necessário a critério de seu Presidente mediante convocação deste.

Parágrafo Único - A reunião será pública salvo deliberação em contrário dos membros da Comissão.

Art. 48 - A Comissão deliberará, por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 49 - Em caso de licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões, assumirá o cargo o seu substituto, nos termos deste Regimento.

Parágrafo Único - Se a licença ou impedimento somente se referir à participação na Comissão, o líder da bancada a que pertencer o membro impedido ou licenciado, indicará o substituto respeitado o disposto neste Regimento.

### SUBSEÇÃO V

#### DOS PARECERES DAS COMISSÕES

Art. 50 - O parecer é o pronunciamento da Comissão, de caráter opinativo, sobre qualquer matéria sujeita ao seu exame.

§ 10 - O parecer será escrito em termos explícitos e constará de 03 (três) pontos:

I - exposição da matéria em exame;

II - conclusões do relator com sua opinião caracterizando plenamente a conveniência da aprovação ou da rejeição total ou parcial da matéria e, quando for o caso, oferecendo substitutivos ou emendas;

III - decisão da Comissão, com assinatura dos membros que votaram a favor ou contra.

§ 20 - Poderá ser oral o parecer sobre requerimentos ou emendas à redação final.

§ 30 - É vedado parecer oral sobre proposta de emenda à lei orgânica.

§ 40 - Incluído o projeto na ordem do dia sem parecer, o Presidente da Câmara designar-lhe um relator que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, emitirá parecer no plenário sobre o projeto e emenda, se houver, cabendo-lhe, se for o caso, apresentar emenda e subemenda.

Art. 51 - Para efeito de contagem dos votos emitidos, serão assim considerados:

I - FAVORÁVEIS - Os que tragam a simples oposição da assinatura ou que tragam ao lado da assinatura do votante a indicação "com restrições" ou "pelas conclusões";

II - CONTRÁRIOS - Os que tragam ao lado da assinatura do votante a indicação "contrário".

Art. 52 - Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado, devidamente fundamentado, que se acolhido pela maioria da comissão, passará a constituir o seu parecer.

Art. 53 - O voto do relator não acolhido pela maioria da Comissão se constituirá voto vencido.

Art. 54 - O parecer da Comissão versa exclusivamente sobre o mérito das matérias submetidas a seu exame, nos termos de sua competência, salvo o da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que limitar-se a preliminar de inconstitucionalidade.

### SUBSEÇÃO VI

#### DAS VAGAS DAS COMISSÕES

Art. 55 - As vagas nas Comissões permanentes verificar-se-ão:

I - com a renúncia;

II - com a destituição;

III - com a perda do mandato de Vereador.

§ 10 - A renúncia de qualquer membro da Comissão será ato acabado em definitivo desde que manifestada, por escrito, à Presidência da Câmara.

§ 20 - Os membros serão destituídos automaticamente caso não compareçam, sem prévia justificativa aceita pela Comissão, à 03 (três) reuniões consecutivas ou à 05 (cinco) alternadas em cada sessão legislativa.

§ 30 - A destituição se dará por simples representação de qualquer Vereador dirigida ao Presidente da Câmara, após comprovada a ocorrência, que declarará vago o cargo.

§ 40 - A vaga na Comissão será preenchida por nomeação do Presidente da Câmara, mediante indicação do líder do partido a que pertencer o substituído.

§ 50 - O Vereador que perder seu lugar na Comissão não poderá participar de qualquer outra Comissão permanente no mesmo biênio.

### SEÇÃO III

#### DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

##### SUBSEÇÃO I

#### DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 56 - As Comissões Especiais serão aquelas que se destinam à elaboração e à apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§ 10 - As Comissões Especiais serão constituídas mediante requerimento que deverá indicar, necessariamente:

I - a finalidade;

II - o número de membros;

III - o prazo de funcionamento, não superior à 120 (cento e vinte) dias.

§ 20 - A nomeação dos membros da Comissão obedecerá o mesmo critério de composição das Comissões Permanentes.

§ 30 - O primeiro ou o único signatário do requerimento a que propôs, obrigatoriamente fará parte da Comissão.

§ 40 - Considerar-se Presidente desta Comissão o Vereador nomeado pela presidência em primeiro lugar.

§ 50 - Não se criará comissão Especial enquanto 2 (duas) outras funcionarem simultaneamente.

§ 60 - Concluído o trabalho, a Comissão elaborará parecer sobre a matéria que será lida em Plenário, na primeira sessão ordinária subsequente.

Art. 57 - Para concluir seu trabalho e apresentar parecer, a Comissão terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da nomeação dos respectivos membros, prorrogável à requerimento da Comissão tantas vezes quantas forem necessárias.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo, a Comissão ficará automaticamente dissolvida, arquivando-se o processo.

##### SUBSEÇÃO II

#### DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 58 - As Comissões de Representação, destinadas à representar a Câmara em atos internos ou externos, obedecerão as disposições previstas na subseção anterior.

§ 10 - O Presidente da Câmara poderá, a seu critério, integrar ou não a Comissão de Representação, presidindo-a quando dela fizer, parte.

§ 20 - A Comissão de Representação, destinada à representar a Câmara em atos internos será eleita ao término de cada sessão legislativa, em votação secreta, que funciona nos interregnos das sessões legislativas ordinárias, com as seguintes atribuições:

I- reunir, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente II- zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo; III - zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais IV- autorizar o Prefeito a se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias; V - convocar, extraordinariamente, a Câmara em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 30 - As Comissões de Representação serão constituída por 03 (três) Vereadores. § 40 - Nos atos solenes, festivos ou de cortesia internos, o Presidente da Câmara designará, de sua livre escolha, uma comissão de Vereadores para receber e introduzir no Plenário visitantes ou autoridades oficiais.

### SUBSEÇÃO III DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Art. 59 - As Comissões Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:

I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos vereadores, no desempenho de suas funções, nos termos da legislação pertinente;

II - perda do mandato de Vereador, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;

III - destituição dos membros da Mesa da Câmara nos termos deste regimento.

### SUBSEÇÃO IV DAS COMISSÕES ESPECIAIS DE INQUÉRITO

Art. 60 - A Câmara poderá constituir Comissões Especiais de Inquérito com a finalidade de apurar irregularidades sobre fato determinado, que se inclua na competência municipal, se aprovada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 61 - As Comissões Especiais de inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Art. 62 - As Comissões Especiais de Inquérito serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O requerimento de constituição deverá conter:

a) a especificação dos fatos a serem apurados; b) o número de membros que integrarão a Comissão, não podendo ser inferior a 03 (três); c) o prazo de seu funcionamento, que não poderá ser superior à 120 (cento e vinte) dias;

d) a indicação das provas que se pretende utilizar.

Art. 63- Aprovado o requerimento, o Presidente da Câmara, nomeará, de imediato, os membros da Comissão, mediante sorteio dentre os Vereadores desimpedidos.

Parágrafo Único - Havendo 03 (três) ou menos Vereadores desimpedidos, deverão estes compor a Comissão preenchendo-se, quando for o caso, as demais vagas, entre os Vereadores restantes mesmo que impedidos, através de sorteio.

Art. 64 - Composta a Comissão Especial de Inquérito, seus membros elegerão imediatamente seu Presidente, cabendo a este designar relator.

Art. 65 - Todos os atos e diligências da Comissão deverão constar de processo próprio, em folhas numeradas e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes.

Art. 66 - As Comissões Especiais de Inquérito, no interesse da investigação, poderão praticar os atos previstos na Lei Orgânica Municipal, bem como, através de seu Presidente:

a) determinar diligências que reputarem necessárias; b) requerer a convocação de direito municipal; c) tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso.

Art. 67 - O não atendimento das determinações contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado pela Comissão, faculta ao seu Presidente solicitar a intervenção do Poder Judiciário.

Art. 68 - As testemunhas deporão sobre as penas do falso testemunho, e em caso de recusa em depor, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal na forma do art. 218 do Código de Processo Penal.

Art. 69 - As Comissões Especiais de Inquérito não paralisarão suas atividades durante o período de recesso parlamentar.

Art. 70 - A Comissão Especial de Inquérito concluirá seus trabalhos por relatório final que se aprovado pela maioria dos membros da Comissão será lido em Plenário, na fase subsequente, e encaminhada de acordo com as recomendações nele propostas, independentes de apreciação do Plenário.

Art. 71 - Aplicam-se as Comissões Especiais de Inquérito, no que couber, as disposições constantes desta seção.

### TÍTULO III

#### DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

##### CAPÍTULO I

#### DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Art. 72 - A legislatura compreenderá 04 (quatro) Sessões Legislativas, com início cada uma de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro de cada ano



qualquer dia da semana, inclusive sábado, domingos e feriados e em qualquer hora.

Art. 105- Serão remuneradas, até o máximo de 04 (quatro) por mês, as reuniões extraordinárias da Câmara e pelo comparecimento as mesmas, desde que convocadas pelo Prefeito.

Art. 106- A Sessão Legislativa Extraordinária que trata da eleição para renovação da Mesa dentro da mesma legislatura, será realizada em conformidade com o Art. 60 deste Regimento.

## SEÇÃO VII

### DAS SESSÕES SECRETAS

Art. 107- A Câmara realizará Sessões Secretas, por deliberação tomada pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, em requerimento escrito, quando ocorrer motivo relevante de preservação de decoro parlamentar, ou nos previstos neste Regimento.

§ 10 - Deliberada a Sessão Secreta, e se para realizá-la for necessário interromper a sessão pública, o Presidente determina aos assistentes a retirada do recinto e de suas dependências, assim como os funcionários da Câmara e representantes da imprensa, e determinará, também, que se interrompa a gravação.

§ 20 - A ata será lavrada pelo 10 Secretário e lida e aprovada na mesma sessão, e será arquivada com rúbrico datado e rubricado pela mesma.

§ 30- As atas assim lacradas só poderão ser reabertas para exame, em Sessão Secreta, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

§ 40 - Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a ata e os outros documentos referente a sessão.

§ 50- Antes de encerrada a sessão, a Câmara resolverá, após a discussão, se a matéria debatida deverá ser publicada no todo ou em parte.

Art. 108- A Câmara não poderá deliberar sobre qualquer proposição, em sessão secreta, salvo nos seguintes casos:

I. no julgamento de Vereadores e do Prefeito;

II. na eleição dos membros da Mesa e dos substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;

III. na votação de decreto legislativo concessivo de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem; IV. na apreciação do veto.

Art. 109- Aplicam-se as Sessões Secretas todas as normas regimentais que não colidirem com a presente seção.

## SEÇÃO VIII

### DAS SESSÕES SOLENES

Art. 110- As Sessões Solenes, convocadas pelo Presidente, destinam-se-ão: I - instalação da legislatura; II - posse do Prefeito; III- entrega de títulos honoríficos ou honrarias; IV- atos diversos por: a) iniciativa do Presidente; b) decisão plenária, a requerimento de qualquer Vereador.

Parágrafo Único - Nas Sessões Solenes: a) a abertura se fará com metade dos membros da Câmara; b) a duração é indeterminada; c) a ordem dos trabalhos é estabelecidas pelo Presidente; d) falam somente o Presidente e os oradores por ele designados ou convidados.

## SEÇÃO IX

### DAS SESSÕES ESPECIAIS

Art. 111- As Sessões Especiais, convocadas pelo Presidente, destinam-se-ão a eleição da Mesa pelo primeiro biênio e à comemoração de ; I - fato histórico; II- fato relevante para o Município.

§ 10- As Sessões Especiais serão convocadas: a) por iniciativa do Presidente; b) por decisão plenária, a requerimento justificado da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 20 - Nas Sessões Especiais, exceto para eleição da Mesa: a) a abertura far-se-á com a metade dos membros da Câmara; b) a duração é indeterminada; c) a ordem dos trabalhos é estabelecida pelo Presidente.

## TÍTULO IV DAS PROPOSIÇÕES

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 112- Proposição é toda a matéria sujeita à deliberação do plenário.

Art. 113- As proposições podem ser: I - principais: a) proposta de emenda à lei orgânica; b) projeto de lei complementar;

c) projeto de lei ordinária;

d) projeto de decreto legislativo; e) projeto de resolução; f) requerimento; g) indicação; h) moção; i) recursos; j) veto; II- acessórios: a) substitutivas; b) emenda e subemenda;

Art. 114- As Proposições deverão ser redigidas em termos claros, devendo conter a ementa de seu assunto.

## SEÇÃO I DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Art. 115- As proposições iniciadas por Vereador pela Mesa da Câmara, pelas Comissões ou pelo Prefeito Municipal serão apresentadas e protocoladas na Secretaria Administrativa.

§ 10 - As proposições de iniciativa popular obedecerão as normas especiais constantes deste Regimento ( L.O.M., art. 49

).

§ 20 - As proposições constantes das letras "f", "g" e "h", previstas no art. 113, deste Regimento, deverão ser apresentadas na Secretaria Administrativa, para recebimento pela Mesa, com antecedência mínima de 08 (horas) antes do início da sessão ordinária.

Art. 116 - Considerar-se-á autor da Proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

Parágrafo Único - A iniciativa de Proposições por órgãos da Câmara depende da assinatura de seu Presidente ou relator e anuência da maioria dos membros.

Art. 117- Salvo pelo autor, não será divulgado: I - projeto de concessão de título honorífico; II- as demais Proposições, antes de apresentadas à Secretaria, devidamente assinadas e protocoladas.

Art. 118- No caso de extravio ou retenção indevida que impeçam o trâmite da Proposição, a Mesa, vencidos os prazos, fará reconstituir os autos respectivos, pelos meios ao seu alcance, e retomarem o trâmite.

## SEÇÃO II DO RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

Art. 119- A Mesa da Câmara deixará de receber qualquer Proposição: I - que aludindo à lei, decreto, regulamento ou qualquer outra norma legal, não venha acompanhada de seu texto II - que fazendo menção à cláusulas de contratos ou de convênios, não os transcreva por extenso; III- que seja anti-regimental; IV- que sendo de iniciativa popular, não atenda aos requisitos deste Regimento e da Lei Orgânica do Município; V - que tenha sido rejeitada ou vetada na mesma sessão legislativa e não seja subscrita por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara; VI- que configure emenda, subemenda ou substitutivo não pertinente à matéria contida no projeto; VII- que contendo matéria de indicação, seja apresentada em forma de requerimento.

Parágrafo Único - Da decisão da Mesa da Câmara caberá recurso, que deverá ser apresentado pelo autor dentro de 10 (dez) dias, e encaminhado pelo Presidente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, cujo parecer, em forma de Projeto de Resolução, será incluído na ordem do dia e apreciado pelo Plenário.

## SEÇÃO III DA RETIRADA DE PROPOSIÇÕES

Art. 120 - A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

a) quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por mais da metade dos subscriptores da proposição; b) quando de autoria de um ou mais Vereadores, mediante requerimento do primeiro signatário; c) quando de autoria da Mesa ou de Comissão, mediante requerimento da maioria de seus membros; d) quando de autoria do Prefeito, por requerimento ou ofício por ele subscrito.

§ 10 - O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebida antes de iniciada a votação da matéria.

§ 20 - Se a proposição ainda não estiver incluída na ordem do dia, caberá ao Presidente apenas determinar o seu arquivamento.

§ 30 - Se a matéria já estiver incluída na ordem do dia, caberá ao plenário a decisão sobre o requerimento.

§ 40 - As proposições oriundas da Prefeitura poderão ser retiradas, até o início da votação, mediante simples solicitação do Prefeito.

§ 50 - As assinaturas de apoio, quando constituírem quorum para apresentação, não poderão ser retiradas, após a proposição ter sido apresentada e protocolada na Secretaria Administrativa.

Art. 121- No início de cada legislatura, o Presidente ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, ainda não submetidas à apreciação do Plenário, exceto as de autoria do Executivo, que deverá ser consultado a respeito.

## SEÇÃO IV DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 122- As proposições serão submetidas aos seguintes regime de tramitação: I - URGÊNCIA ESPECIAL; II - URGÊNCIA; III- ORDINÁRIA.

Art. 123- A urgência especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, para que determinado projeto seja imediatamente apreciado, afim de evitar prejuízo ou perda de sua oportunidade.

Art. 124- Para a conclusão desse regime serão obrigatoriamente observadas as seguintes normas e condições: I- a concessão de urgência especial dependerá de apresentação de requerimento escrito e submetido à Plenário, desde que apresentado a) pela Mesa, em proposição de sua autoria; b) por 2/3 (dois terços), no mínimo, de Vereadores da Câmara. II - O requerimento de urgência especial poderá ser apresentado em qualquer fase da sessão, mas somente será submetido à Plenário durante o tempo destinado à ordem do dia; III - O requerimento de urgência especial não sofrerá discussão, encaminhamento de votação, nem justificativa de voto; IV - Não poderá ser concedida urgência especial para qualquer projeto, com prejuízo de outra urgência especial já votada, salvo nos casos de instabilidade institucional ou calamidade pública; V - O requerimento de urgência especial depende para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 125- Aprovado o requerimento de urgência especial entrará imediatamente a matéria respectiva em discussão, observada a exigência de pareceres, mesmo que sejam verbais, ficando prejudicada a ordem do dia, considerando-se prorrogada a sessão, automaticamente, se necessário, até que seja

concluída a votação.

Art. 126- Durante a discussão do projeto em regime de urgência especial, o requerimento escrito e fundamentado, subscrito por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara poderá ser retirada a urgência.

Parágrafo Único - Concedida a retirada da urgência especial, o projeto retornará à sua tramitação normal.

Art. 127- O regime de URGÊNCIA se aplica aos projetos do executivo submetidos a prazo certo para apreciação.

Art. 128- Além das normas previstas na Lei Orgânica, os projetos, em sua tramitação, obedecerão ao seguinte:

I- Protocolado, será imediatamente encaminhado à Mesa da Câmara, para que seja feita a leitura no expediente da sessão; II- na Ordem do Dia será encaminhado às Comissões permanentes com os seguintes prazos: a) relator: 03 (três) dias; b) comissão 07 ( sete) dias; III- instruídos com os pareceres das Comissões ou vencidos os prazos para tal, será dado à ordem do dia da sessão imediata, nela permitido parecer verbal da Comissão competente. IV- Não apreciado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, aplicar-se-á o disposto no Art. 54, §§ 10 e 20 , da Lei Orgânica do Município.

Art. 129- Os prazos referidos nesta seção são improrrogáveis e contados em dias corridos.

Art. 130- A tramitação ordinária aplica-se às demais proposições não previstas nesta seção, observado o disposto no TÍTULO V - DO PROCESSO LEGISLATIVO, deste Regimento.

## CAPÍTULO II

### DOS PROJETOS

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 131- A Câmara exerce sua função legislativa por meio de : I - Emenda à Lei Orgânica do Município; II- Projeto de Lei Complementar; III- Projeto de Lei Ordinária; IV- Projeto de Decreto Legislativo; V- Projeto de Resolução.

Parágrafo Único - São requisitos para a apresentação de projetos: a) ementa de seu conteúdo; b) enunciação exclusivamente da vontade legislativa; c) divisão de artigos numerados, claros e concisos; d) menção de revogação das disposições em contrário, quando for o caso;

e) assinatura do autor;

f) justificativa, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta;

g) observância, no que couber, ao disposto no Art. 119, I / VII, parágrafo único deste Regimento.

#### SEÇÃO II

#### DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Art. 132- Proposta de Emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a modificar, suprimir ou acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Município.

Art. 133- A Câmara apreciará proposta de Emenda à Lei Orgânica desde que :

I - apresentada por 1/3 (um terço), no mínimo dos membros da Câmara ou pelo Prefeito; II - não estejam em vigência intervenção estadual, estado de defesa ou estado de sítio; III- não proponha a abolição de qualquer princípio de Constituição Federal ou da Constituição Estadual.

Art. 134- A proposta de Emenda da Lei Orgânica será discutida e votada em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada quando obtiver, em cada votação, o voto favorável, de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 135- A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara, com respectivo número de ordem.

Art. 136- A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 137- Aplicam-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica , no que não colidir com esta seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

#### SEÇÃO III DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 138- O Projeto de Lei Complementar é a proposta que tem por fim regular matéria que foi reservada pela Lei Orgânica do Município (L.O.M, art. 50, § único).

Art. 139- A iniciativa, a competência e a tramitação para a apresentação de Projeto de Lei Complementar o mesmo critério dos projetos de lei ordinária.

Art. 140- Os Projetos de Lei Complementar serão aprovados pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

#### SEÇÃO IV

#### DOS PROJETOS DE LEI

Art. 141- Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda a matéria de competência da Câmara e sujeita a sanção do Prefeito.

Parágrafo Único - A iniciativa dos Projetos de Lei será: I - do Vereador; II- da Mesa da Câmara; III- das Comissões Permanentes; IV- do Prefeito; V- de, no mínimo 5% (cinco por



cento) dos eleitores do Município.

Art. 142- É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de projetos que dispunham sobre:

I- Criação, extinção e transformações de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou indireta, bem como a fixação ou aumento da remuneração dos servidores; II- criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública; III- regime jurídico, provimento de cargos e empregos, estabilidade e aposentadoria dos servidores; IV- plano plurianual, diretrizes orçamentárias e matéria orçamentária.

Parágrafo Único - Nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentam a despesa prevista, ressalvada a hipótese prevista no inciso IV deste artigo, e atendam os requisitos da Lei Orgânica do Município, art. 52, I.

Art. 143- O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 10 - A fixação no prazo deverá sempre ser expressa e poderá ser feita após a remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento deste pedido como o seu termo inicial.

§ 20 - Decorrido sem deliberação, o prazo fixado no artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia para que se ultime a sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais, com exceção apenas da apreciação do veto.

§ 30 - O prazo referido neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara e não se aplica aos Projetos de Lei Complementar (L.O.M., art.54, § 20 ).

Art. 144- A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa privativa do Prefeito.

Art. 145- São de iniciativa popular os Projetos de Lei de interesse específicos do município, da cidade ou de bairros, através da manifestação de, pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado, atendida as disposições constantes deste Regimento em capítulo próprio.

Art. 146- As Comissões Permanentes da Câmara só tem iniciativa de proposição que versem sobre matéria de sua respectiva especialidade.

## SEÇÃO V

### DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Art. 147- Os Projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regular as matérias de competência privativa da Câmara sem a sanção do Prefeito e cuja promulgação competem ao Presidente da Câmara para produzir efeitos externos.

§ 10 - Constitui matéria de Decreto Legislativo: a) fixação da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito; b) concessão de licença ao Prefeito e ao Vice-Prefeito (L.O.M., art. 39, VI ); c) autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias(L.O.M., art. 39, VI);

d) cassação de mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito; e) aprovação ou rejeição das contas da Prefeitura; f) concessão do título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município.

§ 20 - Será de exclusiva competência da Mesa a apresentação de Projetos de Decreto Legislativo a que se refere as alíneas "b", "c" e "d", competindo nos demais casos, à Mesa, às Comissões ou aos Vereadores, nos termos deste Regimento.

§ 30 - A tramitação do Projeto de Decreto Legislativo obedecerá o mesmo critério dos projetos de lei ordinária.

## SEÇÃO VI

### DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 148 - Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assunto de economia interna da Câmara. § 10 - Constitui matéria de Projeto de Resolução: a) destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros; b) fixação da remuneração dos Vereadores, para vigorar na legislatura seguinte,

c) fixação da verba de representação do Presidente da Câmara; d) elaboração e reforma do Regimento Interno; e) julgamento de recursos de sua competência; f) organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de serviços da Câmara e fixar a respectiva remuneração, observados os parâmetros obedecidos na lei de diretrizes orçamentárias e os limites constitucionais; g) perda do mandato de Vereador, nos casos previstos em lei; h) demais atos de economia interna da Câmara.

§ 20 - A iniciativa de Projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das comissões ou dos Vereadores, sendo exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação a iniciativa de projeto previsto na alínea "e" do parágrafo anterior.

§ 30 - A tramitação do Projeto de Resolução obedecerá o mesmo critério dos projetos de lei ordinária.

## SUBSEÇÃO ÚNICA

### DOS RECURSOS

Art. 149 - Os Recursos contra atos do Presidente da Mesa ou do Presidente de qualquer comissão serão interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da ocorrência, por simples petição dirigida à Presidência.

§ 10 - O Recurso será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para opinar no prazo regimental e elaborar projeto de resolução.

§ 20 Apresentado o parecer em forma de Projeto de Resolução, acolhido ou denegando o recurso, será ele submetido a uma única discussão e votação, na ordem do dia da primeira sessão ordinária a se realizar após sua leitura.

§ 30 Aprovado o recurso, o recorrido deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de se sujeitar a processo de destituição.

§ 40 - Rejeitado o Recurso, a decisão recorrida será integralmente mantida.

§ 50 - Os prazos marcados neste artigo são fatais e correm dia a dia.

## CAPÍTULO III

### DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS

Art. 150 - Substitutivo é a proposição apresentada por um Vereador ou Comissão, para substituir outro já em tramitação sobre o mesmo assunto.

§ 10 - Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar mais de um Substitutivo ao mesmo projeto.

§ 20 - Apresentado o Substitutivo por comissão competente, será enviado às outras Comissões que deve ser ouvidas a respeito e será discutido e votado antes do projeto original.

§ 30 - Apresentado o Substitutivo por Vereador, será enviado às Comissões competentes e será discutido e votado antes do projeto original.

§ 40 - Rejeitado o Substitutivo, o projeto original tramitará normalmente. Aprovado o Substitutivo o projeto original ficará prejudicado.

Art. 151 - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

§ 10 - As Emendas podem ser Supressivas, Substitutivas, Aditivas e Modificativas : I - Emenda Supressiva é a que manda suprimir, em parte ou no todo, o artigo, o parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; II - Emenda Substitutiva é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item do projeto; III - Emenda Aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos de artigo, parágrafo, inciso alínea ou item do projeto; IV - Emenda Modificativa é a que se refere à redação do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item sem alterar a sua substância.

§ 20 - A Emenda, apresentada a outra Emenda, denomina-se Subemenda.

§ 30 - As Emendas e Subemendas recebidas serão discutidas e, se aprovadas, o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para ser novamente redigido, na forma do aprovado, com redação final, obedecido o art. 198, deste Regimento.

Art. 152 - Os Substitutivos, Emendas e Subemendas serão recebidos até a discussão única do projeto original.

Art. 153 - Não serão aceitos Substitutivos, Emendas ou Subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 10 - O autor do projeto ao qual o Presidente tiver recebido o Substitutivo, Emenda ou Subemenda estranho ao seu objeto, terá o direito de recorrer ao Plenário da decisão do Presidente.

§ 20 - Idêntico direito de recurso contra ato do Presidente que não receber o Substitutivo, Emenda ou Subemenda, caberá ao seu autor.

Art. 154 - A mensagem aditiva do chefe do Executivo somente será recebida até o início da discussão do projeto original.

## CAPÍTULO IV

### DOS PARECERES A SEREM DELIBERADOS

Art. 155- Serão discutidos e votados os Pareceres das Comissões Processantes e do Tribunal de Contas, nos seguintes casos: I - das Comissões Processantes; a) no processo de destituição de membros da Mesa (art. 12/16); b) no processo de cassação do Prefeito e Vereadores; II - do Tribunal de Contas: a) sobre as contas do Prefeito;

b) sobre as contas da Mesa.

§ 10 - Os pareceres das Comissões serão discutidos e votados, na ordem do dia da sessão ordinária imediata.

§ 20 - Os pareceres do Tribunal de Contas serão discutidos e votados segundo o previsto no título pertinente deste Regimento.

## CAPÍTULO V

### DOS REQUERIMENTOS

Art. 156 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão ou resposta.

Parágrafo Único - Tomam a forma de Requerimento escrito, mas independem de decisão, os seguintes atos: a) retirada de proposição ainda não incluída na ordem do dia; b) constituição de Comissão Especial de Inquérito, desde que formulada por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara; c) verificação de presença; d) verificação nominal de votação.

Art. 157 - Serão decididos pelo Presidente da Câmara, e formulados verbalmente, os Requerimentos que solicitem:

I - a palavra ou a desistência dela; II - permissão para falar sentido; III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário; IV - informações sobre os trabalhos ou a pauta da ordem do dia;

V - a palavra, para declaração de voto.

Art. 158 - Serão decididos pelo Presidente da Câmara, e escritos; os Requerimentos que solicitem: I - requisição de documentos ou processos relacionados com alguma proposição; II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra; III - juntada ou desentranhamento de documentos;

IV - informações, em caráter oficial, sobre atos da Mesa, da Presidência ou da Câmara;

V - Requerimentos de reconstituição de processos; VI - voto de pesar.

Art. 159 - Serão decididos pelo Plenário, sem debates e formulados verbalmente, os Requerimentos que solicitem:

I - retificação da ata; II - invalidação da ata, quando impugnada; III - dispensa da leitura de determinada matéria, ou de todas as constantes da ordem do dia, ou da redação final; IV - adiamento da discussão ou da votação de qualquer proposição; V - preferência na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra; VI - encerramento da discussão nos termos do art. 186 deste Regimento; VII - destaque de matéria para votação; VIII - votação pelo processo nominal, nas matérias para as quais este Regimento prevê o processo de votação simbólico; IX - prorrogação do prazo de suspensão da sessão, nos termos deste Regimento;

X - prorrogação da sessão.

Parágrafo Único - O Requerimento de retificação e o de invalidação da ata serão discutidos e votados na fase do expediente da sessão ordinária. Os demais serão discutidos e votados no início ou no transcorrer da ordem do dia da mesma sessão de sua apresentação.

Art. 160- Serão decididos pelo Plenário, e escritos, os Requerimentos que solicitem: I - inserção de documento em ata, nos termos deste Regimento; II - prorrogação de prazo para a Comissão Especial de Inquérito concluir seus trabalhos, nos termos deste Regimento; III - retirada de proposições já incluídas na ordem do dia, formulada pelo seu autor; IV - convocação de sessão secreta; V - convocação de sessão solene ou especial; VI - urgência especial ou sua retirada; VII - constituição de precedentes; VIII - informações ao Prefeito sobre matéria de sua competência privativa; IX - esclarecimento ou solicitação a entidades públicas ou particulares X- voto de louvor ou congratulações; XI - constituição de Comissões especiais, de representação ou especial de inquérito XII- convocação de Diretor Municipal; XIII - licença de Vereador; XIV - a iniciativa da Câmara, para a abertura de inquérito policial ou de instauração de ação penal contra o Prefeito e intervenção no processo-crime respectivo.

§ 10 - O Requerimento de Urgência Especial será apresentado, discutido e votado no início ou no transcorrer da ordem do dia.

§ 20 - Os Requerimentos de que tratam os incisos X e XIII, serão lidos no expediente da mesma sessão de sua apresentação e discutidos e votados na ordem do dia, da sessão imediatamente posterior.

§ 30 - Os demais requerimentos serão lidos no expediente, e discutidos e votados na ordem do dia da mesma sessão de sua apresentação.

Art. 161- O Requerimento verbal de adiamento da discussão ou votação deve ser formulado por prazo determinado.

Art. 162- Não é permitido dar forma de requerimento a assuntos que constituem objeto de indicação, sob pena de não recebimento.

## CAPÍTULO VI

### DAS INDICAÇÕES

Art. 163- Indicação é o ato escrito em que o Vereador sugere medida de interesse público às autoridades competentes.

Art. 164- As Indicações serão lidas no expediente e encaminhadas de imediato a quem de direito independente de deliberação.

Art. 165- No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor, e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, que emitirá parecer no prazo determinado neste Regimento.

§ 10 - Se o parecer for favorável, o Presidente da Mesa encaminhará a Indicação.

§ 20 - Se o parecer for contrário, será incluída no expediente para discussão e votação únicas.

§ 30 - Se a Comissão não der parecer no prazo regimental, será incluída no expediente e discutida, antecedendo-se, porém, do parecer verbal.

Art. 166- Não serão admitidas emendas às indicações.

Art. 167- Se forem apresentadas sugestões idênticas por Vereadores diferentes, só tramitará a apresentada em primeiro lugar, ficando prejudicada as demais. Sugestões no mesmo sentido só poderão ser novamente apresentadas na sessão legislativa seguinte, exceto o caso de reiteração apresentada pelo próprio autor.

## CAPÍTULO VII

### DAS MOÇÕES

Art. 168- Moções são proposições da Câmara a favor ou contra determinado assunto.







b) a matéria versar sobre questões exclusivamente pessoais ou sobre

assunto de caráter político - ideológico;

V - a decisão do Presidente será irrecorrível;

VI - terminada a leitura do Expediente, o Presidente procederá à chamada da pessoa inscrita para falar naquela data, de acordo com a ordem da inscrição;

VII - ficará sem efeito a inscrição no caso da ausência da pessoa chamada, que não poderá ocupar a tribuna, a não ser mediante nova inscrição;

VIII - a pessoa que ocupar a tribuna poderá usar da palavra pelo prazo de 15 (quinze) minutos improrrogáveis;

IX - o orador responderá pelos conceitos que emitir mais deverá usar da palavra em termos compatíveis com a dignidade da Câmara e com o decoro parlamentar, obedecendo as restrições impostas pelo Presidente;

X - o Presidente poderá cassar imediatamente a palavra do orador que se expressar em linguagem imprópria, cometendo abuso ou desrespeito à Câmara ou as autoridades constituídas ou se desviar do tema indicado quando de sua inscrição;

XI - a exposição do orador poderá ser entregue à Mesa, por escrito, para efeito de encaminhamento a quem de direito, a critério do Presidente;

XII - o orador poderá voltar a ocupar a tribuna:

a) mediante nova inscrição, somente depois de decorrido o prazo de 03

(três) meses;

b) não havendo prejuízo de inscrições anteriormente feitas;

XIII - apenas um Vereador de cada bancada poderá fazer uso da palavra após a exposição do orador inscrito, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, sem necessidade de inscrição, como também, sem prejuízo de uma inscrição já feita.

Art. 249 - A sinopse da palavra dos oradores será incluída, na ata e poderá o orador requerer cópia da gravação de sua fala, no prazo de um mês, mediante requerimento simples acompanhado de fita para a gravação.

## TÍTULO VII

### DAS SECRETARIAS DA CÂMARA

#### CAPÍTULO ÚNICO

##### DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Art. 250 - Os serviços Administrativos e Financeiros da Câmara far-se-ão através de suas Secretarias Administrativa e Financeira, regulamentando-se através de ato do Presidente.

Parágrafo Único - Todos os serviços das Secretarias Administrativa e Financeira serão dirigidos e disciplinados pela Presidência da Câmara, que poderá contar com o auxílio dos Secretários.

Art. 251 - Todos os serviços da Câmara que integram as Secretarias Administrativa e Financeira serão criados, modificados ou extintos por Resolução.

§ 10 - A criação transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, bem como a fixação e majoração dos respectivos vencimentos, serão feitos através de Resolução de iniciativa da Mesa observados os parâmetros estabelecidos na lei de Diretrizes Orçamentarias (L.O.M. artigo 33).

§ 20 - A nomeação, exoneração, promoção, comissionamento, licenças, colocação em disponibilidade, emissão de aposentadoria e punição dos servidores da Câmara serão veiculados através de Ato da Mesa em conformidade com a legislação vigente.

Art. 252 - A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela Secretaria Administrativa, sob a responsabilidade da Presidência.

Art. 253 - Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa, conforme Ato baixado pela Presidência.

Art. 254 - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Secretaria providenciará a reconstituição do processo respectivo, por determinação do Presidente, que deliberará de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 255 - A Secretaria Administrativa, mediante autorização expressa do Presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos, ou esclarecimentos de situações, no prazo de 15 (quinze) dias, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo, deverá atender as requisições judiciais, se outro não for marcado pelo Juiz.

Art. 256 - Compete a Secretaria Financeira efetuar os serviços de Contabilidade e Tesouraria da Câmara, sob a responsabilidade do Presidente.

Art. 257 - Poderão os Vereadores interpelar a Presidência, mediante requerimento escrito, sobre os serviços da Secretaria Administrativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, ou, ainda, apresentar sugestões sobre os mesmos, através de indicação fundamentada.

Art. 258 - A Câmara organizará registro de seus atos e documentos de forma a preservá-los a integridade e possibilitar-lhes a consulta e extração de cópias e certidões, sempre que necessário.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo a Câmara terá os livros necessários a seus serviços, os quais poderão ser substituídos por fichas ou outro sistema, na forma a ser disciplinada em lei ou regulamento (L.O.M., art. 97).

## TÍTULO VIII

### DOS VEREADORES

#### CAPÍTULO I

##### DOS DIREITOS DOS VEREADORES

Art. 259 - O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 260 - São direitos do Vereador:

I - exercer a vereança, na plenitude de suas atribuições e prerrogativas;

II - votar e ser votado;

III - formular requerimentos e fazer indicações;

IV - participar de comissão;

V - exercer a fiscalização do Poder Público Municipal;

VI - ser remunerado pelo exercício da vereança;

VII - desincumbir-se de missão de representação, de interesse da Câmara, para a qual tenha sido designado, ou, mediante autorização, para participar de eventos relacionados com o exercício da vereança, incluídos congressos, seminários, cursos intensivos de administração pública, direito municipal, organização comunitária e assuntos pertinentes à ciência política;

VIII - solicitar, por intermédio da Mesa, informação ao Prefeito sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito a fiscalização da Câmara;

IX - falar, quando julgar preciso, solicitando previamente a palavra e atendendo as normas regimentais;

X - examinar ou requisitar, a todo tempo, qualquer documento da municipalidade existente nos arquivos da Câmara, o qual lhe será confiado mediante "carga", em livro próprio, por intermédio da Mesa;

XI - utilizar-se dos diversos serviços da municipalidade, desde que para fins relacionados com o exercício do mandato;

XII - solicitar à autoridade competente, diretamente ou por intermédio da Mesa, as providências necessárias a garantia do exercício do mandato;

XIII - convocar reunião extraordinária, secreta, solene ou especial, na forma deste regimento;

XIV - solicitar licença por tempo determinado.

#### CAPÍTULO II

##### DOS DEVERES DOS VEREADORES

Art. 261 - São deveres do Vereador, entre outros:

I - comparecer às reuniões da Câmara, com assiduidade e pontualidade;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - zelar pela autonomia da Câmara;

IV - colaborar na edição de leis justas condizentes à realização dos objetivos do Município;

V - exercer com equilíbrio e firmeza o dever de fiscalizar o Governo local;

VI - empenhar-se na difusão e prática dos valores democráticos, entre eles o exercício da cidadania plena, e a organização e fortalecimento comunitário;

VII - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

VIII - dar, nos prazos regimentais, informações, pareceres ou votos de que for incumbido, comparecendo e tomando parte nas reuniões da Comissão a que pertencer;

IX - propor ou levar ao conhecimento da Câmara medida que julgar conveniente ao Município, e a segurança e bem estar dos municípios, bem como impugnar o que lhe pareça prejudicial ao interesse público;

X - tratar respeitosamente a Mesa e aos demais membros da Câmara;

XI - obedecer às normas regimentais;

XII - residir no Município, salvo quando o Distrito em que residir for emancipado durante o exercício do mandato;

XIII - representar a comunidade, comparecendo convenientemente trajado, à hora regimental, nos dias designados, para a abertura das sessões, nelas permanecendo até o seu término;

XIV - participar dos trabalhos do Plenário e comparecer às reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias das quais seja integrante, prestando informações, emitindo pareceres nos processos que lhe forem distribuídos, sempre com observância dos prazos regimentais;

XV - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando tiver, ele próprio ou parente afim ou consanguíneo até terceiro grau, interesse manifesto na deliberação, sob pena

de nulidade da votação quando seu voto for decisivo;

XVI - comunicar suas faltas ou ausências, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às sessões plenárias ou às reuniões das Comissões;

XVII - desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens, no ato da posse e ao término de mandato ( L.O.M., art. 23 § 70 ) .

Parágrafo Único - Será considerado faltoso o vereador que não se fizer presente à reunião até o início da votação dos projetos.

#### CAPÍTULO III

##### DAS VEDAÇÕES DOS VEREADORES

Art. 262 - É Vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, ou entidade sua, de administração indireta, e com empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, emprego ou função pública de que seja exonerável ou demissível, em qualquer das entidades mencionadas na alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela ser a qualquer título remunerado;

b) ocupar cargo, emprego ou função pública, nos termos da alínea "b" do inciso anterior;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades referidas na alínea "a" do inciso anterior;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Parágrafo Único - Ao Vereador que seja servidor público aplicam-se as seguintes regras:

I - havendo compatibilidade de horários poderá exercer cumulativamente o cargo, emprego ou função que ocupe em caráter efetivo, sem prejuízo de respectiva remuneração;

II - não havendo compatibilidade de horários, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela respectiva remuneração;

III - no caso de afastamento do cargo, emprego ou função para o exercício da vereança, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS RESPONSABILIDADES DOS VEREADORES

Art. 263 - Pelas infrações em que incidir, no exercício de sua atribuições, responde o Vereador civil, penal e político-administrativamente.

§ 10 - Responde o Vereador, civilmente, perante o Município, pelos danos que, nesta condição, houver causado a terceiros, procedendo com dolo ou culpa.

§ 20 - A responsabilidade penal decorre dos crimes imputados ao Vereador, nesta condição ou na forma da Lei Federal.

§ 30 - A responsabilidade político-administrativa resulta de atos comissivos ou omissivos no desempenho do cargo de Vereador, com transgressão de forma pertinente ao exercício da vereança ou funcionamento da Câmara, nos termos desta lei.

#### CAPÍTULO V

##### DO EXERCÍCIO DO MANDATO

###### SEÇÃO I

###### DAS VAGAS

Art. 264 - As vagas na Câmara verificam-se:

I - por morte ou extinção do mandato;

II - por renúncia;

III - por perda ou cassação de mandato;

IV - por licença.

Art. 265 - Será declarado extinto pela Mesa, de ofício ou mediante provocação, o mandato do Vereador:

I - que perder os direitos políticos;

II - quando o decretar a Justiça Eleitoral;

III - que, em sentença transitada em julgado, tiver sido condenado a pena de reclusão, em regime fechado;

IV - que fixar residência fora do município;

V - que não tiver tomado posse no prazo previsto pelo § 6º, do artigo 3º deste Regimento.

Parágrafo Único - No caso de falecimento ou renúncia por escrito do Vereador, o mandato será extinto por ato do Presidente da Câmara.

###### SEÇÃO II

###### DA PERDA DO MANDATO





Câmara, na primeira sessão, o comunicará ao Plenário e fará constar na ata a declaração da extinção do mandato, convocando o substituto legal para a posse.

§ 30 - Se a Câmara Municipal estiver em recesso, será imediatamente convocada pelo seu Presidente, para os fins do parágrafo anterior.

Art. 310 - O Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito as sanções do cargo e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura.

CAPÍTULO V

DA CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 311 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão processados e julgados:

I - pelo Tribunal de Justiça do Estado nos crimes comuns e nos de responsabilidade, nos termos da legislação federal aplicável (C.F., art. 29, VIII);

II - pela Câmara Municipal, nas infrações político-administrativas, definidas no Decreto Lei Nº 201, assegurados, dentre outros requisitos de validade, o contraditório, a publicidade, a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes e a decisão motivada que se limitará a decretar a cassação do mandato.

Art. 312 - Na hipótese prevista no artigo anterior o processo de cassação obedecerá ao rito estabelecido no respectivo Decreto Lei.

Art. 313 - O processo a que se refere o artigo anterior, sob pena de arquivamento, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da denúncia.

Parágrafo Único - O arquivamento do processo por falta de conclusão no prazo previsto neste artigo, não impede nova denúncia sobre os mesmos fatos nem a apuração de contravenções ou crimes comuns.

TÍTULO X

DO REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PROCEDENTES REGIMENTAIS

E DA REFORMA DO REGIMENTO

Art. 314 - Os casos não previstos neste Regimento serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 315 - As interpretações do Regimento serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirão precedentes regimentais a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 316 - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Art. 317 - O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado através de Projeto de Resolução de iniciativa de qualquer Vereador, da Mesa ou de Comissão.

Parágrafo Único - A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de Resolução e sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

TÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 318 - Os prazos previstos neste Regimento não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 10 - Excetuam-se ao disposto neste artigo os prazos relativos às matérias objeto de convocação extraordinária da Câmara e os prazos estabelecidos às Comissões Processantes.

§ 20 - Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 30 - Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-ão, no que for aplicável, as disposições da legislação processual civil.

Art. 319 - Nos dias de sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, deverão estar hasteadas no exterior do edifício a bandeira municipal e no Plenário da Câmara, o pavilhão nacional e as bandeiras do Estado e do Município.

Art. 320 - Não haverá expediente na Câmara nos dias de ponto facultativo decretado pelo Prefeito Municipal e por determinação de sua Presidência.

Art. 321 - Esta Resolução entrará em Vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

TÍTULO XII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 322 - Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados.

Art. 323 - Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais anteriores, terão tramitação normal.

Parágrafo Único - As dúvidas que eventualmente surjam à tramitação a ser dada a qualquer proposição serão submetidas ao Presidente da Câmara e as soluções constituirão precedentes regimentais mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Fernando Pedroza - RN, em 12 de dezembro de 1997.

José Renato da Silva

Presidente

**Publicado por:**  
EZIANA NICÁCIO COSTA CUNHA  
Código Identificador: 4BB429CF

**PRESIDENCIA**  
**ATO Nº 003/2018**

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 027/2018 – GP/CMFP

FRANCIMARIO DE SOUZA ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores de Fernando Pedroza-RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Casa, torna público para conhecimento dos interessados, que decidiu tornar sem efeito, para PORTARIA Nº 027/2018 – GP/CMFP, que exonerou a Sra. EZIANA NICACIO COSTA CUNHA, das funções de TESOUREIRA da Câmara Municipal de Fernando Pedroza-RN Motivo: Erro de Publicação. Data da Circulação/Envio por Erro: Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rio Grande do Norte, quinta-feira, dia 17 de janeiro de 2018, edição 0548.

Fernando Pedroza/RN, 31 de dezembro de 2018.

FRANCIMÁRIO DE SOUZA ARAÚJO

Presidente.

**Publicado por:**  
EZIANA NICÁCIO COSTA CUNHA  
Código Identificador: 3F3AAC03

**PRESIDENCIA**  
**ATO Nº 004/2019**

TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 003/2019 – GP/CMFP

FRANCISCO KLEIBER DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores de Fernando Pedroza-RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno da Casa, torna público para conhecimento dos interessados, que decidiu tornar sem efeito, para PORTARIA Nº 003/2019 – GP/CMFP, que Nomeou a Sra. EZIANA NICACIO COSTA CUNHA, para desempenhar as funções de TESOUREIRA da Câmara Municipal de Fernando Pedroza-RN .

FRANCISCO KLEIBER DA SILVA

Presidente.

**Publicado por:**  
EZIANA NICÁCIO COSTA CUNHA  
Código Identificador: 72428A21

**PRESIDENCIA**  
**PORTARIA DE DIARIA Nº 003/2019**

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais;

**R E S O L V E :**

1 – Conceder, o Senhor FRANCISCO RAILTON SANTANA, ocupante do Cargo de Controlador, 1/2 (meia) diária, no valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), considerando a Art. 1º, do Decreto Legislativo nº 075/2014, considerando, ainda, a conformidade com o Art. 5º do Decreto Legislativo Nº 002/1997, para custear despesas com transporte e alimentação, durante seu deslocamento à cidade de Natal/RN. Para validação do cadastro de Portal do Gestor, junto ao Tribunal de contas. No dia 29/01/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.

Fernando Pedroza, em 28 de janeiro de 2019.

FRANCISCO KLEIBER DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
EZIANA NICÁCIO COSTA CUNHA  
Código Identificador: 5C54D0C2

**PRESIDENCIA**  
**PORTARIA DE DIARIA Nº 004/2019**

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Coordenadora Administrativa da Câmara Municipal de Fernando Pedroza, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais;

**R E S O L V E :**

1 – Conceder, o Senhor FRANCISCO KLEIBER DA SILVA, ocupante do Cargo de Presidente, 1/2 (meia) diária, no valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para custear despesas

com transporte e alimentação, durante seu deslocamento à cidade de Natal/RN. Para validação do cadastro de Portal do Gestor, junto ao Tribunal de contas. No dia 29/01/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.

Fernando Pedroza, em 28 de janeiro de 2019.

MARLENE DA SILVA MELO

Coordenadora Administrativa

**Publicado por:**  
EZIANA NICÁCIO COSTA CUNHA  
Código Identificador: 5E3F8E3B

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FLORÂNIA**

**MESA DIRETORA**  
**ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E**  
**JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO**

Presença Presencial Nº 001/2019 – CMF

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito (28/01/2019), às 09h15min, na Rua Coronel Toscano, 61 – Centro, sede da Câmara Municipal de Florânia, reuniu-se o Pregoeiro Adeilton Dantas de Macêdo, juntamente a equipe de apoio, representado por José Marcelo de Azevedo Oliveira (membro) e Fábica Delgado Medeiros (presidente da comissão de Licitação), amparados nos ditames editalícios, na Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente na Lei Nº 8.666/93, para darem início à sessão de recebimento e abertura dos Envelopes 01 – Proposta de Preço e Envelopes 02 – Documentação de habilitação, de cada licitante presente, referentes ao Processo de Licitação e Modalidade epigrafados, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação para atender as demandas da Câmara Municipal no Exercício do ano de 2019. Somente se fez presente o representante da licitante: DAVIDSON JENNER PEREIRA DE MEDEIROS – CNPJ 26.771.275/0001-12, a qual fez o seu credenciamento junto ao Pregoeiro e Equipe de apoio. Recebidos os envelopes da licitante contendo a Proposta de Preços, na qual foi constatado que a empresa DAVIDSON JENNER PEREIRA DE MEDEIROS, acima especificada, apresentou proposta no valor unitário mensal de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais). Foi perguntado pelo pregoeiro ao licitante se haveria possibilidade de redução do valor, e foi respondido pelo mesmo que não haveria possibilidade de redução. Em seguida, foi aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da empresa vencedora, constatando-se a regularidade da mesma de acordo com as exigências do edital, sendo a empresa DAVIDSON JENNER PEREIRA DE MEDEIROS – CNPJ 26.771.275/0001-12, declarada vencedora do certame. Questionado, o representante da empresa presente afirmou não ter interesse de interpor recursos contra as decisões e os atos praticados na presente sessão. Nada mais havendo a discutir, o Pregoeiro encerrou a presente sessão, determinou a lavratura da presente Ata que, depois de lida e dada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Florânia, 28 de janeiro de 2019.

Adeilton Dantas de Macêdo

Pregoeiro

José Marcelo de Azevedo Oliveira

Membro da Equipe de Apoio

Fábica Delgado Medeiros

Presidente da CPL

Licitantes:

**Publicado por:**  
IVANETE SILVA  
Código Identificador: 764B5C81

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ**

**CAMARA MUNICIPAL DE GUAMARE**  
**DECRETO Nº 055 DE 25 DE JANEIRO DE 2019.**

CONVALIDA ATOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAMARÉ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente a Câmara Municipal de Guimarães no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal e a Constituição Federal em observância ao art. 1º, §1º e art. 55 da Lei nº 9.784/99.

DECRETA:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Guimarães por decisão do plenário em 24 de janeiro de 2019 em Sessão Extraordinária e quorum regimental, convalidou os atos administrativos realizados no dia 13 de dezembro de 2018 que elegeu a Mesa Diretora para o biênio 2019/2020, confirmando a validade do ato administrativo da eleição de Eudes Miranda da Fonseca - Presidente e Carlos Alberto da Silva Câmara - Vice - Presidente, e ainda a eleição de 1º Secretário - Lisete Negreiros, Decreto aprovado em plenário, tornando a Resolução nº 011/2008 prática reiterativa do plenário, ainda foi convalidado o ato de aprovação da LOA para o exercício de 2019, ex tunc.







Humberto Alves Gondim  
Presidente

**Publicado por:**  
WANESSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
**Código Identificador:** 653D10EF

**Publicado por:**  
WANESSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
**Código Identificador:** 521E32AF

- Preenchimento de vagas na diretoria  
- Outros assuntos de interesse da entidade  
Umarizal, 28 de janeiro de 2019.  
HANNE BRUNO FIGUEIREDO DE MELO  
Presidente

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU**

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº  
001/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019**

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Patu/RN, no uso de suas atribuições legais torna público que o Pregão Presencial nº 001/2019, que teve por objeto a Contratação de empresa para aquisição de combustível para manutenção da frota da CMP, realizado no dia 23 de janeiro de 2019, às 09h00min, com a participação do licitante credenciado: POSTO UNIÃO NUNES LTDA – EPP – CNPJ Nº 10.013.417/0001-42 – Rua Antônio Suassuna, s/n – Centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000. Procedido com as formalidades legais, previstas no Edital de Licitação, observando o critério da compatibilidade dos valores finais ofertados com a pesquisa mercadológica realizada, após negociações individuais estabelecidas com a licitante, obteve-se o seguinte resultado: ITEM: 01 POSTO UNIÃO NUNES LTDA – EPP – CNPJ Nº 10.013.417/0001-42 – Rua Antônio Suassuna, s/n – Centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000 – Valor final de R\$ 35.022,00 (trinta e cinco mil e vinte e dois reais), sendo declarada vencedora. Patu/RN, em 23 de janeiro de 2019. HELISSON MATEUS OLIVEIRA FARIAS - CPF: 018.175.684-69 - Pregoeiro da Câmara.

**Publicado por:**  
LUCELIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 6F78EBFA

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 -  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de janeiro de 2019, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, o Pregoeiro da Câmara Municipal HELISSON MATEUS OLIVEIRA FÁRIAS, com base no resultado obtido no Pregão Presencial nº 001/2019, Tipo Menor Preço por item, da Câmara Municipal de Patu/RN, cumprindo as formalidades do inciso XXI, do art. 4º da Lei nº 10.520/02, ADJUDICA o objeto do presente processo licitatório em favor da licitante: POSTO UNIÃO NUNES LTDA – EPP – CNPJ Nº 10.013.417/0001-42 – Rua Antônio Suassuna, s/n – Centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000 – Valor total R\$ 35.022,00 (trinta e cinco mil e vinte e dois reais). Patu/RN, em 24 de janeiro de 2019. HELISSON MATEUS OLIVEIRA FARIAS - CPF: 018.175.684-69 - Pregoeiro da Câmara.

**Publicado por:**  
LUCELIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 4704FCAA

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 –  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019**

Considerando a análise efetuada no PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019, atendido o interesse público e no uso das atribuições de Gestor Público desta Câmara Municipal de Patu/RN, cumprindo as formalidades do inciso XXII, do art. 4º da Lei nº 10.520/02, HOMOLOGO o julgamento proferido pelo Pregoeiro, em 23 de janeiro de 2019, em favor da licitante: POSTO UNIÃO NUNES LTDA – EPP – CNPJ Nº 10.013.417/0001-42 – Rua Antônio Suassuna, s/n – Centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000 – Valor total R\$ 35.022,00 (trinta e cinco mil e vinte e dois reais). Patu/RN, em 24 de janeiro de 2019. LUCELIA RIBEIRO DANTAS, CPF nº 026.418.304-50- Presidente da Câmara.

**Publicado por:**  
LUCELIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 5DA9B940

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº  
001/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019**

NUMERO CONTRATO: 013/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PATU/RN – CNPJ Nº 08.396.830/0001-91, com endereço a Rua. Dr. José Augusto, nº 90, Centro, Patu/RN, CEP 59.770-000. CONTRATADA: POSTO UNIÃO NUNES LTDA – EPP – CNPJ Nº 10.013.417/0001-42 – Rua Antônio Suassuna, s/n – Centro – Patu – RN – CEP: 59.770.000. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de combustível para manutenção da frota da CMP. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/2002, subsidiada a Lei 8.666/1993 e alterações posteriores. VIGÊNCIA: Da assinatura até 31/12/2019. VALOR GLOBAL: R\$ 35.022,00 (trinta e cinco mil e vinte e dois reais). LOCAL E DATA: Patu/RN, em 25 de janeiro de 2019. ASSINATURAS: Pela CONTRATANTE: Lucélia Ribeiro Dantas, CPF nº 026.418.304-50, Presidente da Câmara / Pelo CONTRATADO: Ronnie Cezar Fernandes Silva, CPF nº 537.670.634-68, Titular.

**Publicado por:**  
LUCELIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 6DA88B44

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
EDITAL 001/2019 REUNIÃO DA DIRETORIA DA UVERN**

O Presidente da União dos Vereadores do Estado Rio Grande do Norte – UVERN, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os membros da diretoria da UVERN para uma reunião neste dia 01 de fevereiro de 2019, às 8:00 da manhã da sede da entidade em Natal – RN, para deliberar sobre:

- Ações para serem desenvolvidas no 1º semestre.

**Publicado por:**  
LUCELIA RIBEIRO DANTAS  
**Código Identificador:** 6B821758

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO**

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
EXTRATO DE DISPENSA Nº 001/2019\***

Contratante: Câmara Municipal de Pedro Velho/RN  
Contratada: COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE  
Valor Estimado: R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais)  
Base Legal: Artigo 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
Pedro Velho/RN em 04 de janeiro de 2019.  
Hermene Coelho de Azevedo Neto  
Presidente da Câmara Municipal  
\*Replicado por incorreção de erro material.  
**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
**Código Identificador:** 44D583D2

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
EXTRATO DE DISPENSA Nº 002/2019\***

Contratante: Câmara Municipal de Pedro Velho/RN  
Contratada: BANCO DO BRASIL S/A  
Valor Estimado: R\$ 1.200,00 (Um mil, duzentos reais)  
Base Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
Pedro Velho/RN em 04 de janeiro de 2019.  
Hermene Coelho de Azevedo Neto  
Presidente da Câmara Municipal  
\*Replicado por incorreção de erro material.  
**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
**Código Identificador:** 6DEA74B9

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
EXTRATO DE DISPENSA Nº 006/2019\***

Contratante: Câmara Municipal de Pedro Velho/RN  
Contratada: CARTÓRIO ÚNICO  
Valor Total: R\$ 582,74 (quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos)  
Base Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.  
Pedro Velho/RN em 09 de janeiro de 2019.  
Hermene Coelho de Azevedo Neto  
Presidente da Câmara Municipal  
\*Replicado por incorreção de erro material.  
**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
**Código Identificador:** 4C828AF7

**GABINETE DA PRESIDENCIA  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019\***

Contratante: Câmara Municipal de Pedro Velho/RN  
Contratada: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Valor Estimado: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)  
Base Legal: "caput" do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.  
Pedro Velho/RN, em 04 de janeiro de 2019.  
Hermene Coelho de Azevedo Neto  
Presidente da Câmara Municipal  
\*Replicado por incorreção de erro material.  
**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
**Código Identificador:** 75F148F2

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 024/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
022/2019**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 024/2019 Dispensa de Licitação Nº 022/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Parelhas RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 26 da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar reparos e consertos no prédio da sede do Poder Legislativo Municipal, antes da abertura do período legislativo do ano de 2019;

CONSIDERANDO o que diz o Art. 24 da Lei nº 8.666/93, e Decreto Federal 9.412/2018:

"Art. 24. É Dispensável de Licitação:

II Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do Inciso II do artigo anterior e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto, que possa ser realizado de uma só vez;"

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Dispensar de Licitação para aquisição de material de construção no valor de R\$1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais), destinados aos serviços de reparos e consertos no prédio da sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - Autorizar, após os trâmites legais, a contratação dos serviços junto a empresa: JOÃO PAULO DA SILVA-ME, CNPJ nº 11.366.043/0001-01, com endereço em Parelhas/RN.

Art. 3º - Determinar ao Setor de Contabilidade, que as despesas decorrentes deste ato, sejam empenhadas nas rubricas orçamentárias pertinentes bem como sejam preenchidas as informações no Anexo do SIAL através do formulário próprio.

Publique-se. Cumpra-se.

Parelhas RN, 28 de Janeiro de 2019

Humberto Alves Gondim  
Presidente

**Publicado por:**  
WANESSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
**Código Identificador:** 4927E916

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO Nº 025/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
023/2019**

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Nº 025/2019 Dispensa de Licitação Nº 023/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Parelhas RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 26 da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar reparos e consertos no prédio da sede do Poder Legislativo Municipal, antes da abertura do período legislativo do ano de 2019;

CONSIDERANDO o que diz o Art. 24 da Lei nº 8.666/93, e Decreto Federal 9.412/2018:

"Art. 24. É Dispensável de Licitação:

II Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do Inciso II do artigo anterior e para alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto, que possa ser realizado de uma só vez;"

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Dispensar de Licitação a contratação dos serviços de 25 (vinte e cinco) dias de pedreiro, incluindo auxiliar (servente), no valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para a realização de reparos e consertos no prédio da sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - Autorizar, após os trâmites legais, a contratação dos serviços junto a pessoa: Sr. WENDELL AVNER DO NASCIMENTO, CPF nº 092.286.354-79, na Rua Alonzo Bezerra de Albuquerque, 314, Maria Terceira, Parelhas/RN.

Art. 3º - Determinar ao Setor de Contabilidade, que as despesas decorrentes deste ato, sejam empenhadas nas rubricas orçamentárias pertinentes bem como sejam preenchidas as informações no Anexo do SIAL através do formulário próprio.

Publique-se. Cumpra-se.

Parelhas RN, 28 de Janeiro de 2019

Humberto Alves Gondim  
Presidente

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2019\***

Contratante: Câmara Municipal de Pedro Velho/RN

Contratada: TELEMAR NORTE LESTE S/A, para o fornecimento de Telefonia Fixa.

Valor Estimado: 3.000,00 (Três mil reais)

Base Legal: "caput" do Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Pedro Velho/RN em 04 de janeiro de 2019.

Hermene Coelho de Azevedo Neto

Presidente da Câmara Municipal

\*Replicado por incorreção de erro material.

**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
Código Identificador: 3F980737

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
PORTARIA Nº 014/2019 - GAB/PRES**

AO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Conceder ao servidor Hermene Coelho de Azevedo Neto, CPF: 014.926.354-64 CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR PRESIDENTE, ½ (meia) diária no valor de R\$ 160,00 cada.

Destino: Natal/RN

Período: 28 de Janeiro de 2019.

Objetivo: Fazer Certificado Digital.

Pedro Velho/RN, 28 de Janeiro de 2019.

Marival Augusto Dantas de Lima

Vice-Presidente

**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
Código Identificador: 61311444

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 20190001**

CONTRATO Nº 20190001

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019-DISP

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO/RN

CNPJ: 09.428.442/0001-08

CONTRATADO: AMARILDO E ROCHA CONTABILIDADE LTDA-EPP

CNPJ: 10.552.820/0001-40

OBJETO: Contratação de empresa especializada em consultoria nas áreas técnica/contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, pelo período de 03 (três) meses, destinado a Câmara Municipal de Pedro Velho/RN.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2019 Atividade 0101.010310002.2.001 Manut.e Func. da Câmara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.05

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07 de Janeiro de 2019 à 07 de Abril de 2019.

Pedro Velho/RN, 07 de janeiro de 2019

Assinam pelas partes:

PELO CONTRATANTE: Hermene Coelho de Azevedo Neto

PELO CONTRATADO: Amarildo Cavalcante Moreira

**Publicado por:**  
SYLVIA ROBERTA DA SILVA MELO  
Código Identificador: 6121154C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
PORTARIA Nº 016/2019**

NOMEIA PREGOIEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS,

no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 34 da Lei Orgânica Municipal e pelo Art. 21 inciso XIX do regimento interno:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, como pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão presenciais da Câmara Municipal de Pendências, os servidores abaixo relacionados:

PREGOIEIRO:

Ewerton Emanuel França Medeiros

EQUIPE DE APOIO:

Saluzio Pelonha Bezerra- Tesoureiro

João Batista Cabral- Secretário

Art. 2º Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme as disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 atualizada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Pendências/RN, 23 de Janeiro de 2019.

Alexandre Pereira de Araújo Montenegro

Presidente

João Batista do Nascimento  
1º Secretário

Valdemar Bezerra de Oliveira  
2º Secretário

**Publicado por:**  
JOÃO BATISTA CABRAL  
Código Identificador: 5BFC8682

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DO MANGUE**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO 09.2019**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da AGS REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS, referente à Serviço e manutenção de ar-condicionado 48bt da Câmara Municipal de Porto do Mangue/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria da Câmara Municipal de Porto do Mangue, sendo favorável ao processo licitatório, assim determino que seja publicado o devido extrato.

PORTO DO MANGUE - RN, 28 de Janeiro de 2019.

JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA  
Código Identificador: 5707D52B

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2019**

Partes: AGS REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS, CNPJ 31.845.718/0001-02 e a Câmara Municipal de Porto do Mangue, representada por Sr(a) JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA, Presidente.

Objeto.....:Serviço e manutenção de ar-condicionado 48bt da Câmara Municipal de Porto do Mangue/RN.

Contratado.....:AGS REFRIGERAÇÃO E SERVIÇOS

VALOR TOTAL.....: 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Prazo legal: 1 (um) mês, podendo ser prorrogados de acordo com a lei.

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Portanto, a emissão do parecer jurídico informado pelo Procuradoria da Câmara Municipal de Porto do Mangue sendo favorável a execução do objeto e ratificado pelo(a) Sr(a) JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA, Presidente.

PORTO DO MANGUE - RN, 28 de Janeiro de 2019

FÁBIO JÚNIOR COSTA

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA  
Código Identificador: 7529B05A

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
TERMO DE RATIFICAÇÃO 08.2019**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da L.L. FERNANDES - EPP, referente à Aquisição de combustível, visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto do Mangue/RN

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria da Câmara Municipal de Porto do Mangue, sendo favorável ao processo licitatório, assim determino que seja publicado o devido extrato.

PORTO DO MANGUE - RN, 08 de Janeiro de 2019.

JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA

Presidente

**Publicado por:**  
JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA  
Código Identificador: 3CF608A2

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08.2019**

Partes: L.L. FERNANDES - EPP, CNPJ 04.457.498/0001-77 e a Câmara Municipal de Porto do Mangue, representada por Sr(a) JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA, Presidente.

Objeto.....: Aquisição de combustível

Contratado.....:L.L. FERNANDES - EPP

Prazo legal: 3 (Três) mês, podendo ser prorrogados de acordo com a lei.

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Portanto, a emissão do parecer jurídico informado pelo Procuradoria da Câmara Municipal de Porto do Mangue sendo favorável a execução do objeto e ratificado pelo(a) Sr(a) JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA, Presidente.

PORTO DO MANGUE - RN, 08 de Janeiro de 2019

FÁBIO JÚNIOR COSTA

Secretário de Administração e Finanças

**Publicado por:**  
JUSCELINO GREGÓRIO DA SILVA  
Código Identificador: 51E5A727

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
AVISO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº 009/2019 – Objeto: SERVIÇOS DE EMISSÃO E VALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS no valor total estimado de R\$ 569,00 (Quinhentos e sessenta e nove reais), junto à empresa ACERTIMAIS CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA, CNPJ: 31.014.048/0001-82, com sede social Av. Lima e Silva, nº 1611, Loja 06 A, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e legislação subsequente.

Santana do Seridó/RN, 28 de janeiro de 2019.

Roberto Pereira Dantas Junior

Presidente da CPL

**Publicado por:**  
RITA DE CASSIA MORAIS SANTOS  
Código Identificador: 3D43E30B

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº  
0001/2019-INEXG**

O Presidente da Comissão de licitação do Município de SÃO TOMÉ, através da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO a seguir:

OBJETO.....: A contratação com o Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte - FECAMRN, celebram entre si o termo de filiação para contribuição mensal durante o exercício financeiro de 2019, conforme a solicitação da Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Tomé/RN.

FAVORECIDO.....: FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DO RIO GRANDE DO NORTE

VALOR.....: R\$ 5.460,00 (cinco mil, quatrocentos e sessenta reais).



enviadas providências para que o setor financeiro da Câmara Municipal de Serra Negra do Norte possa funcionar, sem interrupções

Pelo presente instrumento de contrato individual de trabalho a CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE - RN, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 10.872.562/0001-89, representado por seu Presidente Senhor Francisco Inácio Neto, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.242.317 SSP/RN, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº CPF nº 933.175.571-68, residente e domiciliado na Rua: Maria Faria, 687, Centro, Serra Negra do Norte - RN, doravante denominado EMPREGADOR, e a Empresa: S & L Contadores Associados SS Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.534.756/0001-74, com endereço comercial na Rua Mons. Severiano nº 143 - Centro - Caicó RN - 59.300-000, doravante denominada CONTRATADO OU EMPREGADO, firmam o presente contrato de emergência nos termos a seguir expostos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

§ 1o. - O CONTRATADO se obriga a prestar ao EMPREGADOR, a partir do dia 10 de janeiro de 2019, conforme os efeitos da legislação aludida, seus préstimos na função de CONTADOR, desempenhando todas as suas atribuições já definidas em lei.

§ 2o. - O EMPREGADO sujeitar-se-á as normas estabelecidas pela Câmara Municipal de Serra Negra do Norte/RN.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VENCIMENTOS**

Parágrafo único - O EMPREGADOR se compromete a pagar o CONTRATADO, a importância de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensal, com permissão das deduções legais.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO**

Parágrafo único - O pagamento será realizado mensalmente juntamente com a folha de pagamento dos demais servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Serra Negra do Norte/RN.

**CLÁUSULA QUARTA: DO EMPENHO DAS DESPESAS.**

As despesas geradas com o presente contrato serão empenhadas dentro do Orçamento da Câmara Municipal de Serra Negra do Norte.

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR**

Parágrafo único: São obrigações do EMPREGADOR:

I - Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, diariamente, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;

II - Proporcionar todas as facilidades para que o SERVIDOR possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;

III - Notificar o CONTRATADO, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços pactuados, fixando o prazo para sua correção;

IV - Fornecer ao CONTRATADO, sem qualquer ônus financeiro para este, todos os equipamentos, utensílios e materiais de expediente necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;

V - Prestar todas as informações solicitadas pelo CONTRATADO, relacionadas diretamente com o objeto deste contrato, a fim de que o mesmo possa desempenhar suas obrigações contratuais;

VI - Estabelecer o cronograma laboral a ser executado pelo CONTRATADO;

VII - Outras estabelecidas por lei.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Parágrafo único: Na execução do objeto do presente contrato, enviará o CONTRATADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequada cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

I - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando o EMPREGADOR do resultado das

inspeções;

II - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado.

III - Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo EMPREGADOR e atender, pronta e irretiradamente, às reclamações deste;

IV - Cumprir todas as determinações, recomendações e orientações legais emanadas do EMPREGADOR, bem como cumprir rigorosamente a jornada de trabalho estipulada neste contrato;

VI - Responsabilizar-se, quando em serviço, pela conservação dos equipamentos, materiais e documentos de propriedade do EMPREGADOR que estiverem sob os seus cuidados.

VII - Obedecer as demais normas impostas aos servidores públicos municipais;

VIII - Outras estabelecidas por lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DA RESCISÃO:**

Parágrafo único - Este instrumento contratual tem vigência de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período até uma solução legal para contratação ou nomeação de um profissional formado em contabilidade. E também poderá ser rescindido antes do prazo final, sem qualquer indenização para as partes, visando o interesse público, desde que haja a comunicação prévia.

**CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO**

Parágrafo único - O EMPREGADOR se encarregará de fazer a publicação do presente contrato, por extrato, nos locais de costume.

**CLÁUSULA NONA: DO FORO**

Parágrafo único - Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de Caicó - RN, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

Como prova do contratado, firmam as partes este instrumento de livre e espontânea vontade, cientes de seu inteiro teor, bem assim duas testemunhas idôneas que a tudo assistiram, extraindo-se duas cópias do mesmo teor, uma para cada contratante.

Serra Negra do Norte - RN, 10 de janeiro de 2019.

CAMARA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE - EMPREGADOR

S & L CONTADORES ASSOCIADOS SS LTDA - EMPREGADO

Publicado por:  
VANESSA ARAÚJO CAMELO FERNANDES DE FÁRIA  
Código Identificador: 6DD50E06

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS  
EXTRATO DE CONTRATO\***

CONTRATO Nº.....: 2019001

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2019 CMTA

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CONTRATADA(O).....: FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA SILVA

OBJETO.....: Contratação de serviços de operador de mesa de som junto a Câmara Municipal de Tenente Ananias-RN

VALOR TOTAL.....: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade

2.001, Classificação econômica 3.3.90.36.00, no valor de R\$ 12.000,00

VIGÊNCIA.....: 23 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 23 de Janeiro de 2019

\*Republicado por incorreção de erro material.

Publicado por:  
ARISTOTELES BARRETO DE ARAÚJO  
Código Identificador: 51F64698

**CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS  
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA SILVA, referente à Contratação de serviços de operador de mesa de som junto a Câmara Municipal de Tenente Ananias-RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). MARIA BERENICE PIRÉS DA SILVA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

TENENTE ANANIAS - RN, 23 de Janeiro de 2019

HAROLDO JOAQUIM DE ANDRADE

PRESIDENTE

Publicado por:  
ARISTOTELES BARRETO DE ARAÚJO  
Código Identificador: 63B0A2A3

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE UPANEMA**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2019.**

Dispõe sobre nomeação de Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Upanema, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Upanema/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e de acordo com o que estabelece a lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Presidente, o Senhor RONALD AUGUSTO DE FIGUEIREDO AQUINO, portador do CPF nº 115.383.394-80, Mat. nº 000029 como Secretário o Senhor MARDSON BEZERRA ALBUQUERQUE, portadora do CPF nº 010775714-10, Mat. nº 000016 e como Membro o Senhor FRANCISCO EVERI BEZERRA DE CASTRO, portador do CPF nº 029373254-00, Mat. nº 000008.

Art.2º. A Comissão Permanente de Licitação instituída por esta Portaria Exercerá suas funções até 31 de dezembro de 2019.

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos.

Parágrafo único: Após 31 de Dezembro de 2019, a comissão Permanente de Licitação designada por esta Portaria fica automaticamente destituída, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se,

Upanema/RN, 02 de Janeiro de 2019.

OSEAS MONTHALGGAN FERNANDES COSTA

Presidente

CPF: 054.799.774-40

Publicado por:  
OSEAS MONTHALGGAN FERNANDES COSTA  
Código Identificador: 597DA7D4

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMARA MUNICIPAL DE CARNAUBA DOS DANTAS**

**TESOURARIA  
TERMO DE FILIAÇÃO**

A Câmara Municipal de CARNAUBAS DOS DANTAS - RN, localizada à Rua Juvenal Lamartine, 200A - Centro - Carnaubas dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ 12.981.767/0001-28, neste ato representada pelo seu Presidente JOSÉ DE AZEVEDO DANTAS, inscrito no CPF sob o nº 916.476.494-04 por este instrumento renova a filiação junto à Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte - FECAM entidade de representação legislativa inscrita no CNPJ 07.319.675/0001-47, neste ato representado pelo seu Presidente, o senhor Odair Alves Diniz, inscrito no CPF Nº 904.089.004-82, pelo que o fez mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Pelo presente termo, a Câmara Municipal de CARNAUBAS DOS DANTAS - RN declara conhecer o Estatuto Social da Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

Cláusula Segunda: Compromete-se a FECAM/RN a apoiar a Câmara Municipal de CARNAUBAS DOS DANTAS - RN no acompanhamento de assuntos relativos a questões legislativas e que estejam contidas no estatuto da entidade e, ainda:

- Praticar taxas e preços diferenciados em favor do filiado;
- Estender ao filiado todos os serviços prestados pela entidade;
- Representar os interesses do filiado em assuntos gerais;
- Disponibilizar acesso ao diário oficial dos municípios;
- Outras obrigações e compromissos definidos no Estatuto Social.

Cláusula Terceira: Compromete-se a Câmara Municipal de CARNAUBAS DOS DANTAS - RN a contribuir financeiramente com a manutenção da FECAM/RN, e ainda,

- Participar das reuniões e assembleias da FECAM/RN;
- Contribuir com sugestões e projetos para dinamismo da entidade legislativa;
- Outras obrigações e compromissos defendidos no Estatuto Social.

**Cláusula Quarta:** A Liberação e Movimentação de Recursos, referentes ao presente TERMO no valor Global R\$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais) que serão liberados mensalmente em parcelas iguais de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais), através de desconto automático na Conta Corrente nº 13.521-6 e Agência: 4197-1 da Câmara Municipal CARNAUBAS DOS DANTAS - RN de todo dia 20 de cada mês, em favor da FECAM-RN

**Cláusula Quinta:** Da Autorização, a Câmara Municipal acima citada, pelo seu presidente no fim assinado, AUTORIZA a Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte — FECAM/RN a adotar os procedimentos necessários para receber contribuição mensal, no valor supra especificado, nos termos estabelecidos no Estatuto da Entidade.

**Parágrafo Primeiro** - A contribuição será mensal, feita a cada dia 20 do mês, em favor da FECAM-RN, no Banco do Brasil A. 3525- 4 e C/C 18.354-7.. A FECAM/RN se compromete a enviar mensalmente após o crédito feito, o recibo necessário à comprovação da contribuição.

**Parágrafo Segundo** — A inadimplência será aplicada após 10 dias do vencimento da contribuição, ocorrendo assim o bloqueio de todos os benefícios.

**Cláusula Sexta:** O prazo de vigência do presente TERMO é por tempo INDETERMINADO, sendo alterado apenas a mudança do presidente da Câmara Filiada quando assim houver, através de aditivo.

**Cláusula Sétima:** A Câmara Municipal poderá suspender ou cancelar a qualquer tempo a autorização de crédito em anexo, mediante comunicação prévia à creditada.

**Cláusula Oitava:** Do Foro, para dirimir qualquer questão decorrente deste INSTRUMENTO, as partes elegem o foro da Comarca de Natal/RN.

E, por estarem assim justas e de acordo, as partes firmam o presente INSTRUMENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais efeitos.

Natal/RN, em 03 de Janeiro de 2018.

José de Azevedo Dantas

Presidente da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN

Odair Alvez Diniz

Presidente da FECAM/RN

**Publicado por:**  
 DANYELA KARLA DANTAS ESPINOLA  
**Código Identificador:** 5DF0B9E7

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL**

**GABINETE DO PRESIDENTE**  
**PORTARIA 09/2019 - HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2018**

PORTARIA Nº 09/2019 Coronel Ezequiel/RN, 25 de janeiro de 2019

Dispõe da Homologação do Concurso Público, realizado através do Edital nº 001/2018, das Prefeituras e Câmaras Municipais do Trairi/Agreste Potiguar.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas

atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Coronel Ezequiel/RN;

Considerando, a realização das provas do Concurso Público nº 001/2018, realizado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN – FUNCERN, em razão da necessidade apresentada pelas Prefeituras e Câmaras Municipais da Região do Trairi;

Considerando, que todas as exigências do Edital do Concurso Público nº 001/2018 e suas respectivas retificações, foram totalmente cumpridas;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Homologar o resultado final do Concurso Público nº 001/2018, realizado em conjunto com as Prefeituras e Câmaras Municipais do Trairi, que foi devidamente publicado na rede Internet no site da FUNCERN e afixado no quadro de avisos desta Câmara Municipal, os quais são partes integrantes desta Portaria, referente aos cargos abaixo descritos:

Art. 2º. As convocações dos aprovados no número de vagas estipuladas dar-se-ão mediante edital próprio, atendidos os critérios de disponibilidade orçamentária financeira e o interesse público, a critério de oportunidade e conveniência da Administração.

Art. 3º. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público do Legislativo Municipal;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as

disposições em contrário.

Anexo a este ato, a Classificação Oficial Definitiva.

Publique-se Cumpra-se.

Em Coronel Ezequiel/RN, aos 25 de janeiro de 2019.

Jadson Pontes da Silva Presidente

Anexo – Classificação

Concurso Câmara Municipal de Coronel Ezequiel/RN (Edital 01/2018)								
Provas Objetivas								
Advogado – 01 (uma) Vaga								
Classificação	Situação	Candidato	Inscrição	Pontos	Acertos	Conhecimento específico	Língua Portuguesa	Nascimento
1	Habilitado	JESSICA DANTAS DE MENDONÇA	132195-4	66.5	20	13.0	7.0	12/02/1994
2	Habilitado	KALIGIA DAISE DE LIMA SILVA	110187-1	65.5	20	11.0	9.0	16/12/1993
3	Habilitado	PAULA MICHELLE LINHARES FLORIPES	111624-9	62.0	19	10.0	9.0	23/09/1991
4	Habilitado	LEILIANE DANTAS LIMA	117389-9	59.5	18	11.0	7.0	25/01/1995
5	Habilitado	THIAGO AUGUSTO FONSECA GOMES	131462-2	58.5	18	9.0	9.0	16/06/1983
6	Habilitado	JOSE BRUNO MACEDO DE ARAUJO	113445-1	53.5	16	11.0	5.0	03/11/1981
7	Habilitado	RAFAELA PENHA DE MEDEIROS	131998-7	53.0	16	10.0	6.0	18/04/1991
8	Habilitado	FLAVIA CALIXTA DE MEDEIROS SILVA	131329-9	52.5	16	9.0	7.0	18/12/1993
9	Habilitado	YURI MARINHO SARAIVA LEAO	132016-0	52.0	16	8.0	8.0	16/07/1991
10	Habilitado	TAMARA CONCEICAO LIMOEIRO DA SILVA	131895-7	51.0	16	6.0	10.0	10/11/1979

Provas Objetivas								
Auxiliar de Serviços Gerais – 01 (uma) Vaga								
Classificação	Situação	Candidato	Inscrição	Pontos	Acertos	Língua Portuguesa	Matemática	Nascimento
1	Habilitado	SIDNEY TELES DE MENEZES	120717-3	58.0	17	10.0	7.0	12/03/1992
2	Habilitado	FRANCISCA IRACEMA DOS SANTOS	118820-3	54.0	17	14.0	3.0	15/03/1985
3	Habilitado	JOSÉ IRANILDO MACEDO DA ROCHA	111801-0	50.0	14	8.0	8.0	11/10/1983

Provas Objetivas								
Contado - 01 (uma) Vaga								
Classificação	Situação	Candidato	Inscrição	Pontos	Acertos	Conhecimento específico	Língua Portuguesa	Nascimento
1	Habilitado	DIEGO ACMEON DA SILVA MEDEIROS	131559-0	69,5	21	13,0	8,0	28/03/1987

Jadson Pontes da Silva Presidente

**Publicado por:**  
JADSON PONTES DA SILVA  
**Código identificador:** 72765AE2

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA**

**PRESIDENCIA**  
**ATO ADMINISTRATIVO DELEGATÓRIO Nº 003/2019**

Fernando Pedroza/RN, 07 de janeiro de 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA -RN no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o termo de posse devidamente publicado e pela Portaria Nº 001/2017 em 05/01/2017

RESOLVE:

Atribuir poderes com vigência a iniciar em 01/01/2019 e sua revogação prevista para 31/12/2020. Designados para plena movimentação de Conta Corrente neste ato descrito para a Senhora Coordenadora de Tesouraria da Câmara Municipal do município de Fernando Pedroza EZIANA NICACIO COSTA CUNHA, RG: 1.703.701 SSP/RN; CPF: 028.309.294-70 e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Fernando Pedroza, FRANCISCO KLEIBER DA SILVA, RG nº 916.381 SSP/RN e CPF: 595.181.974-15.

Agencia	Conta Corrente
1445-1	34.994-1

Poder a vincular:

- \_ 001 AJUSTAR VAL., CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/O
- \_ 009 EMITIR CHEQUES
- \_ 010 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- \_ 011 AUTORIZAR COBRANCA
- \_ 012 CONCEDER ABATIMENTOS
- \_ 013 CAUCIONAR TITULOS
- \_ 015 ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES
- \_ 016 RECEB CITAC. INTIM E NOTIF EM PROCED JUDICIAL
- \_ 017 ACEITAR AVALIACOES
- \_ 018 UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOE
- \_ 019 VENDER OS BENS HIPOTECADOS E APENHADOS
- \_ 020 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- \_ 021 CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR
- \_ 023 REIVINDICAR DIREITOS
- \_ 024 EFETUAR ACORDOS
- \_ 026 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES
- \_ 027 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- \_ 028 RECEBER GRATIFICACOES,DIARIAS,PENSOES,SALARIO
- \_ 031 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOE
- \_ 032 ASSINAR CONTRATO DE CAMBIO E SEUS RESP ADITIV
- \_ 034 ASSINAR PROP DE ABERTURA DE CARTA DE CREDITO
- \_ 035 ASSINAR TERMO DE TRANSF DE DIREITOS S/CARTA C
- \_ 036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- \_ 037 ASSINAR CARTA VINCULATORIA E CARTAS DE COMPRO
- \_ 038 ENDOSSAR CHEQUE
- \_ 039 ASSINAR INSTR DE CREDITO
- \_ 040 ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/AS
- \_ 045 AMPLOS PODERES
- \_ 047 REQUISITAR CARTAO ELETRONICO
- \_ 048 MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONI
- \_ 049 AVALIZAR CHEQUES
- \_ 051 EMITIR DUPLICATAS
- \_ 052 ENDOSSAR DUPLICATAS
- \_ 053 AVALIZAR DUPLICATAS
- \_ 054 DESCONTAR DUPLICATAS
- \_ 056 EMITIR LETRAS DE CAMBIO
- \_ 057 ENDOSSAR LETRAS DE CAMBIO
- \_ 058 AVALIZAR LETRAS DE CAMBIO
- \_ 059 PROEX-EQUALIZACAO - CAD. FORMULARIOS/PEDIDO E



- \_ 060 CONSULTAR DEPOSITOS JUDICIAIS VIA INTERNET
- \_ 061 ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
- \_ 062 ASSINAR ORCAMENTO
- \_ 063 ASSINAR MENCAO ADICIONAL
- \_ 064 ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE
- \_ 065 EMITIR NOTA PROMISSORIA
- \_ 066 ENDOSSAR NOTA PROMISSORIA
- \_ 067 AVALIZAR NOTA PROMISSORIA
- \_ 068 EMITIR TITULO DE CREDITO RURAL
- \_ 069 EMITIR TITULO DE CREDITO COMERCIAL
- \_ 070 EMITIR TITULO DE CREDITO INDUSTRIAL
- \_ 071 EMITIR TITULO DE CREDITO A EXPORTACAO
- \_ 072 ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO
- \_ 073 ASSINAR A APOLICE DE SEGURO
- \_ 074 DAR EM GARANTIA PENHOR DE BENS PERTENCENTES E
- \_ 075 DAR EM GARANTIA HIPOTECA DE BENS PERTENCENTES
- \_ 076 ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO
- \_ 078 DESCONTAR TITULOS DE CREDITO
- \_ 079 AVALIZAR
- \_ 080 PRESTAR FIANCA
- \_ 081 AVALIZAR C/ AUTORIZ CONSELHO ADMINISTR/ASSEMB
- \_ 082 PRESTAR FIANCA C/ AUTORIZ CONS ADMIN/ASSEMBL
- \_ 083 ONERAR BENS
- \_ 084 ALIENAR BENS
- \_ 085 ONERAR BENS COM AUTORIZACAO DO CONSELHO ADMIN
- \_ 086 ALIENAR BENS COM AUTORIZACAO DO CONSELHO ADMI
- \_ 093 EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS,EXCETO POR
- \_ 094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- \_ 095 CANCELAR CHEQUES
- \_ 096 BAIXAR CHEQUES
- \_ 098 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
- \_ 099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- \_ 100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- \_ 101 EFETUAR SAQUES - BB RURAL RAPIDO
- \_ 102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA
- \_ 103 AUTORIZAR TRANSACOES NO SITE AGRONEGOCIOS-E
- \_ 104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- \_ 105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- \_ 106 EFETUAR PAGAMENTOS, EXCETO POR MEIO ELETRONIC
- \_ 107 EFETUAR TRANSFERENCIAS, EXCETO POR MEIO ELETR
- \_ 108 AUTORIZAR TRANSACAO NO BALCAO DE COMERCIO EXT
- \_ 109 CUSTODIA - DEPOSITAR OURO LINGOTE
- \_ 110 CUSTODIA - RETIRAR OURO LINGOTE
- \_ 111 CUSTODIA - TRANSFERIR OURO LINGOTE
- \_ 112 ASSINAR BOLETO DE CÂMBIO
- \_ 113 RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO
- \_ 114 SOLICITAR MOVIMENTACAO DE CONTAS NO EXTERIOR
- \_ 115 NEGOCIAR/TRANSFERIR TITULOS E VALORES MOBILIA
- \_ 116 RECEBER RENDIMENTOS DE TITULOS E VALORES MOBI
- \_ 117 EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- \_ 118 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU
- \_ 119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANÇ
- \_ 121 CONSULTA DE ORPAG DO EXTERIOR PELA CABB
- \_ 123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS,EXCETO INVESTIMENTO
- \_ 124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- \_ 125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CRE
- \_ 126 EMITIR COMPROVANTES
- \_ 127 ASSINAR CONTRATOS DE CAMBIO PRONTO
- \_ 128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-

- \_ 129 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMER
- \_ 130 ASSINAR CONTRATO DE DERIVATIVOS
- \_ 132 FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS
- \_ 133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- \_ 136 RECEBER/QUITAR, PELO VENDEDOR, CREDITO DE FIN
- \_ 137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZ
- \_ 138 CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO
- \_ 139 ASSINAR CERTIFICADOS DE ORIGEM E DOCUMENTOS C
- \_ 140 SERVICOS DE CAMBIO E COMERCIO EXTERIOR
- \_ 141 AUTORIZAR ADESAO E MOVIMENTACAO DE PONTOS
- \_ 142 PODER ESPECIFICO PARA UMA OPERACAO
- \_ 143 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA JUDICIAL U
- \_ 144 FECHAR OPERACOES DE SWAP
- \_ 145 FECHAR OPERACOES A TERMO
- \_ 146 FECHAR OPERACOES DE OPCOES
- \_ 147 REPRESENTAR VENDEDOR E OUTROS INTERV NO FINAN
- \_ 148 ASSINAR/AUTORIZAR CONTRATO DE CESSAO DE DIREI
- \_ 149 ASSINAR INSTR.CONVENIO E CONTRATO PREST.SERVI
- \_ 150 ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANC
- \_ 151 SOLICITAR/BAIXAR RELATORIOS DEPOSITOS JUDICIA
- \_ 152 ASSINAR MANDATO ELETRONICO DEPOSITO JUDICIAL
- \_ 153 CONSULTAR SALDO/EXTRATO DE DEPOSITOS JUDICIA
- \_ 154 ALIENAR BENS MOVEIS
- \_ 155 AVALIZAR PARA COLIGADAS, CONTROLADAS E AFILIA
- \_ 156 PRESTAR FIANCA PARA COLIGADAS, CONTROLADAS E
- \_ 157 ASSINAR LETRAS DE CAMBIO/SAQUES
- \_ 158 BLOQUEIO/DESBLOQUEIO DEPOSITO JUDICIAL
- \_ 159 EFETUAR CONTROLE, FISCALIZACAO E AUDITORIA
- \_ 160 CONSULTAR RELATORIOS DE SERVICOS DE ADMINISTR
- \_ 161 ASSINAR CONTRATO DE COE

FRANCISCO KLEIBER DA SILVA EZIANA NICACIO COSTA CUNHA

Presidente Tesoureira

**Publicado por:**  
 EZIANA NICÁCIO COSTA CUNHA  
**Código Identificador:** 4A16178C

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FLORÂNIA**

**MESA DIRETORA**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 001-2019**

PREGÃO PRESENCIAL 001/2019 – CMF

Com base no resultado constante da ata da sessão do dia vinte e oito do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove (28/01/2019), referente à sessão de recebimento e abertura dos Envelopes 01 – Proposta de Preços e Envelopes 02 – Documentação de Habilitação do Pregão Presencial 001/2019 – CMF objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação para atender as demandas da Câmara Municipal de Florânia durante o Exercício do ano de 2019, o Pregoeiro ADJUDICA os itens ao respectivo vencedor, conforme tabela abaixo para que produza os efeitos legais nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Serviço de assessoria de comunicação que será prestado junto à Câmara Municipal de Florânia, conforme discriminado abaixo: - Acompanhamento das sessões legislativas para divulgação dos discursos, debates e projetos aprovados, com a respectiva produção de releases e distribuição para a imprensa; - Organização da cobertura de eventos que venham a ser promovidos pelo Legislativo Municipal; - Atualização da página oficial do Legislativo na internet e nas redes sociais com informações pertinentes ao Poder Legislativo; - Agendamento e intermediação de entrevistas para a imprensa, dos vereadores sobre assuntos relevantes ao Município; - Acompanhamento dos Vereadores em reuniões de trabalho no Município de Florânia ou fora dele; - Produção de informativos; - Atender as demandas dos veículos de comunicação em caso de necessidades de esclarecimentos ou matérias de assuntos inerentes ao Poder Legislativo.	Mês	11	2.000,00	22.000,00

Valor total estimado para 11 (onze) meses: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

Florânia/RN, 28 de janeiro 2019

Adeilton Dantas de Macêdo

Pregoeiro

**Publicado por:**  
 IVANETE SILVA  
**Código Identificador:** 6057FD2F

**MESA DIRETORA**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

REF. EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

TIPO: MENOR PREÇO

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório Pregão Presencial tipo menor preço, em referência, cujo objeto é a Contratação de Empresa especializada nos serviços de Assessoria de Comunicação, visando o atendimento de demandas da Câmara Municipal e em cumprimento aos termos da Lei 7.866/1993 e alterações posteriores, como também os atos do Pregoeiro designado, HOMOLOGO os procedimentos do Pregão Presencial nº 001/2019 tipo menor preço a Empresa DAVIDSON JENNER PEREIRA DE MEDEIROS, devidamente inscrita no CNPJ nº 26.771.275/0001-12, situado a Rua João da Mata Toscano nº 63, na cidade de Florânia, com valor mês em R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) totalizando o valor global de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) referente a onze meses e demais condições oferecidas em sua proposta, conforme tabela abaixo para que produza os efeitos legais nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Serviço de assessoria de comunicação que será prestado junto à Câmara Municipal de Florânia, conforme discriminado abaixo: - Acompanhamento das sessões legislativas para divulgação dos discursos, debates e projetos aprovados, com a respectiva produção de releases e distribuição para a imprensa; - Organização da cobertura de eventos que venham a ser promovidos pelo Legislativo Municipal; - Atualização da página oficial do Legislativo na internet e nas redes sociais com informações pertinentes ao Poder Legislativo; - Agendamento e intermediação de entrevistas para a imprensa, dos vereadores sobre assuntos relevantes ao Município; - Acompanhamento dos Vereadores em reuniões de trabalho no Município de Florânia ou fora dele; - Produção de informativos; - Atender as demandas dos veículos de comunicação em caso de necessidades de esclarecimentos ou matérias de assuntos inerentes ao Poder Legislativo.	Mês	11	2.000,00	22.000,00
Valor total estimado para 11 (onze) meses: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)					

Florânia/RN, 28 de janeiro de 2019

Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros

Presidente da Câmara Municipal de Florânia/RN

Publicado por:  
 IVANETE SILVA  
 Código Identificador: 4CC98109

**Expediente:**

**Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN**

**BIÊNIO 2019/2021**

**PRESIDENTE - Paulo Eduardo da Costa Freire (Natal)**

1º Vice – Presidente: Iron Lucas Oliveira Junior (Ex-Presidente)

2º Vice – Presidente: Otavio Carlos Dantas Filho (Brejinho)

3º Vice - Presidente: Rosemberg Monteiro de Carvalho (Severiano Melo)

4º Vice – Presidente: Adailton da Silva Peixoto (Pedra Preta)

1º Secretário: Vagner Souza de Medeiros (Campo Grande)

2º Secretário: José Moabe Zacarias Soares (Serra do Mel)

1º Tesoureiro: Diogo José de Araújo Alves (São Paulo do Potengi)

2º Tesoureiro: Pedro Henrique de Souza Silva (Pedra Grande)

**CONSELHO FISCAL**

Conselheiro Fiscal: João Horácio de Gois (Poço Branco)

Conselheiro Fiscal: Saint Clay Alcantara Silva de Medeiros (Florânia)

Conselheiro Fiscal: Fagner Bezerra de Brito (Jucurutu)

Conselheiro Fiscal: Oseas Montalggan Fernandes Costa (Upanema)

Conselheiro Fiscal: Rodolfo Guedes dos Santos (Cerro Corá)

**SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL**

Conselheiro Fiscal: Jean Poggio Nerino (São José de Mipibú)

Conselheiro Fiscal: Marcilio de Medeiros Dantas (São João do Sabugi)

Conselheiro Fiscal: Marli de Medeiros Dantas (Carnaúba dos Dantas)

**COORDENAÇÕES**

Coordenador Região Oeste: Francisco Elianto Faustino da Costa (Riacho de Santana)

Coordenador Região Médio Oeste: Arthur Barbosa de Lima (Janduí)

Coordenador Região Vale do Assú: Fábio da Costa Vale (São Rafael)

Coordenador Região Central: Joanildo Felix Barbosa da Cruz (Lajes)

Coordenador Região Seridó Ocidental: Nazareno Ulisses Alves (Lagoa Nova)

Coordenador Região Seridó Oriental: José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes (Cruzeta)

Coordenador Região Trairi: José Vanderley Soares Silva (São Bento do Trairi)

Coordenador Região Mato Grande: José Tiago Santana Neto de Farias (Touros)

Coordenador Região Potengi: Francisco Ferreira Filho (Barcelona)

Coordenador Região Salineira: Duarte Oliveira da Silva Junior (Areia Branca)

Coordenador Região Metropolitana: Fábio Vicente da Silva (Extremoz)

Coordenador Região Agreste: Odilon Ernestino Barbalho (Goianinha)

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES**
**BENTO FERNANDES - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.936,49	52.462,30	52.677,16	52.772,56	52.480,63	52.765,16	52.567,33	51.389,45	51.271,65	52.520,69	50.031,04	66.866,48	641.740,94	0,00
Pessoal Ativo	53.936,49	52.462,30	52.677,16	52.772,56	52.480,63	52.765,16	52.567,33	51.389,45	51.271,65	52.520,69	50.031,04	66.866,48	641.740,94	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	45.415,09	43.750,23	44.147,73	44.163,63	43.868,52	44.174,02	46.321,58	45.119,70	45.118,73	46.335,08	43.845,43	52.706,40	544.966,14	0,00
Obrigações Patronais	8.521,40	8.712,07	8.529,43	8.608,93	8.612,11	8.591,14	6.245,75	6.269,75	6.152,92	6.185,61	6.185,61	14.160,08	96.774,80	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	53.936,49	52.462,30	52.677,16	52.772,56	52.480,63	52.765,16	52.567,33	51.389,45	51.271,65	52.520,69	50.031,04	66.866,48	641.740,94	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		15.123.499,27	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)		0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		15.123.499,27	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)		641.740,94	4,24
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		907.409,96	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		862.039,46	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		816.668,96	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

**BENTO FERNANDES - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			

\_\_\_\_\_  
 José Pequeno Nicácio  
 . . .  
 Presidente

\_\_\_\_\_  
 Eleilson da Silva Nascimento  
 . . .  
 Contador

\_\_\_\_\_  
 Andriete Francile da Silva  
 . . .  
 Controladora

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)

em Reais

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS 1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU 1.1.1-IPTU 1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU 1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ITBI 1.2.1-ITBI 1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI 1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS 1.3.1-ISS 1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS 1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte IRRF 1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) 1.5.1-ITR 1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR 2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 2.1-Cota-Parte FPM 2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b 2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d 2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e 2.2-Cota-Parte ICMS 2.3-ICMS-Desoneração L.C. nº87/1996 2.4-Cota-Parte IPI-Exportação 2.5-Cota-Parte ITR 2.6-Cota-Parte IPVA 2.7-Cota-Parte IOF-Ouro				
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4-RECEITA DA APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO 5-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE 5.1-Transferências do Salário-Educação 5.2-Transferências Diretas - PDDE 5.3-Transferências Diretas - PNAE 5.4-Transferências Diretas - PNATE 5.5-Outras Transferências do FNDE 5.6-Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE 6-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS 6.1-Transferências de Convênios 6.2-Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios 7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO 8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>				

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)

em Reais

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB 10.1-Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1) 10.2-Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2) 10.3-ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3) 10.4-Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4) 10.5-Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5) 10.6-Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)				
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB 11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB 11.2-Complementação da União ao FUNDEB 11.3-Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB				
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (CRESTO)</b>				
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DESPESAS DO ENSINO							
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO 13.1-Com Educação Infantil 13.2-Com Ensino Fundamental							
14-OUTRAS DESPESAS 14.1-Com Educação Infantil 14.2-Com Ensino Fundamental							
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)</b>							
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>						<b>VALOR</b>	
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1-FUNDEB 60%							
16.2-FUNDEB 40%							
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
17.1-FUNDEB 60%							
17.2-FUNDEB 40%							
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)

em Reais

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	
19.1-Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> $(13 - (16.1 + 17.1)) / (11) \times 100$ %	
19.2-Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $(14 - (16.2 + 17.2)) / (11) \times 100$ %	
19.3-Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2))$	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018 <sup>2</sup>	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTES DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR <sup>7</sup> NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL							
22.1-Creche							
22.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB							
22.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
22.2-Pré-escola							
22.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB							
22.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
23-ENSINO FUNDAMENTAL							
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB							
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos							
24-ENSINO MÉDIO							
25-ENSINO SUPERIOR							
26-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27-OUTRAS							
<b>28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23 + 24 + 25 + 26 + 27)</b>							

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
32-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	
34-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (4)	
35-CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	
<b>36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 32 + 33 + 34 + 35) {6}</b>	
<b>37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) (36)) {6}</b>	
<b>38-PERCENTUAL APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % {6} - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% {5}</b>	



CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

RREO - Anexo 08 (LDB, art 72)

em Reais

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>7</sup> (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39-DESPESAS CUSTEADAS C/ APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO							
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
41-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							
43-TOTAL OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/RECEITAS ADIC. P/FINANC. DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)							
44-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)							
<b>RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO</b>					<b>SALDO ATÉ O BIMESTRE</b>	<b>CANCELADO EM 2018 (j)</b>	
45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB							
<b>CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>					<b>FUNDEB</b>	<b>SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>	
46-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017							
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE							
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE							
48.1-Orçamento do Exercício							
48.2-Restos a Pagar							
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE							
50-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE							
51-(+) Ajustes							
51.1-Retenções							
51.2-Conciliação Bancária							
52-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO							

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

1-Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

2 - Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

3 - Caput do artigo 212 da CF/1988

4 - Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 - Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

6 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

7 - Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

**CANGUARETAMA - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	79.139,56	97.181,60	100.173,55	102.768,93	95.398,80	98.946,49	109.155,41	105.711,41	105.678,46	105.798,35	104.887,55	103.419,71	1.208.259,82	0,00
Pessoal Ativo	79.139,56	97.181,60	100.173,55	102.768,93	95.398,80	98.946,49	109.155,41	105.711,41	105.678,46	105.798,35	104.887,55	103.419,71	1.208.259,82	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	79.139,56	84.127,88	87.370,95	89.966,33	93.607,44	97.140,11	92.657,69	92.657,69	92.657,69	92.657,69	91.746,89	102.444,93	1.096.174,85	0,00
Obrigações Patronais	0,00	13.053,72	12.802,60	12.802,60	1.791,36	1.806,38	16.497,72	13.053,72	13.020,77	13.140,66	13.140,66	974,78	112.084,97	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	79.139,56	97.181,60	100.173,55	102.768,93	95.398,80	98.946,49	109.155,41	105.711,41	105.678,46	105.798,35	104.887,55	103.419,71	1.208.259,82	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	65.103.861,41	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	65.103.861,41	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)	1.208.259,82	1,86
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.906.231,68	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.710.920,10	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	3.515.608,52	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

**CANGUARETAMA - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			

\_\_\_\_\_  
 WILINENE CRISTINA DA SILVA

PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
 PEDRO FELINTO NUNES

CONTADOR

\_\_\_\_\_  
 ROGÉRIO AVELINO DE LIMA

CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Redondo  
Câmara Municipal de Campo Redondo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	804.718,59	0,00
Pessoal Ativo	804.718,59	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	669.821,17	0,00
Obrigações Patronais	134.897,42	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	201,61	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	201,61	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	804.516,98	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.864.411,38	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	27.864.411,38	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Redondo  
Câmara Municipal de Campo Redondo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	804.516,98	2,89 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.671.864,68	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.588.271,45	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	1.504.678,21	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Campo Redondo - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:23:27

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
VICTOR NEVES WANDERLEY  
Presidente CPF: 070.585.974-64

\_\_\_\_\_  
MARIA MERCIA DE BRITO FERREIRA  
Técnico Contabilidade CRC/RN 7151

\_\_\_\_\_  
FRANCISCA FRANCINEIDE DEDE DE LIMA  
Tessoureira CPF: 046.006.004-01

\_\_\_\_\_  
JOSENI LDA PEREIRA DE FARIAS  
Controladora CPF: 806.821.384-87

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA**

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS EM PERÍODO ESPECÍFICO LIQUIDADAS												Total de Mês Específicos	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Agos/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.586,61	47.161,12	43.243,20	45.397,34	44.846,69	49.877,50	46.480,37	46.645,62	41.907,74	41.794,52	45.228,92	44.106,24	541.275,87	
Pessoal Ativo	44.586,61	47.161,12	43.243,20	45.397,34	44.846,69	49.877,50	46.480,37	46.645,62	41.907,74	41.794,52	45.228,92	44.106,24	541.275,87	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	34.019,30	36.509,24	32.451,60	34.838,36	34.356,76	38.269,20	35.693,40	35.795,70	34.257,80	34.257,80	37.692,20	34.257,80	422.399,16	
Obrigações Patronais	10.567,31	10.651,88	10.791,60	10.558,98	10.489,93	11.608,30	10.786,97	10.849,92	7.649,94	7.536,72	7.536,72	9.848,44	118.876,71	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF )														
DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	44.586,61	47.161,12	43.243,20	45.397,34	44.846,69	49.877,50	46.480,37	46.645,62	41.907,74	41.794,52	45.228,92	44.106,24	541.275,87	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)</b>														<b>541.275,87</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.876.546,30	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) ( § 13, art. 166 da CF		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	11.876.546,30	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)	541.275,87	4,55 %
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	712.592,78	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) ( § único do art. 22 da LRF)	676.963,14	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	641.333,50	5,40 %

FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

NOTAS:

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
3º Quadrimestre de 2018		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)
6,00 %	4,56 %	-1,44 %

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Parelhas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.422.014,10	0,00
Pessoal Ativo	1.422.014,10	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.166.313,74	0,00
Obrigações Patronais	255.700,36	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	1.422.014,10	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	38.878.994,66	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	38.878.994,66	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	1.422.014,10	3,66 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	2.332.739,68	6,00 %



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Parelhas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 2.216.102,70 | 5,70 %

\_\_\_\_\_  
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF) | 2.099.465,71 | 5,40 %

\_\_\_\_\_  
FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Parelhas - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 16:01:48

\_\_\_\_\_  
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
HUMBERTO ALVES GONDIM  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
JANAYNA SABRI NA DE AZEVEDO MENEZES  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
WANESSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU**

Rio Grande do Norte  
Govern Municipal de São José de Mipibu  
Câmara Municipal de São José de Mipibu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS E CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIO ATUAL				
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)= (A)-(B+C+D+E)-F			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de São José de Mipibu - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:55:04

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de São José de Mipibu  
Câmara Municipal de São José de Mipibu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
VERONICA SENRA DA SILVA  
Presidente CPF: 728.193.247-20

\_\_\_\_\_  
LUCIENE CAVALCANTE MOREIRA DE CARVALHO  
Técnico Contabilidade CRC/RN 7.038

\_\_\_\_\_  
TATIANE KARLA COSTA DA SILVA  
Diretora Financeira CPF: 035.479.134-62

\_\_\_\_\_  
ELI ZANGELA DANTAS FERREIRA  
Controladora CPF: 024.141.224-20

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU**

<b>ANEXO 19</b>						Poder/Órgão : <b>CAMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU</b>			
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar						Bimestre: <b>.06/2018</b>			
LRF, art 55, inciso III, alínea "a" - Anexo XIX						Em Reais			
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RP Liquidados e Não Pagos		RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
		(a)	(b)	(c)	(d)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	52.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.040,00	52.040,00	0,00
Recursos Ordinários	52.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.040,00	52.040,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	52.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.040,00	52.040,00	0,00
<b>PAULA MERCIA M DE S TORRES - PRESIDENTE - MAIRA IVZE BEZERRA ALVES - CONTROLADORA -</b> <b>JOELMA DE FATIMA L MEDEIROS - TESOUREIRA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR</b>									

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUÁ**

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 6º BIMESTRE														
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") / MDF 8ª Edição														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.374,81	44.783,25	49.505,10	46.896,06	47.562,87	46.330,39	46.053,09	46.064,25	46.053,64	80.981,77	46.791,02	59.639,60	604.035,85	0,00
Pessoal Ativo	43.374,81	44.783,25	49.505,10	46.896,06	47.562,87	46.330,39	46.053,09	46.064,25	46.053,64	80.981,77	46.791,02	59.639,60	604.035,85	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	43.374,81	36.908,00	38.762,00	36.854,00	39.970,66	37.808,00	37.898,00	37.808,00	37.808,00	72.841,00	38.545,36	48.572,71	506.780,58	
Obrigações Patronais	0,00	7.875,25	10.743,10	10.042,06	7.692,21	8.522,39	8.245,09	8.256,25	8.245,64	8.340,77	8.245,64	11.066,89	97.275,29	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imposto de Renda Retido na Fonte-Trabalho (Decisão nº 720/2007 – TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	38.374,81	44.783,25	49.505,10	46.896,06	47.562,87	46.330,39	46.053,09	46.064,25	46.053,64	80.981,77	46.791,02	59.639,60	599.035,85	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	VALOR													% SOBRE A RCL AJUSTADA
(1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	13.064.143,43													-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)	13.064.143,43													-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)	599.035,85													4,55
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	790.631,72													6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	751.100,13													5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	711.568,55													5,40
FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh> e <mm>														
<b>TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>														
<Exercício em que o ente excedeu o limite>				<Exercício do primeiro período seguinte>				<Exercício do segundo período seguinte>						
<Quadrimestre/Semestre>				<Primeiro período seguinte>				<Segundo período seguinte>						
Limite	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP			
Máximo	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)						
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)						
MARIA DO SOCORRO DE PAULA OLIVEIRA - PRESIDENTE - FRANCISCO DAS CHAGAS DE AQUINO SOUZA - CONTROLADOR - ADAMO SAVIO DIAS XAVIER PEIXOTO - TESOUREIRO - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR														

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Monte Alegre  
Câmara Municipal de Monte Alegre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A)-(B+C+D+E)-F	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIORES (D)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO ATUAL (C)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Monte Alegre - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:53:19

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Monte Alegre  
Câmara Municipal de Monte Alegre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

---

ANTONIO ANANIAS FILHO  
Presidente da Câmara

---

ANGELA MARIA ALVES DA SILVA  
CONTADORA CRC/RN 8457/0-8

---

PATRICIA ALVES DOS SANTOS  
Tesoureira

---

EDILSON AMANCIO LIMA  
CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Maxaranguape  
Câmara Municipal de Maxaranguape

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF , Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	33.808.728,82	
Receita Corrente Líquida Ajustada	33.808.728,82	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		
Despesa Total com Pessoal - DTP	940.000,00	2,78%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	2.028.523,73	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	1.927.097,54	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <=>	1.825.671,36	5,40%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>GARANTIA DE VALORES</b>		
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE	
	CAIXA LÍQUIDA (ANTES	
	INSCRIÇÃO EM	DA INSCRIÇÃO EM
	RESTOS A PAGAR NÃO	RESTOS A PAGAR NÃO
	PROCESSADOS	PROCESSADOS DO
	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO)
Valor total	223.035,65	-26.171,92



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>360,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>360,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos Ordinários	360,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,61	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>360,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>360,61</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

ERIVELTO HENRIQUE JUNIOR  
032.640.014-11  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PEDRO FELINTO NUNES  
140.857.634-15  
CONTADOR CRC 4006/O-9

LUCIANO SEVERINO PEREIRA  
875.389.204-63  
CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão e Licitação							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de seus Municípios							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de seus Municípios							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)							
DÉFICIT (VI)'					727.769,14		
TOTAL (VII) = (V + VI)					727.769,14		-727.769,14

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU**

CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU  
Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo 15

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Bimestre: NOVEMBRO-DEZEMBRO/2018

LRF, art 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XV

Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)												Total (Últimos 12 meses)	Inscritas em Restos a pagar não processados
	Liquidadas													
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	52.895,00	64.629,52	64.481,07	64.629,52	65.901,53	70.721,93	65.394,32	66.169,45	64.937,53	66.565,43	65.349,72	106.552,28	818.227,30	0,00
Pessoal Ativo	52.895,00	64.629,52	64.481,07	64.629,52	65.901,53	70.721,93	65.394,32	66.169,45	64.937,53	66.565,43	65.349,72	106.552,28	818.227,30	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	52.895,00	52.895,00	52.895,00	52.895,00	54.167,00	58.707,57	53.531,00	54.295,00	54.395,00	56.000,90	54.395,00	84.497,55	681.569,02	0,00
Obrigações Patronais	0,00	11.734,52	11.586,07	11.734,52	11.734,53	12.014,36	11.863,32	11.874,45	10.542,53	10.564,53	10.954,72	22.054,73	136.658,28	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas ( §1º do art. 19 da LRF) (II)	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	22.098,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	22.098,96	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	51.053,42	62.787,94	62.639,49	62.787,94	64.059,95	68.880,35	63.552,74	64.327,87	63.095,95	64.723,85	63.508,14	104.710,70	796.128,34	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>												<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL Ajustada</b>	
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)												24.437.133,10	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da união relativas às emendas individuais (V)												0,00	0,00	
= Receita Corrente Líquida Ajustada (VI)												24.437.133,10	0,00	
Despesa Total com Pessoal - DTP (VII) = (IIIa + IIb)												796.128,34	3,28	
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)												1.466.227,99	6,00	
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)												1.392.916,59	5,70	
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)												1.319.605,19	5,40	

GERALDO FILADELFO DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR

CARLOS ROBERTO NUNES  
CONTADOR

JOÃO MARIA CÂMARA DE MELO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU

CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018 - 3º QUADRIMESTRE			
	RCL		
LRf, art. 48 - Anexo VII	40.968.124,15		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR		% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.222.228,75		2,98%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	2.458.087,45		6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	2.335.183,08		5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR		% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-		0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	49.161.748,98		120%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR		% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-		0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.012.987,31		22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-		0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-		0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.554.899,86		16%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.867.768,69		7%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	52.040,00		52.040,00

PAULA MERCIA M DE S TORRES - PRESIDENTE - MAIRA IVZE BEZERRA ALVES - CONTROLADORA -  
JOELMA DE FATIMA L MEDEIROS - TESOUREIRA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Parelhas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA DE CAIXA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS
	DE CAIXA BRUTA	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS		RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS			DE CAIXA LÍQUIDA	ANTES DA VERIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE EMPENHOS E CANCELADOS	
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO ATUAL	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO ATUAL				
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G) =	(H) =		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Sau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(11)	106,70	0,00	106,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	106,70	0,00	106,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (111) = (1 + 11)	106,70	0,00	106,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Parelhas - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 15:37:29

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Parelhas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

HUMBERTO ALVES GONDIM  
PRESIDENTE

JANAYNA SABRIANA DE AZEVEDO MENEZES  
CONTADORA

---

WANESSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A) - (B+C+D+E) - F	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIORES (D)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO ATUAL (C)							
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.815,62	8.815,62	0,00	
Recursos Ordinários	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.815,62	8.815,62	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.815,62	8.815,62	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ruy Barbosa - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 15:41:02

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
MARIA CRISLAVIA F. DOS SANTOS DE MEDEI  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
THAÍS CRISTINA DE C. AZEVEDO VIEIRA  
Contadora CRC/RN 8544

\_\_\_\_\_  
HANNA KETELLY DE MOURA  
Secretária de Finanças

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE SOUSA RIBEIRO  
Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÚ

ANEXO 19						Poder/Órgão : CAMARA MUNICIPAL DE PARAÚ			
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar						Bimestre: .06/2018			
LRF, art 55, inciso III, alínea "a" - Anexo XIX						Em Reais			
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RP Liquidados e Não Pagos		RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
		(a)	(b)	(c)	(d)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MARIA DO SOCORRO DE PAULA OLIVEIRA - PRESIDENTE - FRANCISCO DAS CHAGAS DE AQUINO SOUZA - CONTROLADOR - ADAMO SAVIO DIAS XAVIER PEIXOTO - TESOUREIRO - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO

LRF, art. 48 - Anexo 06 em Reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	19.662.198,54	
Receita Corrente Líquida Ajustada	19.662.198,54	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal DTP	590.664,66	3,00
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 6,00%	1.179.731,91	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	1.120.745,32	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%	1.061.758,72	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - %	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	3.145.951,77	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 0,00 %	1.376.353,90	0,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	2.378,60

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Nota: DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM 31/12/2018 = R\$ 0,00 RESTOS A PAGAR EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

**ANEXO 22**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Demonstrativo dos Limites

Poder/Órgão :

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES

Bimestre de Referência:

06/2018

LRF, art. 54 - Anexo XX

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	53.656.397,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada	53.656.397,92	
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.643.170,12	3,06
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.219.383,88	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	3.058.414,68	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.897.445,49	32,40
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00
RESTOS A PAGAR	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Créd por Antecip da	0,00	0,00
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

anexo20.rpt

Gerado em: 28/01/2019 às 17:20:11

1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	10.481.726,87	10.841.414,53	11.616.980,16	11.876.546,30
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %				

CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A)-(B+C+D+E)-F	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIORES (D)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.815,62	8.815,62	0,00	
Recursos Ordinários	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.815,62	8.815,62	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	8.815,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.815,62	8.815,62	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ruy Barbosa - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 15:41:02

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
MARIA CRISLAVIA F. DOS SANTOS DE MEDEI  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
THAÍS CRISTINA DE C. AZEVEDO VIEIRA  
Contadora CRC/RN 8544

\_\_\_\_\_  
HANNA KETELLY DE MOURA  
Secretária de Finanças

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE SOUSA RIBEIRO  
Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO NORTE**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Janaina Garcia Severiano

Presidente

Emerson Nunes de Oliveira

Contador

Andriele Francile da Silva Pereira

Controladora



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS**

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Angicos  
Câmara Municipal de Angicos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	24.103.035,11	
Receita Corrente Líquida Ajustada	24.103.035,11	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	845.951,55	3,51%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.446.182,11	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.373.873,00	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.301.563,90	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Angicos  
Câmara Municipal de Angicos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Angicos - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 13:14:56

\_\_\_\_\_  
CLOVES TIBURCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
ITALO GABRIEL BESERRA DE OLIVEIRA  
ASSESSOR CONTABIL

\_\_\_\_\_  
FERNANDA RIZIA FERNANDES ROCHA  
DIRETORA FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
SINARIA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADORA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

**SÃO BENTO DO NORTE - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUN. DE SÃO BENTO DO NORTE**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	79.919,20	68.719,20	68.719,20	68.719,20	68.719,20	68.451,86	57.297,71	96.335,07	68.483,57	79.669,43	68.483,57	126.721,10	920.238,31	0,00
Pessoal Ativo	79.919,20	68.719,20	68.719,20	68.719,20	68.719,20	68.451,86	57.297,71	96.335,07	68.483,57	79.669,43	68.483,57	126.721,10	920.238,31	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	66.630,40	57.297,71	57.297,71	57.297,71	57.297,71	57.297,71	57.297,71	85.149,21	57.297,71	57.297,71	57.297,71	104.686,85	772.145,85	0,00
Obrigações Patronais	13.288,80	11.421,49	11.421,49	11.421,49	11.421,49	11.154,15	0,00	11.185,86	11.185,86	22.371,72	11.185,86	22.034,25	148.092,46	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	79.919,20	68.719,20	68.719,20	68.719,20	68.719,20	68.451,86	57.297,71	96.335,07	68.483,57	79.669,43	68.483,57	126.721,10	920.238,31	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.018.464,23	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	24.018.464,23	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)	920.238,31	3,83
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.441.107,85	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.369.052,46	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.296.997,07	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

**SÃO BENTO DO NORTE - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUN. DE SÃO BENTO DO NORTE**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			

\_\_\_\_\_  
 Janaina Garcia Severiano

Presidente

\_\_\_\_\_  
 Emerson Nunes de Oliveira

Contador

\_\_\_\_\_  
 Andriele Francile da Silva Pereira

Controladora

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA**

<b>ANEXO 15</b> Demonstrativo da Despesa de Pessoal	<b>Poder/Órgão :</b> CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA
	<b>Bimestre de Referência:</b> 06/2018

RGF, ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	7/2017	8/2017	9/2017	10/2017	11/2017	12/2017	1/2018	2/2018	3/2018	4/2018	5/2018	06/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.437,68	159.299,78	174.968,37	30.286,66	30.962,52	167.813,44	223.619,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.829.905,73	0,00
Pessoal Ativo	123.437,68	159.299,78	174.968,37	30.286,66	30.962,52	167.813,44	223.619,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.829.905,73	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	123.437,68	130.875,11	145.970,99	30.286,66	28.816,34	167.813,44	181.505,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.728.223,50	0,00
Obrigações Patronais	0,00	28.424,67	28.997,38	0,00	2.146,18	0,00	42.114,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.682,23	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 – TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	123.437,68	159.299,78	174.968,37	30.286,66	30.962,52	167.813,44	223.619,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.829.905,73	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	65.701.111,71	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	100,00
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	65.701.111,71	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.829.905,73	2,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF)	3.942.066,70	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	3.744.963,37	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	3.547.860,03	5,40

<b>ANEXO 15</b> Demonstrativo da Despesa de Pessoal	<b>Poder/Órgão :</b> CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA
	<b>Bimestre de Referência:</b> 06/2018

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2018			2018			2018		
1º Quadrimestre			2º Quadrimestre			3º Quadrimestre		
Limite máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 de Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = 1/3 * c	(e) = (b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h) = (a)	(i)
0%	0%	0,00%	0,00%	0%	0%	0%	0%	0%

Nota explicativa:

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	2.695,36	0,00	20,00	200,00	96,76	0,00	2.378,60	0,00	0,00
Recursos Ordinários	2.695,36	0,00	20,00	200,00	96,76	0,00	2.378,60	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	2.695,36	0,00	20,00	200,00	96,76	0,00	2.378,60	0,00	0,00
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Nota: DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM 31/12/2018 = R\$ 0,00 RESTOS A PAGAR EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	44.586.025,39	
Receita Corrente Líquida Ajustada	44.586.025,39	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.472.006,00	3,30%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <*>	2.675.161,52	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <*>	2.541.403,45	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <*>	2.407.645,37	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	0,00	-84.127,67



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Caraúbas - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 09:07:12

---

JOSEAN FERNANDES DE AMORIM  
PRESIDENTE

---

FRANCISCO DE ASSIS BRITO  
CONTADOR

---

LEILA CRISTINA DA SILVA  
TESOUREIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Nísia Floresta  
Câmara Municipal de Nísia Floresta

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	64.492.763,35	
Receita Corrente Líquida Ajustada	64.492.763,35	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.720.288,58	2,67%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.869.565,80	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	3.676.087,51	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <%>	3.482.609,22	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Govern o Muni cipal de Ní si a Floresta  
Câmar a Muni cipal de Ní si a Floresta

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ní si a Floresta - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:53:43

\_\_\_\_\_  
POLYANA CAVALCANTI DIAS BARROS  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
JOSÉ GERLI DOS SANTOS DA SILVA  
Contador CRC/RN 012290/0-8

\_\_\_\_\_  
MADSON MANOEL DO NASCIMENTO NERY  
Diretor Financeiro

\_\_\_\_\_  
ALCIR RAFAEL FERNANDES CONCEIÇÃO  
Controlador Geral

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU**

CAMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN RELATORIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 6º BIMESTRE														RS 1.00	
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") / MDF 8ª Edição															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROCES (b)
	LIQUIDADAS														
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	78.854,00	99.486,31	101.484,53	101.534,53	101.484,53	101.454,53	101.454,53	102.579,53	108.120,04	101.454,53	111.705,17	112.616,52	1.222.228,75	0,00	
Pessoal Ativo	78.854,00	99.486,31	101.484,53	101.534,53	101.484,53	101.454,53	101.454,53	102.579,53	108.120,04	101.454,53	111.705,17	112.616,52	1.222.228,75	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	78.854,00	84.008,00	84.008,00	84.008,00	84.008,00	84.008,00	84.008,00	85.133,00	90.862,00	84.008,00	91.162,00	95.169,99	1.029.236,99		
Obrigações Patronais	0,00	15.478,31	17.476,53	17.526,53	17.476,53	17.446,53	17.446,53	17.446,53	17.258,04	17.446,53	20.543,17	17.446,53	192.991,76		
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imposto de Renda Retido na Fonte-Trabalho (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78.854,00	99.486,31	101.484,53	101.534,53	101.484,53	101.454,53	101.454,53	102.579,53	108.120,04	101.454,53	111.705,17	112.616,52	1.222.228,75	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	40.968.124,15	-
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	40.968.124,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.222.228,75	2,98
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.458.087,45	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.335.183,08	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.212.278,70	5,40

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

PAULA MERCIA M DE S TORRES - PRESIDENTE - MAIRA IVZE BEZERRA ALVES - CONTROLADORA -  
JOELMA DE FÁTIMA L MEDEIROS - TESOUREIRA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL**

Rio Grande do Norte		RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		Pag.: 000	
Governo Municipal de Umarizal		DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
Câmara Municipal de Umarizal		ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
		3º quadrimestre de 2018 (até dezembro)			
RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso 1, alínea "a")				R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS			
		(Últimos 12 Meses)			
DESPESA COM PESSOAL		Liquidadas		Inscritas em restos	
		(a)		a pagar não	
				processados (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		852.743,82		0,00	
Pessoal Ativo		852.743,82		0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		699.601,16		0,00	
Obrigações Patronais		153.142,66		0,00	
Benefícios Previdenciários		0,00		0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas		0,00		0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas		0,00		0,00	
Pensões		0,00		0,00	
Outros Benefícios Previdenciários		0,00		0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)		0,00		0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)		0,00		0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão voluntária		0,00		0,00	
Decorrentes de decisão judicial de Período Anterior ao da Apuração		0,00		0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		0,00		0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00		0,00	
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)		852.743,82		0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
		VALOR		% SOBRE RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)		20.885.142,54		-	
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (v) (§13, art. 166 da CF)		0,00		0,00 %	(*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)		20.885.142,54		100,00 %	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IIIb)		852.743,82		4,08 %	
LIMITE MÁXIMO (VIII)(Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		1.253.108,55		6,00 %	

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
Cleyson Moraes F. de Moura  
CPF: 040.203.914-36  
CRC/RN 053804/P-7  
CONTADOR

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Umarizal  
Câmara Municipal de Umarizal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º trimestre de 2018 (até dezembro)

Pag.: 0002

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,91 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.196.488,12	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		1.122.797,70	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Umarizal - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 13:32:47

Nota: durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 1.320/64  
b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 1.320/64

MARCO ANTONIO OLIVEIRA  
Presidente da Câmara Municipal

MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS  
Contador

ALENE MARA DOS SANTOS NASCIMENTO  
Sec. de Finanças

Cleilson MARQUES F. DE MOURA  
CPF: 000.993.014-46  
CPF: 021.904.70-7  
CONFESSION

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Extremoz  
Câmara Municipal de Extremoz

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	77.945.316,81	
Receita Corrente Líquida Ajustada	77.945.316,81	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.273.807,68	2,92%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	4.676.719,01	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	4.442.883,06	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.209.047,11	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governos Municipal de Extremoz  
Câmara Municipal de Extremoz

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	979,79

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Extremoz - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:44:58

FÁBIO VICENTE DA SILVA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

THAIS CRISTINA DE CARVALHO A. VIEIRA  
CONTADOR CRC/RN 8544/0

JOSEANE GRACIANO DE SOUZA  
DIRETORA FINANCEIRA

DIONE SILVA AZEVEDO  
CONTROLADORA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÚ

<b>ANEXO 24</b>	Poder/Órgão:	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE paraú</b>	
Demonstrativo das Despesas do Poder Legislativo	Bimestre de Referência:	<b>06/2018</b>	
Art. 29, inciso VI, 'a' a 'f' CF			
<b>REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES</b>			
Nº de habitantes do município			10.000
Nº de Vereadores			9
Remuneração Individual dos Vereadores (R\$)			3.000,00
Remuneração do Presidente da Câmara (R\$)			3.500,00
Ato Normativo:			Não Informado
Art. 29-A caput e incisos I a IV, CF			
<b>DESPESAS GERAIS / PODER LEGISLATIVO</b>			
Receitas efetivas de Tributos e Transferências no exercício anterior			10.560.682,12
Despesas do Poder Legislativo no exercício atual			
Limite legal (percentual)	7%	Valor (R\$)	739.247,75
Limite atingido (percentual)	7,00%	Valor (R\$)	739.245,00
Art. 29-A §1, CF			
<b>DESPESAS PESSOAL</b>			
Receita do Poder Legislativo - duodécimos			739.245,00
Despesas com Folha de Pagamento			
Limite legal (percentual)	70%	Valor (R\$)	517.471,50
Limite atingido (percentual)	68,55%	Valor (R\$)	506.760,56
Art. 29, VII, CF			
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>			
Receita do Município (Exercício Atual)			13.177.195,33
Remuneração dos Vereadores (Exercício Atual)			
Limite legal (percentual)	5%	Valor (R\$)	658.859,77
Limite atingido (percentual)	2,70%	Valor (R\$)	355.256,55
Art. 20, III, 'a', da LRF			
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>			
Total da Receita Corrente Líquida			13.064.143,43
Despesas com Pessoal			
Limite legal (percentual)	6%	Valor (R\$)	783.848,61
Limite atingido (percentual)	4,59%	Valor (R\$)	599.035,85
<b>SEVERINO PAULINO SILVA FILHO - PRESIDENTE - THIAGO JOSE DOS SANTOS COSTA - TESOUREIRO MARINEIA DA SILVA - CONTROLADORA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR</b>			

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis							
DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo a Pagar (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) Despesas de Capital Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida Despesas Correntes dos Regimes de Previdência Regime Próprio dos Servidores Públicos							
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	2017 (i)	2018 (j) = (Ib - (IIf + IIg))					<b>SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)</b>
VALOR (III)							

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO**

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO).**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.171.189,06	0,00
Pessoal Ativo	1.171.189,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	<b>1.171.189,06</b>	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		<b>1.171.189,06</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>100,00%</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	45.838.754,64	100,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1.171.189,06</b>	<b>2,56</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.750.325,28	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.612.809,02	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = 90,90 X VI (INCISO II DO PAR. 1º DO ART. 59 DA LRF)	2.475.292,75	5,40

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SANTO ANTONIO/RN, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
CONTADOR CRC/RN 008674/0-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	0,00	37.013,40	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	59.552,04	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	93,21	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	22.631,85	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <-%>	120,00	0,00	0,00
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	20.147,11	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO									
Exercício Financeiro	2001		2002		2003		2004		
	2º Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	DCL	Excedente <sup>1</sup>	Redutor	1º	2º	1º	2º	1º	2º
% Limite de Endividamento									
Exercício Financeiro	2005		2006		2007		2008		
	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
% Limite de Endividamento									
Exercício Financeiro	2009		2010		2011		2012		
	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
% Limite de Endividamento									
Exercício Financeiro	2013		2014		2015		2016		
	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
% Limite de Endividamento									

FONTE - Sistema: Aspes Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SANTO ANTONIO/RN EM, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
CONTADOR CRC/RN 0086740-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO).**

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (INCISO III DO PARAG. 1º ART. 59 DA LRF) (%)	48,60%	48,60%	48,60%
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>			

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio /RN  
Nota: 1 Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

SANTO ANTONIO/RN EM, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
CONTADOR CRC/RN 008674/0-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPI	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviço	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPI	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviço	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívida	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimoni	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELU	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CM	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN.

SANTO ANTONIO/RN, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
CONTADOR CRC/RN 0008674/0-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO).**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Área Educação	0,00	0,00	0,00
Área Saúde	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Demais Áreas	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SANTO ANTONIO/RN, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
CONTADOR CRC/RN 008674/0-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO).**

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

RS 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Área Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Demais Áreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>d</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN

Nota: <sup>d</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

SANTO ANTONIO/RN, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
 PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
 CONTADOR CRC/RN 008674/0-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
 CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA



CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)**

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		R\$	45.838.754,64
Receita Corrente Líquida Ajustada		R\$	45.838.754,64
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.171.189,06	2,56	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.750.325,28	6,00	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.612.809,01	5,70	
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.475.292,75	5,40	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00	
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00	
<b>OPERACÕES DE CRÉDITO</b>			
	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	
<b>RESTOS A PAGAR</b>		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	0,00

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN

SANTO ANTONIO/RN, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
 PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
 CONTADOR CRC/RN 000867/0-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
 CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE E 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

Art.29 inciso VI, 'a' a 'f' CF			
<b>REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES</b>			
Nº de habitantes do município			23.988
Nº de Vereadores			11
Remuneração individual dos Vereadores (R\$)			R\$ 4.600,00
Remuneração do Presidente da Câmara (R\$)			R\$ 6.300,00
Ato Normativo:		LEI MUNICIPAL Nº 1.409 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016	
Art.29-A caput e incisos I a IV, CF			
<b>DESPESAS GERAIS / PODER LEGISLATIVO</b>			
Receitas efetivas de Tributos e Transferências no exercício anterior	R\$		<b>46.486.752,04</b>
Despesas do Poder Legislativo no exercício atual	R\$		1.762.444,82
Limite legal (percentual)	7,00%	R\$	3.254.072,64
Limite atingido (percentual)	3,79%	R\$	<b>1.762.444,82</b>
Art.29-A §1, CF			
<b>DESPESA PESSOAL</b>			
Receita do Poder Legislativo - Duodécimo	R\$		<b>1.762.710,00</b>
Despesas com Folha de Pagamento	R\$		1.171.189,06
Limite legal (percentual)	70,00%	R\$	1.233.897,00
Limite atingido (percentual)	66,44%	R\$	<b>1.171.189,06</b>
Art.29, VII, CF			
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>			
Receita do Município (Exercício Atual)	R\$		<b>50.385.328,09</b>
Remuneração dos Vereadores (Exercício Atual)	R\$		627.600,00
Limite Legal (percentual)	5,00%	R\$	2.519.266,41
Limite atingido (percentual)	1,25%	R\$	<b>627.600,00</b>
Art.20, III, 'a' da LRF			
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>			
Total da Receita Corrente Líquida	R\$		<b>45.838.754,64</b>
Despesas com Pessoal	R\$		1.171.189,06
Limite legal (percentual)	6%	R\$	2.750.325,29
Limite atingido (percentual)	2,56%	R\$	<b>1.171.189,06</b>

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Santo Antonio/RN

SANTO ANTONIO/RN, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

GUSTAVO JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA  
PRESIDENTE

ANTONIO VICTOR DA SILVA NETO  
CONTADOR CRC/RN 008674/O-0

BRUNO JOSÉ DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR GERAL DA CÂMARA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Riachuelo  
Câmara Municipal de Riachuelo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF,art.55,inciso I,a)lnea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	639.179,80	0,00
Pessoal Ativo	639.179,80	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	527.275,48	0,00
Obrigações Patronais	111.904,32	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>639.179,80</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	21.248.654,75	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	21.248.654,75	100,00 %
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>639.179,80</b>	<b>3,01 %</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )</b>	<b>1.274.919,29</b>	<b>6,00 %</b>

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Riachuelo  
Câmara Municipal de Riachuelo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

---

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.211.173,33 | 5,70 %

---

LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF) | 1.147.427,36 | 5,40 %

---

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Riachuelo - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 15:27:07

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

---

MARCELO AUGUSTO PEREIRA DE FRANÇA  
CHEFE DO FINANCEIRO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 - Anexo 7

RS 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	567.187,02	2,99%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>	1.136.001,93	6%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>	1.079.201,83	5,7%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

JOSÉ ARNALDO DA COSTA  
PRESIDENTE

ROBSPEIRRE HAMURABI DE AZEVEDO DA SILVA  
CONTABILISTA - CRC/RN 8305/0-6

JOÃO CARLOS DA COSTA  
TESOUREIRO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Goiânia  
Câmara Municipal de Goiânia

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A - (B+C+D+E) - F)	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIORES (D)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO ATUAL (C)							
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Goiânia - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:20:24

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Goiânia  
Câmara Municipal de Goiânia

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
ODILON ERNESTINO BARBALHO  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
AMARILDO CAVALCANTE MOREIRA  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC/RN 4.897

\_\_\_\_\_  
RAPHAEL PERON DE OLIVEIRA LISBOA  
Tesoureiro

\_\_\_\_\_  
JOSE AUGUSTO DE SOUZA  
Controlador Interno

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

**CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO NORTE**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	24.018.464,23
Receita Corrente líquida Ajustada	24.018.464,23

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	920.238,31	3,83
Limite Máximo (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	1.441.107,85	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.369.052,46	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

Janaina Garcia Severiano

Presidente

Emerson Nunes de Oliveira

Contador

Andriele Francile da Silva Pereira

Controladora

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.359], CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO NORTE

Portaria Nº 495 de 2017



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

LRf, art. 48 - Anexo 06 em Reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	11.876.546,30	
Receita Corrente Líquida Ajustada	11.876.546,30	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal DTP	541.275,87	4,55
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 6,00%	712.592,78	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	676.963,14	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%	641.333,50	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-36,87	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - %	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	1.900.247,41	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 0,00 %	831.358,24	0,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	-117.793,16

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 \_ Bimestre DE NOVEMBRO /DEZEMBRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14

em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial				
Previsão Atualizada				
Receitas Realizadas				
Déficit Orçamentário				727.769,14
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial				943.000,00
Créditos Adicionais				
Dilação Atualizada				943.000,00
Despesas Empenhadas				727.769,14
Despesas Liquidadas				727.769,14
Despesas Pagas				727.769,14
Superávit Orçamentário				
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Despesas Empenhadas				727.769,14
Despesas Liquidadas				727.769,14
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Receita Corrente Líquida				11.876.546,30
<b>RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias Realizadas				
Despesas Previdenciárias Liquidadas				
Resultado Previdenciário				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias Realizadas				
Despesas Previdenciárias Liquidadas				
Resultado Previdenciário				
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no AMF da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal			-727.769,14	0%
Resultado Primário			-727.769,14	0%
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>				
Poder Executivo				
Poder Legislativo	334,74			
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>				
Poder Executivo				
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
<b>TOTAL</b>	<b>334,74</b>		<b>0,00</b>	<b>334,74</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor Apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento			0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun			0,00 %	0,00 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I			60,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB			0,00 %	0,00 %
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor Apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não realizado</b>	
Receita de Operação de Crédito		0,00		0,00
Despesa de Capital Líquida		5.535,00		44.465,00
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Exercício*</b>	<b>10º Exercício</b>	<b>20º Exercício</b>
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
<b>RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		<b>Valor Apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Realizar</b>	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		<b>Valor Apurado até o Bimestre</b>	<b>Limite Constitucional Anual</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos			0,00 %	0,00 %
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>		<b>Valor Apurado no Exercício Corrente</b>		
Total das Despesas / RCL (%)				

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

\* Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

CAMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS - (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a (b)
<b>DESPESAS BRUTA COM PESSOAL</b>		
Pessoal Ativo	R\$ 611,843.31	
Vencimentos, vantagens e outras despesas variáveis	R\$ 496,132.59	
Obrigações Patronais	R\$ 496,132.59	
Benefícios Previdenciários	R\$ 115,710.72	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Aposentadorias, reserva e Reformas		
Pensões		
Outros benefícios previdenciários		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (par. 1º do art. 18 da LRF)		
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (par. 1º do art. 19 da LRF)</b>		
Indenização por demissão e incentivos a demissão voluntária		
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de exercícios anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados		
<b>DESPESAS LIQUIDAS COM PESSOAL (III = I - II)</b>		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% S/A RCL ajustada
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	13,538,006.03	
(-) Transferências obrigatória da União relativas as emendas individuais (V)		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)	13,538,006.03	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	611,843.31	4.58
LIMITE MÁXIMO	81,228,036.00	6.00
LIMITE PRUDENCIAL	771,666.34	5.70
LIMITE DE ALERTA	731,052.33	5.40

ERASMO CARLOS SCAPINI  
PRESIDENTE

AILTON TEIXEIRA DE ALMEIDA  
CONTADOR CRC RN 006520-0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Nísia Floresta  
Câmara Municipal de Nísia Floresta

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.720.288,58	0,00
Pessoal Ativo	1.720.288,58	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.387.519,80	0,00
Obrigações Patronais	332.768,78	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>1.720.288,58</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	64.492.763,35	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	64.492.763,35	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Nísia Floresta  
Câmara Municipal de Nísia Floresta

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	1.720.288,58	2,67 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	3.869.565,80	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.676.087,51	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	3.482.609,22	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Nísia Floresta - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:53:21

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
POLYANA CAVALCANTI DIAS BARROS  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
JOSÉ GERLI DOS SANTOS DA SILVA  
Contador CRC/RN 012290/0-8

\_\_\_\_\_  
MADSON MANOEL DO NASCIMENTO NERY  
Diretor Financeiro

\_\_\_\_\_  
ALCIR RAFAEL FERNANDES CONCEIÇÃO  
Controlador Geral

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA**

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	361,89	334,74	0,00	0,00	117.820,31	0,00	-117.793,16	0,00	0,00
Recursos Ordinários	361,89	334,74	0,00	0,00	117.820,31	0,00	-117.793,16	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	361,89	334,74	0,00	0,00	117.820,31	0,00	-117.793,16	0,00	0,00
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	14.755.255,71	
Receita Corrente Líquida Ajustada	14.755.255,71	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	528.965,18	3,58%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	885.315,34	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	841.049,58	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	796.783,81	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	8.815,62	8.815,62

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ruy Barbosa - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:57:18

MARIA CRISLANIA F. DOS SANTOS DE MEDEI  
Presidente da Câmara Municipal

THAÍS CRISTINA DE C. AZEVEDO VIEIRA  
Contadora CRC/RN 8544

HANNA KETELLY DE MOURA  
Secretária de Finanças

FRANCISCO DE SOUSA RIBEIRO  
Controlador



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Extremoz  
Câmara Municipal de Extremoz

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.321.501,22	0,00
Pessoal Ativo	2.321.501,22	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.945.374,17	0,00
Obrigações Patronais	376.127,05	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	47.693,54	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	47.693,54	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>2.273.807,68</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	77.945.316,81	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	77.945.316,81	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Extremoz  
Câmara Municipal de Extremoz

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIIa + IIIIb)		2.273.807,68		2,92 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		4.676.719,01		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		4.442.883,06		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		4.209.047,11		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Extremoz - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:33:54

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
FÁBIO VICENTE DA SILVA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
THAIS CRISTINA DE CARVALHO A. VIEIRA  
CONTADOR CRC/RN 8544/0

\_\_\_\_\_  
JOSEANE GRACIANO DE SOUZA  
DIRETORA FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
DIONE SILVA AZEVEDO  
CONTROLADORA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V)

em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e + k)	
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (f + g) - (i - j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	334,74				334,74						334,74	
LEGISLATIVO	334,74				334,74						334,74	
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA	334,74				334,74						334,74	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>334,74</b>				<b>334,74</b>						<b>334,74</b>	

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (e + k)	
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (f + g) - (i - j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)												

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
 CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

Rio Grande do Norte  
 Governo Municipal de Caraúbas  
 Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 33, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (G) = (A)-(B+C+D+E)-F	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)				
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO ATUAL (C)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	84.127,67	0,00	0,00	0,00	-84.127,67	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	84.127,67	0,00	0,00	0,00	-84.127,67	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	84.127,67	0,00	0,00	0,00	-84.127,67	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Caraúbas - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 09:13:14

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

JOSEAN FERNANDES DE AMORIM  
PRESIDENTE

FRANCISCO DE ASSIS BRITO  
CONTADOR

---

LEILA CRISTINA DA SILVA  
TESOUREIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo 15

Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Bimestre: NOVEMBRO-DEZEMBRO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)												Total (Últimos 12 meses (a))	Inscritas em Restos a pagar não processados
	Liquidadas													
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	63.686,74	59.382,57	63.686,74	65.960,74	63.518,08	63.518,08	70.563,35	62.206,28	53.760,57	75.384,59	64.647,17	73.150,44	779.065,35	0,00
Pessoal Ativo	63.686,74	59.382,57	63.686,74	65.960,74	63.518,08	63.518,08	70.563,35	62.206,28	53.760,57	75.384,59	64.647,17	73.150,44	779.065,35	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	53.760,57	59.382,57	53.760,57	55.634,57	55.634,57	55.634,57	53.760,57	53.760,57	53.760,57	53.760,57	54.229,07	61.256,57	664.335,34	0,00
Obrigações Patronais	9.926,17	0,00	9.926,17	9.926,17	7.883,51	7.883,51	16.802,78	8.445,71	0,00	21.624,02	10.418,10	11.893,87	114.730,01	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas ( §1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	63.686,74	59.382,57	63.686,74	65.960,74	63.518,08	63.518,08	70.563,35	62.206,28	53.760,57	75.384,59	64.647,17	73.150,44	779.065,35	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL Ajustada</b>
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)													24.062.771,99	0,00
(-) Transferências obrigatórias da união relativas às emendas individuais (V)													0,00	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada (VI)													24.062.771,99	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VII) = (III + IIIb)													779.065,35	3,24
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)													1.443.762,72	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)													1.371.578,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)													1.299.389,69	5,40

JOSIAS LEANDRO DE SOUZA  
PRESIDENTE

Maria Aline de Lima e Silva  
TESOUREIRO(A)

ANDRÉ BALDUÍNO BISPO  
CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU

<b>ANEXO 24</b>	Poder/Órgão:	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE JUCURUTU</b>	
Demonstrativo das Despesas do Poder Legislativo	Bimestre de Referência:	<b>06/2018</b>	
Art. 29, inciso VI, 'a' a 'f' CF			
<b>REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES</b>			
Nº de habitantes do município			17.000
Nº de Vereadores			11
Remuneração Individual dos Vereadores (R\$)			6.200,00
Remuneração do Presidente da Câmara (R\$)			7.500,00
Ato Normativo:			Não Informado
Art. 29-A caput e incisos I a IV, CF			
<b>DESPESAS GERAIS / PODER LEGISLATIVO</b>			
Receitas efetivas de Tributos e Transferências no exercício anterior			24.632.883,54
Despesas do Poder Legislativo no exercício atual			
Limite legal (percentual)	8%	Valor (R\$)	1.970.630,68
Limite atingido (percentual)	6,82%	Valor (R\$)	1.678.901,78
Art. 29-A §1, CF			
<b>DESPESAS PESSOAL</b>			
Receita do Poder Legislativo - duodécimos			1.724.835,96
Despesas com Folha de Pagamento			
Limite legal (percentual)	70%	Valor (R\$)	1.207.385,17
Limite atingido (percentual)	59,67%	Valor (R\$)	1.029.236,99
Art. 29, VII, CF			
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>			
Receita do Município (Exercício Atual)			40.968.124,15
Remuneração dos Vereadores (Exercício Atual)			
Limite legal (percentual)	5%	Valor (R\$)	2.048.406,21
Limite atingido (percentual)	2,04%	Valor (R\$)	834.000,00
Art. 20, III, 'a', da LRF			
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>			
Total da Receita Corrente Líquida			40.968.124,15
Despesas com Pessoal			
Limite legal (percentual)	6%	Valor (R\$)	2.458.087,45
Limite atingido (percentual)	2,98%	Valor (R\$)	1.222.228,75
<b>PAULA MERCIA M DE S TORRES - PRESIDENTE - MAIRA IVZE BEZERRA ALVES - CONTROLADORA - JOELMA DE FATIMA L MEDEIROS - TESOUREIRA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR</b>			

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III) Em Operações de Crédito Internas Em Operações de Crédito Externas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) Em Operações de Crédito Internas Em Operações de Crédito Externas				
AOS ESTADOS (I) Em Operações de Crédito Internas Em Operações de Crédito Externas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.809.579,57	17.096.973,95	19.020.009,57	19.662.198,54
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %				

CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) Em Garantia às Operações de Crédito Internas Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) Em Garantia às Operações de Crédito Internas Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS ESTADOS (VII) Em Garantia às Operações de Crédito Internas Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO**

**CAMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR CONTRATUALMENTE PREVISTO		VALOR EXECUTADO ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)	
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>			
Mobiliária			
Interna			
Externa			
Contratual			
Interna			
Abertura de Crédito			
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro			
Derivadas de PPP			
Demais Aquisições Financiadas			
Antecipação de Receita			
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços			
Demais Antecipações de Receita			
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações de Crédito			
Externa			
<Tipo de operação>			
<b>NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>			
Parcelamentos de Dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial			
Programa de Iluminação Pública - RELUZ			
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>			
		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		-	
OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS - [LRF, art. 37] (III)			
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + II)			
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)			
FONTE:			

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMARA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Rodolfo Fernandes  
Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	601.251,33	0,00
Pessoal Ativo	601.251,33	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	491.859,67	0,00
Obrigações Patronais	109.391,66	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	601.251,33	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	15.617.617,24	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	15.617.617,24	100,00 %

PALÁCIO ANTONIO CAVALCANTE PINTO  
CAMARA DE RODOLFO FERNANDES

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Rodolfo Fernandes  
Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		601.251,33		3,85 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )		937.057,03		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		890.204,18		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		843.351,33		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 16:23:33

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
JOAO WADNIO DA SILVA MONTEIRO  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
F M DUARTE - ME  
CONTADOR

\_\_\_\_\_  
MARIA LUZIRENE DA SILVA  
Tesoureira

\_\_\_\_\_  
MARIA DA CONCEIÇÃO INACIO FORTE  
Controle Interno

PALÁCIO ANTONIO CAVALCANTE PINTO  
CAMARA DE RODOLFO FERNANDES

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Rodolfo Fernandes  
Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						
	Liquidadas						
	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.903,77	49.896,89	49.765,73	54.082,53	49.826,25	50.193,73	50.023,94
Pessoal Ativo	40.903,77	49.896,89	49.765,73	54.082,53	49.826,25	50.193,73	50.023,94
Vencimentos, Vantagens e Outra	40.903,77	40.977,89	40.869,34	45.134,17	40.877,89	40.367,54	40.367,54
Obrigações Patronais	0,00	8.919,00	8.896,39	8.948,36	8.948,36	9.826,19	9.656,40
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Refo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	40.903,77	49.896,89	49.765,73	54.082,53	49.826,25	50.193,73	50.023,94
DESPESA COM PESSOAL CONTINUAÇÃO	Liquidadas						Inscritas em restos
	Ago/2018	Set/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	TOTAL (últimos 12 Meses) (a)	a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.315,90	50.175,34	49.322,16	48.509,60	59.235,49	601.251,33	0,00
Pessoal Ativo	49.315,90	50.175,34	49.322,16	48.509,60	59.235,49	601.251,33	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outra	40.367,54	41.226,98	39.067,54	40.898,60	40.800,87	491.859,67	0,00
Obrigações Patronais	8.948,36	8.948,36	10.254,62	7.611,00	18.434,62	109.391,66	0,00

PALÁCIO ANTONIO CAVALCANTE PINTO  
CAMARA DE RODOLFO FERNANDES

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Rodolfo Fernandes  
Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Refo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	49.315,90	50.175,34	49.322,16	48.509,60	59.235,49	601.251,33		0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	15.617.617,24	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	15.617.617,24	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	601.251,33	3,85 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )	937.057,03	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	890.204,18	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	843.351,33	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 16:26:05

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64

PALÁCIO ANTONIO CAVALCANTE PINTO  
CAMARA DE RODOLFO FERNANDES

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Rodolfo Fernandes  
Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0003

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
JOAO WADNIO DA SILVA MONTEIRO  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
F M DUARTE - ME  
CONTADOR

\_\_\_\_\_  
MARIA LUZIRENE DA SILVA  
Tesoureira

\_\_\_\_\_  
MARIA DA CONCEIÇÃO INACIO FORTE  
Controle Interno

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA

<b>ANEXO 15</b> Demonstrativo da Despesa de Pessoal	<b>Poder/Órgão :</b> CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA
	<b>Bimestre de Referência:</b> 06/2018

RGF, ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	7/2017	8/2017	9/2017	10/2017	11/2017	12/2017	1/2018	2/2018	3/2018	4/2018	5/2018	06/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.437,68	159.299,78	174.968,37	30.286,66	30.962,52	167.813,44	223.619,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.829.905,73	0,00
Pessoal Ativo	123.437,68	159.299,78	174.968,37	30.286,66	30.962,52	167.813,44	223.619,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.829.905,73	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	123.437,68	130.875,11	145.970,99	30.286,66	28.816,34	167.813,44	181.505,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.728.223,50	0,00
Obrigações Patronais	0,00	28.424,67	28.997,38	0,00	2.146,18	0,00	42.114,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.682,23	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 – TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	123.437,68	159.299,78	174.968,37	30.286,66	30.962,52	167.813,44	223.619,80	37.509,88	33.437,39	30.870,61	33.171,79	84.527,81	1.829.905,73	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	65.701.111,71	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	100,00
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	65.701.111,71	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.829.905,73	2,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF)	3.942.066,70	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	3.744.963,37	5,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	3.547.860,03	5,40

<b>ANEXO 15</b> Demonstrativo da Despesa de Pessoal	<b>Poder/Órgão :</b> CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA
	<b>Bimestre de Referência:</b> 06/2018

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2018			2018			2018		
1º Quadrimestre			2º Quadrimestre			3º Quadrimestre		
Limite máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 de Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b - a)	(d) = 1/3 * c	(e) = (b - d)	(f)	(g) = (f - a)	(h) = (a)	(i)
0%	0%	0,00%	0,00%	0%	0%	0%	0%	0%

Nota explicativa:



**CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
<hr/>			
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)			
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

**CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR CONTRATUALMENTE PREVISTO		VALOR EXECUTADO ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)	
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>			
Mobiliária			
Interna			
Externa			
Contratual			
Interna			
Abertura de Crédito			
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro			
Derivadas de PPP			
Demais Aquisições Financiadas			
Antecipação de Receita			
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços			
Demais Antecipações de Receita			
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações de Crédito			
Externa			
-Tipo de operação-			
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>			
Parcelamentos de Dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial			
Programa de Iluminação Pública - RELUZ			
<b>APURACÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		-	
OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS - (LRF, art. 37) (III)			
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)			
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)			

FONTE:

<b>ANEXO 22</b> Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Demonstrativo dos Limites	<b>Poder/Órgão :</b>
	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA</b>
	<b>Bimestre de Referência:</b> <b>06/2018</b>

LRF, art. 54 - Anexo XX		Em Reais	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE		
Receita Corrente Líquida	65.701.111,71		0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada	65.701.111,71		0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.829.905,73		2,79
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>	3.942.066,70		6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>	3.744.963,37		5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <-%>	3.547.860,03		5,40
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	0,00		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas	0,00		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00		22,00
RESTOS A PAGAR	VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00		0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Crédito Externas e Internas	0,00		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00		0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Créd por Antecip da Receita	0,00		0,00
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	0,00		0,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS  
Demonstrativo Simplificado de Gestão Fiscal

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
Exercício: 2018 Data: 25/01/2019 16:42:07 Pág.: 1/1

Período de Referência: SET a DEZ/2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		24.062.771,99	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		779.065,35	3,24
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		1.443.762,72	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		1.371.578,00	5,70
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	-26.281,56

JOSIAS LEANDRO DE SOUZA  
PRESIDENTE

Maria Aline de Lima e Silva  
TESOUREIRO(A)

ANDRÉ BALDUÍNO BISPO  
CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

LRF, art. 48 - Anexo 06 em Reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	19.662.198,54	
Receita Corrente Líquida Ajustada	19.662.198,54	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal DTP	195.370,48	0,99
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 6,00%	1.179.731,91	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	1.120.745,32	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%	1.061.758,72	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - %	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	3.145.951,77	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 0,00 %	1.376.353,90	0,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	2.378,60

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Nota: DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM 31/12/2018 = R\$ 0,00 RESTOS A PAGAR EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2018**  
**2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	486.977,00	0,00
Pessoal Ativo	486.977,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>486.977,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>486.977,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	100%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.702.973,96	100,00
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>486.977,00</b>	<b>2,92</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.002.178,44	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	952.069,32	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 X VIII) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	901.960,60	5,40

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Elói de Souza/RN

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURÍCIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE // 2º SEMESTRE DE 2018(ATÉ DEZEMBRO)

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <-%>	120,00	0,00	0,00
<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>			
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			
PRECATORIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	12.123,14	0,00
DEPÓSITOS	0,00	20.517,29	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	aoProces_AnoAnterior	NaoProces_Semestre01	NaoProces_Semestre02
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO									
Exercício Financeiro	2001		2002		2003		2004		
	2º Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	DCL	Excedente <sup>1</sup>	Redutor	1º	2º	1º	2º	1º	2º
% Limite de Endividamento									
Exercício Financeiro	2005		2006		2007		2008		
	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
% Limite de Endividamento									
Exercício Financeiro	2009		2010		2011		2012		
	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
% Limite de Endividamento									
Exercício Financeiro	2013		2014		2015		2016		
	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		
% da DCL sobre a RCL	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	
% Limite de Endividamento									

FONTE - Sistema: Aspes Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Eloi de Souza/RN

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURÍCIO HOERTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE // 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)**

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <-%>	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (INCISO III DO PARAG. 1º ART. 59 DA LRF) (%)	48,60%	48,60%	48,60%
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>			

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Elói de Souza /RN

Nota: <sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURÍCIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO



CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
 RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE // 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)**

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPI	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviço	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPI	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviço	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívida	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimoni	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública – RELU	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9º-N da Resolução nº 2.827/01, do CM	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	0,00	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Elói de Souza/RN.

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURÍCIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525-0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**3º QUADRIMESTRE // 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

<u>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</u>	<u>DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA</u>	<u>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</u>	<u>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA</u>
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Área Educação	0,00	0,00	0,00
Área Saúde	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Demais Áreas	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Elói de Souza/RN

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURICIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE // 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

RS 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Área Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Área Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Demais Áreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>d</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>d</sup>

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Elói de Souza/RN

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURÍCIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHOES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE // 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		R\$	16.702.973,96
Receita Corrente Líquida Ajustada		R\$	16.702.973,96
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	486.977,00		2,92
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	1.002.178,44		6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	952.069,52		5,70
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)	901.960,60		5,40
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00		0,00
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00		0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00		22,00
<b>OPERACÕES DE CRÉDITO</b>		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00		0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00		0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00		0,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00		0,00

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Elói de Souza/RN

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURÍCIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASI  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE 2º SEMESTRE DE 2018 (ATÉ DEZEMBRO)

Art.29 inciso VI, 'a' a 'f' CF		
<b>REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES</b>		
Nº de habitantes do município		6.044
Nº de Vereadores		9
Remuneração individual dos Vereadores (R\$)	R\$	3.700,00
Remuneração do Presidente da Câmara (R\$)	R\$	5.000,00
Ato Normativo:	LEI MUNICIPAL Nº 352 DE 20 JUNHO DE JUNHO DE 2016	
Art.29-A caput e incisos I a IV, CF		
<b>DESPESAS GERAIS / PODER LEGISLATIVO</b>		
Receitas efetivas de Tributos e Transferências no exercício anterior	R\$	16.978.583,82
Despesas do Poder Legislativo no exercício atual	R\$	732.720,94
Limite legal (percentual)	7,00%	R\$ 1.188.500,87
Limite atingido (percentual)	<b>4,32%</b>	<b>R\$ 732.720,94</b>
Art.29-A §1, CF		
<b>DESPESA PESSOAL</b>		
Receita do Poder Legislativo - duodécimos	R\$	732.821,16
Despesas com Folha de Pagamento	R\$	486.977,00
Limite legal (percentual)	70,00%	R\$ 512.974,81
Limite atingido (percentual)	<b>66,45%</b>	<b>R\$ 486.977,00</b>
Art.29, VII, CF		
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>		
Receita do Município (Exercício Atual)	R\$	18.669.614,27
Remuneração dos Vereadores (Exercício Atual)	R\$	389.300,00
Limite Legal (percentual)	5,00%	R\$ 933.480,71
Limite atingido (percentual)	<b>2,09%</b>	<b>R\$ 389.300,00</b>
Art.20, III, 'a' da LRF		
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>		
Total da Receita Corrente Líquida	R\$	16.702.973,96
Despesas com Pessoal	R\$	486.977,00
Limite legal (percentual)	6%	R\$ 1.002.178,44
Limite atingido (percentual)	<b>2,92%</b>	<b>R\$ 486.977,00</b>

FONTE - Sistema: Aspec Informática - Unidade responsável: Câmara Municipal de Senador Eloi de Souza/RN

SENADOR ELOI DE SOUZA/RN EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

MAURICIO HORTÊNCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

GISÉLIA ALBUQUERQUE BULHÕES BRASIL  
CONTADORA CRC/RN 006525/0-0

HERICLES JONAS PEIXOTO SANTOS  
ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Goiânia  
Câmara Municipal de Goiânia

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	77.449.996,66	
Receita Corrente Líquida Ajustada	77.449.996,66	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.694.678,82	2,19%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	4.646.999,80	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	4.414.649,81	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.182.299,82	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Goiânia  
Câmara Municipal de Goiânia

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Goiânia - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:19:52

ODILON ERNESTINO BARBALHO  
Presidente da Câmara Municipal

AMARILDO CAVALCANTE MOREIRA  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC/RN 4.897

RAPHAEL PERON DE OLIVEIRA LISBOA  
Tesoureiro

JOSE AUGUSTO DE SOUZA  
Controlador Interno

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	10.334,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.334,31	0,00	0,00
Recursos Ordinários	10.334,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.334,31	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	10.334,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.334,31	0,00	0,00

DANIEL GOMES DA SILVA

Presidente

Ricardo da Silva Cruz

Contador

Ian Alves de Freitas

Controlador



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Maxaranguape  
Câmara Municipal de Maxaranguape

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	791.706,51	148.293,49
Pessoal Ativo	791.706,51	148.293,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	746.599,13	13.400,87
Obrigações Patronais	45.107,38	134.892,62
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I II)</b>	<b>791.706,51</b>	<b>148.293,49</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	33.808.728,82	-
( ) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	33.808.728,82	0,00 % (*)
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	940.000,00	2,78 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF )	2.028.523,73	6,00 % (*)

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Maxaranguape  
Câmara Municipal de Maxaranguape

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.927.097,54		5,70 %	(*)
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		1.825.671,36		5,40 %	(*)

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Maxaranguape - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 16:54:21  
LEGENDA:

(\*) Em virtude da ausência da digitação manual do valor da Receita Corrente Líquida, a coluna (VALOR) do quadro Apuração do Cumprimento do Limite Atual está sendo evidenciado com valor zerado.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU**

CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU  
Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo 15

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Bimestre: NOVEMBRO-DEZEMBRO/2018

LRF, art 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XV

Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)												Total (Últimos 12 meses)	Inscritas em Restos a pagar não processados
	Liquidadas													
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	52.895,00	64.629,52	64.481,07	64.629,52	65.901,53	70.721,93	65.394,32	66.169,45	64.937,53	66.565,43	65.349,72	106.552,28	818.227,30	0,00
Pessoal Ativo	52.895,00	64.629,52	64.481,07	64.629,52	65.901,53	70.721,93	65.394,32	66.169,45	64.937,53	66.565,43	65.349,72	106.552,28	818.227,30	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	52.895,00	52.895,00	52.895,00	52.895,00	54.167,00	58.707,57	53.531,00	54.295,00	54.395,00	56.000,90	54.395,00	84.497,55	681.569,02	0,00
Obrigações Patronais	0,00	11.734,52	11.586,07	11.734,52	11.734,53	12.014,36	11.863,32	11.874,45	10.542,53	10.564,53	10.954,72	22.054,73	136.658,28	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas ( §1º do art. 19 da LRF) (II)	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	22.098,96	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	1.841,58	22.098,96	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	51.053,42	62.787,94	62.639,49	62.787,94	64.059,95	68.880,35	63.552,74	64.327,87	63.095,95	64.723,85	63.508,14	104.710,70	796.128,34	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>												<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL Ajustada</b>	
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)												24.437.133,10	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da união relativas às emendas individuais (V)												0,00	0,00	
= Receita Corrente Líquida Ajustada (VI)												24.437.133,10	0,00	
Despesa Total com Pessoal - DTP (VII) = (IIIa + IIb)												796.128,34	3,28	
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)												1.466.227,99	6,00	
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)												1.392.916,59	5,70	
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)												1.319.605,19	5,40	

GERALDO FILADELFO DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR

CARLOS ROBERTO NUNES  
CONTADOR

JOÃO MARIA CÂMARA DE MELO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPÚ

CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU  
Demonstrativo Simplificado de Gestão Fiscal

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
Exercício: 2018 Data: 25/1/2019 18:22:27 Pág.: 1/1

Período de Referência: SET a DEZ/2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	24.437.133,10	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	796.128,34	3,26
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	1.466.227,99	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.392.916,59	5,70
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	637,95

\* Dedução IRRF Retido na fonte de acordo com decisão 720/2017-TCE ( 22.098,96)

GERALDO FILADELFO DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR

CARLOS ROBERTO NUNES  
CONTADOR

JOÃO MARIA CÂMARA DE MELO  
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE**

**CAIÇARA DO NORTE - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUN. DE CAIÇARA DO NORTE**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	52.706,52	49.039,20	46.564,20	49.534,20	48.922,00	49.354,40	48.254,05	48.298,17	45.187,86	45.187,86	45.187,86	52.509,72	580.746,04	0,00
Pessoal Ativo	52.706,52	49.039,20	46.564,20	49.534,20	48.922,00	49.354,40	48.254,05	48.298,17	45.187,86	45.187,86	45.187,86	52.509,72	580.746,04	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.866,00	40.866,00	38.391,00	41.856,00	40.550,80	41.181,20	40.866,00	40.866,00	37.866,00	37.866,00	37.866,00	37.866,00	476.907,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	8.173,20	8.173,20	7.678,20	8.371,20	8.173,20	7.388,05	7.432,17	7.321,86	7.321,86	7.321,86	14.643,72	91.998,52	0,00
Benefícios Previdenciários	11.840,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.840,52	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	52.706,52	49.039,20	46.564,20	49.534,20	48.922,00	49.354,40	48.254,05	48.298,17	45.187,86	45.187,86	45.187,86	52.509,72	580.746,04	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		14.994.408,68	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)		0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		14.994.408,68	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)		580.746,04	3,87
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		899.664,52	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		854.681,29	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		809.698,07	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

**CAIÇARA DO NORTE - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUN. DE CAIÇARA DO NORTE**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		

ERIVELTO HENRIQUE JUNIOR  
 032.640.014-11  
 PRESIDENTE DA CÂMARA

PEDRO FELINTO NUNES  
 140.857.634-15  
 CONTADOR CRC 4006/O-9

LUCIANO SEVERINO PEREIRA  
 875.389.204-63  
 CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO/2018 - QUADRIMESTRE: SETEMBRO/DEZEMBRO/2018**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	873.693,12	-
Pessoal Ativo	873.693,12	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	721.652,40	-
Obrigações Patronais	152.040,72	-
Benefícios Previdenciários	-	-
Pessoal Inativo e Pensionista	-	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	27.741,57	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	27.741,57	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	-	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	845.951,55	-
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.103.035,11	-
(c) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	0,00%
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	24.103.035,11	100,00%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	845.951,55	3,51%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.446.182,11	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.373.873,00	5,70%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.301.563,90	5,40%

Fonte: SISTEMA DE CONTABILIDADE DA CÂMARA

CLOVES TIBURCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

ITALO GABRIEL BESERRA DE OLIVEIRA  
ASSESSOR CONTÁBIL

FERNANDA RIZIA FERNANDES ROCHA  
DIRETORA FINANCEIRA

SINARIA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADORA

Anexo 22B Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Demonstrativo dos Limites		Poder/Orgão: <b>CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS</b> Quadrimestre de Referência: <b>03/2018</b>	
LRF - art. 54 - Anexo XXII		Em Reais	
COMPARATIVOS	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	24.103.035,11	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	24.103.035,11	100,00	
DESPESA COM PESSOAL	0,00	0,00	
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos últimos 12 meses	845.951,55	3,51	
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.446.182,11	6,00	
Limite Prudencial (único, art. 22 da LRF)	1.373.873,00	5,70	
Total da DLP nos ult. 12 meses deduzido aumento (inciso X, art. 37 da CF)	845.951,55	3,51	
Limite Permitido (art. 71 da LRF)	1.446.182,11	6,00	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	
Limite definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00	
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	0,00	0,00	
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00	
Limite definido por Resolução do Senado Federal	5.302.667,72	22,00	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00	
Limite definido p/Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.856.485,82	16,00	
Limite definido p/Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	7,00	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	0,00	0,00	
Valor Apurado nos demonstrativos respectivos	0,00	0,00	

CLOVES TIBURCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

ITALO GABRIEL BESERRA DE OLIVEIRA  
ASSESSOR CONTÁBIL

FERNANDA RIZIA FERNANDES ROCHA  
DIRETORA FINANCEIRA

SINARIA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADORA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUÊIRA**

**CAMARA MUNICIPAL DE IPUÊIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

REO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em reais

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	943.000,00	943.000,00	-86.982,78	727.769,14	215.230,86	117.186,63	727.769,14	215.230,86	727.769,14	
DESPESAS CORRENTES	893.000,00	893.000,00	-86.982,78	721.667,64	171.332,36	117.186,63	721.667,64	171.332,36	721.667,64	
Pessoal e Encargos Sociais	643.000,00	648.000,00	-93.124,13	541.275,87	106.724,13	89.335,16	541.275,87	106.724,13	541.275,87	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	250.000,00	245.000,00	6.141,35	180.391,77	64.608,23	27.851,47	180.391,77	64.608,23	180.391,77	
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00		6.101,50	43.898,50		6.101,50	43.898,50	6.101,50	
Investimentos	50.000,00	50.000,00		6.101,50	43.898,50		6.101,50	43.898,50	6.101,50	
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	943.000,00	943.000,00	-86.982,78	727.769,14	215.230,86	117.186,63	727.769,14	215.230,86	727.769,14	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/ FINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	943.000,00	943.000,00	-86.982,78	727.769,14	215.230,86	117.186,63	727.769,14	215.230,86	727.769,14	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	943.000,00	943.000,00	-86.982,78	727.769,14	215.230,86	117.186,63	727.769,14	215.230,86	727.769,14	
RESERVA DO RPPS										



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	903.496,76	0,00
Pessoal Ativo	903.496,76	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	736.080,33	0,00
Obrigações Patronais	167.416,43	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	903.496,76	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	22.864.701,23	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	22.864.701,23	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	903.496,76	3,95 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.371.882,07	6,00 %

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 1.303.287,97 | 5,70 %

LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF) | 1.234.693,86 | 5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Jardim do Seridó - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 15:31:05

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
IRON LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR  
VEREADOR PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
GENOCLEZIA MAZIA MAFRA DA ROCHA  
Assessora Contábil

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
 Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Exercício Financeiro: 2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f = (a)-(b+c+d+e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>262,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>262,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	262,23	0,00	0,00	0,00	0,00	262,23	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I) + (II)</b>	<b>262,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>262,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Marcelo Henrique Gomes do Santos  
 CONTROLADOR

LUIZ GUSTAVO MOURA DE ALMEIDA  
 DIRETOR FINANCEIRO

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO  
 PRESIDENTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	65.103.861,41
Receita Corrente líquida Ajustada	65.103.861,41

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.208.259,82	1,86
Limite Máximo (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	3.906.231,68	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	3.710.920,10	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

WILINHENE CRISTINA DA SILVA

PRESIDENTE

PEDRO FELINTO NUNES

CONTADOR

ROGÉRIO AVELINO DE LIMA

CONTROLADOR



CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Redondo  
Câmara Municipal de Campo Redondo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A)-(B+C+D+E)-F	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIORES (D)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Sau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Campo Redondo - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:25:13

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governos Municipal de Campo Redondo  
Câmara Municipal de Campo Redondo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

---

VICTOR NEVES WANDERLEY  
Presidente CPF: 070.585.974-64

---

MARIA MERCEA DE BRITO FERREIRA  
Técnico Contabilidade CRC/RN 7151

---

FRANCISCA FRANCINEIDE DEDE DE LIMA  
Tesoureira CPF: 046.006.004-01

---

JOSENILDA PEREIRA DE FARIAS  
Controladora CPF: 806.821.384-87



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III) Em Operações de Crédito Internas Em Operações de Crédito Externas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) Em Operações de Crédito Internas Em Operações de Crédito Externas			
AOS ESTADOS (I) Em Operações de Crédito Internas Em Operações de Crédito Externas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
<b>TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	15.809.579,57	18.053.434,13	19.662.198,54
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %			
CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX) Em Garantia às Operações de Crédito Internas Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X) Em Garantia às Operações de Crédito Internas Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
DOS ESTADOS (VII) Em Garantia às Operações de Crédito Internas Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
DOS MUNICÍPIOS (VIII)			
<b>TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>			

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

**CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	37.726,62	19.641,35	23.550,41	-10.921,43
Disponibilidade de Caixa	35.183,99	17.212,00	21.235,75	-13.072,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	35.183,99	17.212,00	21.235,75	-13.072,63
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.542,63	2.429,35	2.314,66	2.151,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-37.726,62	-19.641,35	-23.550,41	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.809.579,57	17.096.973,95	19.020.009,57	19.662.198,54
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-0,24	-0,11	-0,12	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	33,34	33,34	33,34	96,76
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.183,99	200,00	200,00	200,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas: DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

RESTOS A PAGAR EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	529.733,48	0,00
Pessoal Ativo	529.733,48	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	435.082,83	0,00
Obrigações Patronais	94.650,65	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	768,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	768,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>528.965,18</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	14.755.255,71	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	14.755.255,71	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		528.965,18		3,58 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		885.315,34		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		841.049,57		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		796.783,81		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ruy Barbosa - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 15:39:29

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
MÁRIA CRISLANIA F. DOS SANTOS DE MEDEI  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
THAÍS CRISTINA DE C. AZEVEDO VIEIRA  
Contadora CRC/RN 8544

\_\_\_\_\_  
HANNA KETELLY DE MOURA  
Secretária de Finanças

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE SOUSA RIBEIRO  
Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c")

em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)	
Mobiliária	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00	
<b>TOTAIS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		11.876.546,30	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)		0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V) - (Ia + IIa)		0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS		1.900.247,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00		1.710.222,67	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		831.358,24	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO		
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)	
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00	
Tributos	0,00	0,00	
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	
FGTS	0,00	0,00	
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00	

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	14.994.408,68
Receita Corrente líquida Ajustada	14.994.408,68

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	580.746,04	3,87
Limite Máximo (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	899.664,52	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	854.681,29	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

ERIVELTO HENRIQUE JUNIOR  
032.640.014-11  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PEDRO FELINTO NUNES  
140.857.634-15  
CONTADOR CRC 4006/O-9

LUCIANO SEVERINO PEREIRA  
875.389.204-63  
CONTROLADOR

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.359], CÂMARA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

Portaria Nº 495 de 2017

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA**

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa de Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Período de Referência: 2º Semestre/2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)						
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>45.972,50</b>	<b>46.010,17</b>	<b>47.604,80</b>	<b>46.064,76</b>	<b>46.520,00</b>	<b>46.503,44</b>	<b>46.160,00</b>
Pessoal Ativo	45.972,50	46.010,17	47.604,80	46.064,76	46.520,00	46.503,44	46.160,00
Venc., Vantagens e Outras Despesas Variáveis	38.026,18	38.057,41	39.386,43	38.482,43	38.482,43	38.800,43	38.482,43
Obrigações Patronais	7.946,32	7.952,76	8.218,37	7.582,33	8.037,57	7.703,01	7.677,57
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>959,21</b>	<b>959,21</b>	<b>940,84</b>	<b>610,84</b>	<b>959,21</b>	<b>864,01</b>	<b>959,23</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas c/Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	959,21	959,21	940,84	610,84	959,21	864,01	959,23
<b>DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL(III) = (I-II)</b>	<b>45.013,29</b>	<b>45.050,96</b>	<b>46.663,96</b>	<b>45.453,92</b>	<b>45.560,79</b>	<b>45.639,43</b>	<b>45.200,77</b>

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)					TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>46.987,92</b>	<b>38.609,63</b>	<b>53.783,81</b>	<b>65.186,23</b>	<b>72.479,93</b>	<b>601.883,19</b>	<b>0,00</b>
Pessoal Ativo	46.987,92	38.609,63	53.783,81	65.186,23	72.479,93	601.883,19	0,00
Venc., Vantagens e Outras Despesas Variáveis	38.864,03	38.609,63	38.577,83	57.119,58	57.501,18	500.389,99	0,00
Obrigações Patronais	8.123,89	0,00	15.205,98	8.066,65	14.978,75	101.493,20	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>648,59</b>	<b>648,59</b>	<b>553,39</b>	<b>648,59</b>	<b>1.297,18</b>	<b>10.048,89</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas c/Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	648,59	648,59	553,39	648,59	1.297,18	10.048,89	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL(III) = (I-II)</b>	<b>46.339,33</b>	<b>37.961,04</b>	<b>53.230,42</b>	<b>64.537,64</b>	<b>71.182,75</b>	<b>591.834,30</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.977.094,04	100,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.977.094,04	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIa + IIIb)	591.834,30	3,12
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art.20 da LRF)	1.138.625,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art.22 da LRF)	1.081.694,36	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	1.024.763,08	5,40

## CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA

### Relatório de Gestão Fiscal

#### Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Período de Referência: 2º Semestre/2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilid. de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio Público (f)	Disponibilid. Líquida(g)= (a)-(b+c+d+e)-f	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS REC. NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	-40,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SISTEMA: SICOP - UNIDADE RESPONSÁVEL: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 18:09:01



## CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA

Relatório de Gestão Fiscal

### Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Período de Referência: 2º Semestre/2018

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	18.977.094,04
Receita Corrente líquida Ajustada	18.977.094,04

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	591.834,30	3,12
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.138.625,64	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.081.694,36	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	884.834,14	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/Senado Federal p/Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: SICOP - UNIDADE RESPONSÁVEL: CÂMARA MUNICIPAL DE SERRINHA - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 18:09:14

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	14.755.255,71	
Receita Corrente Líquida Ajustada	14.755.255,71	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	528.965,18	3,58%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	885.315,34	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	841.049,58	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	796.783,81	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	8.815,62	8.815,62

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ruy Barbosa - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 15:40:02

MARIA CRISLANIA F. DOS SANTOS DE MEDEI  
Presidente da Câmara Municipal

THAÍS CRISTINA DE C. AZEVEDO VIEIRA  
Contadora CRC/RN 8544

HANNA KETELLY DE MOURA  
Secretária de Finanças

FRANCISCO DE SOUSA RIBEIRO  
Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

CAMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

LRF, art. 48 - Anexo VII RS 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente líquida			15.604.626,45
Receita Corrente líquida Ajustada			15.604.626,45
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		592.795,17	3,80%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>		936.277,59	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>		889.463,71	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		18.725.551,74	120%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERACÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total			

FONTE:

ICONE Sistemas - WinSepF (V46.22.191.0530)

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Monte Alegre  
Câmara Municipal de Monte Alegre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	47.135.751,16	
Receita Corrente Líquida Ajustada	47.135.751,16	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.281.430,67	2,72%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.828.145,07	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.686.737,82	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.545.330,56	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Monte Alegre  
Câmara Municipal de Monte Alegre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Monte Alegre - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:52:56

ANTONIO ANANIAS FILHO  
Presidente da Câmara

ANGELA MARIA ALVES DA SILVA  
CONTADORA CRC/RN 8457/0-8

PATRICIA ALVES DOS SANTOS  
Tesoureira

EDILSON AMANCIO LIMA  
CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	2.695,36	0,00	20,00	200,00	96,76	0,00	2.378,60	0,00	0,00
Recursos Ordinários	2.695,36	0,00	20,00	200,00	96,76	0,00	2.378,60	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	2.695,36	0,00	20,00	200,00	96,76	0,00	2.378,60	0,00	0,00
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup></b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

Nota: DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM 31/12/2018 = R\$ 0,00 RESTOS A PAGAR EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2018 Pág.: 1/1

Período de Referência: 3º Quadrimestre

RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	457.892.046,69	497.080.757,86	561.477.105,24
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	549.470.456,03	596.496.909,43	673.772.526,29
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	108,00	494.523.410,43	0,00	505.329.394,72
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADO	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Marcelo Henrique Gomes do Santos  
CONTROADOR

LUIZ GUSTAVO MOURA DE ALMEIDA  
DIRETOR FINANCEIRO

MARIA ISABEL ARAÚJO MONTENEGRO  
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS

**CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	23.977.801,66
Receita Corrente líquida Ajustada	23.977.801,66

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	661.336,72	2,76
Limite Máximo (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	1.438.668,10	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	1.366.734,69	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

Robério França Siqueira

Presidente

Wallace César Cavalcante Guerreiro

Contador

Francisco Adriano de Paula

Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/R  
RELATORIO DE GESTAO FISCA  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCI  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBR

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "e" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
<hr/>			
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)			
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 6º BIMESTRE**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") / MDF 8ª Edição

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	48.008,17	47.982,34	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	575.813,81	0,00
Pessoal Ativo	48.008,17	47.982,34	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	47.982,33	575.813,81	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	48.008,17	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	39.985,28	487.844,25	
Obrigações Patronais	0,00	7.997,06	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	7.997,05	87.967,56	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.022,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.022,89	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.022,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.022,89	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte-Trabalho (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>39.985,28</b>	<b>47.982,34</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>47.982,33</b>	<b>567.790,92</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.716.747,75	-
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	14.716.747,75	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)	567.790,92	3,86
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	883.004,87	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	838.854,62	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	794.704,38	5,40

FONTE: Sistema "Nome", Unidade Responsável "Nome", Data da emissão "/dd/mm/aaaa" e hora de emissão "hhh e mmss"

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

**CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO**  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVENBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO III (LRF, art. 53, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>			
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			
% de TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
<b>TAMBE DENUNDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - &lt;%=&gt;</b>			
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>			
	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDOS DO EXERCÍCIO</b>	
<b>EXTERNAS (V)</b>		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>			
<b>MEIDAS CORRETIVAS:</b>			
<b>FONTE:</b>			

**CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2018 - Bimestre Novembro/Dezembro**

RF - ANEXO IV (RF art. 55, Anexo I, alínea "e", inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

SÍMULAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	VALOR CONTRATADAMENTE PREVISTO		VALOR EXECUTADO ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (II)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>			
Mobilizar			
Letras			
Certificados			
Letras			
Acarteira de Crédito			
Aquisição Financeira de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro			
Destinadas ao PPF			
Destinadas a Operações Financeiras			
Autenticação de Reservas			
Fidelidade a Termo de Bens e Serviços			
Demais Antecipações de Receita			
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF art. 29, § 1º)			
Outras Operações de Crédito			
<-TÍTULOS OPERACIONAIS			
<b>NAO SÍMULAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>			
Prestamentos de Dividas			
De Tributos			
De Contribuições Sociais			
Demais Contribuições Sociais			
Do FRTS			
Melhoria da Administração de Recursos e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial			
Programa de Incentivo Multas - RELIZ			
<b>APLICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>			
		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			
<b>OPERAÇÕES EQUIPADAS E VEDADAS - LRF art. 37, III</b>			
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE (IV) = (II) + (III)</b>			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LIMITE (V) = (I) + (II)</b>			
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTIÉPORAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LIMITE (VI) = (I) + (II) + (III)</b>			
<b>LIMITE MENSAL POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTIÉPORAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LIMITE (VII) = (IV) + (V) + (VI)</b>			
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (VIII) = (IV) + (VI)</b>			

FONTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GÓBBERO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RFP art. 48 - Anexo VII		VALOR		RS 1,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>				
Receita Corrente líquida			14.316.242,75	
Receita Corrente líquida Atuada			14.316.242,75	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		<b>VALOR</b>		<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP		561.790,92		3,86%
Limite Máximo (Lei nos 111 e 111, art. 20 da LRF) - <= >		83.1004,87		6,00%
Limite Prudencial (Parágrafo único, art. 22 da LRF) - <= >		838.854,62		5,79%
<b>DIVIDA CONSOLIDADA</b>		<b>VALOR</b>		<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida		-		0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		17.660.097,20		120%
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>		<b>VALOR</b>		<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Constituídas				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>VALOR</b>		<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas				
Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>		<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total				

[CONTINUA NA PÁGINA 175]

<b>ANEXO 24</b> Demonstrativo das Despesas do Poder Legislativo	Poder/Orgão:
	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO</b> Bimestre de Referência:
	<b>06/2018</b>

Art. 28, inciso VI, § 1º a 7º CF

<b>REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES</b>		
Nº de habitantes do município		3.132
Nº de Vereadores		9
Remuneração Individual dos Vereadores (R\$)		R\$ 3.082,41
Remuneração do Presidente da Câmara (R\$)		R\$ 5.064,00
Ato Normativo:		LEI Nº 315/2012

Art. 29-A, caput e incisos I a IV, CF

<b>DESPESAS GERAIS / PODER LEGISLATIVO</b>		
Recetas eletivas de Tributos e Transferências no exercício anterior		R\$ 9.937.056,85
Despesas do Poder Legislativo no exercício atual		R\$ 695.593,98
Limite legal (percentual)	8%	R\$ 794.904,55
Limite atingido (percentual)	7,00%	

Art. 29-A, §1º, CF

<b>DESPESAS PESSOAIS</b>		
Receta do Poder Legislativo - diuodécimos		R\$ 695.593,98
Despesas com Folha de Pagamento		R\$ 479.823,36
Limite legal (percentual)	70%	R\$ 486.915,79
Limite atingido (percentual)	88,98%	

Art. 29, VII, CF

<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>		
Receta do Município (Exercício Atual)		R\$ 16.604.953,04
Remuneração dos Vereadores (Exercício Atual)		R\$ 356.679,36
Limite legal (percentual)	3%	R\$ 830.247,65
Limite atingido (percentual)	2,15%	

Art. 20, II, § 1º, da LRF

<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>		
Total da Receita Corrente Líquida		R\$ 14.216.747,75
Despesas com Pessoal		R\$ 567.790,92
Limite legal (percentual)	6%	R\$ 883.004,87
Limite atingido (percentual)	3,96%	

**CAMARA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO**  
RELATORIO DE GESTAO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") / MDF 8ª Edição

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a)-(b+c+d+e)-f)		
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação									
Transferências do FUNDEB 60%									
Transferências do FUNDEB 40%									
Outros Recursos Destinados à Educação									
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde									
Outros Recursos Destinados à Saúde									
Recursos Destinados à Assistência Social									
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário									
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro									
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Outras Destinações Vinculadas de Recursos									
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados									
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mm>

NOTA:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.472.006,09	0,00
Pessoal Ativo	1.472.006,09	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.213.870,67	0,00
Obrigações Patronais	258.135,42	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>1.472.006,09</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	44.586.025,39	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 %
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	44.586.025,39	100,00 %
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>1.472.006,09</b>	<b>3,30 %</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)</b>	<b>2.675.161,52</b>	<b>6,00 %</b>

(\*)

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.541.403,44	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	2.407.645,37	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Caraúbas - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 09:04:41

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64  
b) Despesas empenhadas nas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
JOSEAN FERNANDES DE AMORIM  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE ASSIS BRITO  
CONTADOR

\_\_\_\_\_  
LEILA CRISTINA DA SILVA  
TESOJEIRA



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Grande  
Câmara Municipal de Campo Grande

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

Outros Benefícios Previdenciár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>								
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	51.384,20	51.384,20	51.384,20	51.384,20	67.935,30	630.417,40		0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	18.979.573,10	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	18.979.573,10	100,00 %
<hr/>		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	630.417,40	3,32 %
<hr/>		
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )	1.138.774,39	6,00 %
<hr/>		
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.081.835,67	5,70 %
<hr/>		
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	1.024.896,95	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Campo Grande - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 07:23:04

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Grande  
Câmara Municipal de Campo Grande

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0003

---

ADMILSON FERNANDES DE MELO JUNIOR  
Presidente da Câmara Municipal

---

JOSE RIBAMAR CAVALCANTE VIEIRA  
Contador CRC/RN 5488/0

---

ANTONIO ALVES DE MEDEIROS  
Controlador Geral

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**ANEXO 22**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Demonstrativo dos Limites

Poder/Órgão :

**CAM.MUN.CAMPO GRANDE**

Bimestre de Referência:

**06/2018**

LRF, art. 54 - Anexo XX

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	18.979.573,10	
Receita Corrente Líquida Ajustada	18.979.573,10	
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	630.417,40	3,32
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.138.774,39	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.081.835,67	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.024.896,95	5,40
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00
RESTOS A PAGAR	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Créd por Antecip da	0,00	0,00
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA**

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
RGF SEGUNDO SEMESTRE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") / MDF 8ª Edição

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(Números 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OCT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.316,61	37.316,61	59.522,30	47.674,55	45.886,43	45.972,79	46.789,67	45.923,01	45.923,01	42.554,39	48.884,56	50.914,11	554.678,04	0,00
Pessoal Ativo	37.316,61	37.316,61	59.522,30	47.674,55	45.886,43	45.972,79	46.789,67	45.923,01	45.923,01	42.554,39	48.884,56	50.914,11	554.678,04	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	37.316,61	37.316,61	44.400,78	39.282,02	38.453,89	38.503,67	38.820,55	38.453,89	38.453,89	35.085,27	48.024,51	38.453,89	472.555,58	
Obrigações Patronais	0,00	0,00	15.121,52	8.392,53	7.432,54	7.469,12	7.969,12	7.469,12	7.469,12	7.469,12	860,05	12.460,22	82.112,46	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reforma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imposto de Renda Retido na Fonte-Trabalho (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.316,61	37.316,61	59.522,30	47.674,55	45.886,43	45.972,79	46.789,67	45.923,01	45.923,01	42.554,39	48.884,56	50.914,11	554.678,04	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.989.627,80	-
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) § 13, art. 166 da CF	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	10.989.627,80	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + III b)	554.678,04	5,05
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	659.377,67	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	626.408,78	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	593.439,90	5,40

FONTE: Sistema "Nome", Unidade Responsável "Nome", Data da emissão "dd/mm/aaaa" e hora de emissão "hh e mm".

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Riachuelo  
Câmara Municipal de Riachuelo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.248.654,75	
Receita Corrente Líquida Ajustada	21.248.654,75	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	639.179,80	3,01%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=	1.274.919,29	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=	1.211.173,32	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <=	1.147.427,36	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor total	0,00	0,00



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Riachuelo  
Câmara Municipal de Riachuelo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Riachuelo - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 15:52:46

\_\_\_\_\_  
MARCELO AUGUSTO PEREIRA DE FRANÇA  
CHEFE DO FINANCEIRO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS  
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Exercício Financeiro: 2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.281,56</b>	<b>-26.281,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0100000000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	26.281,56	-26.281,56	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I) + (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.281,56</b>	<b>-26.281,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

JOSIAS LEANDRO DE SOUZA  
PRESIDENTE

Maria Aline de Lima e Silva  
TESOUREIRO(A)

ANDRÉ BALDUÍNO BISPO  
CONTROLADOR

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA**

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Em reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018	
	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18			
RECEITAS CORRENTES (I)															
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria															
IPTU															
ISS															
ITBI															
IRRF															
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria															
Contribuições															
Receita Patrimonial															
Rendimentos de Aplicação Financeira															
Outras Receitas Patrimoniais															
Receita Agropecuária															
Receita Industrial															
Receita Serviços															
Transferências Correntes															
Cota Parte do FPM															
Cota Parte do ICMS															
Cota Parte do IPVA															
Cota Parte do ITR															
Transferência da LC 87/1966															
Transferência LC 61/1989															
Transferências FUNDEB															
Outras Transferências Correntes															
Outras Receitas Correntes															
DEDUÇÕES (II)															
Contrib. Servidor para o Plano de Previdência															
Comp. Financeira entre Regimes de Previdência															
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB															
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>904.564,96</b>	<b>1.035.648,91</b>	<b>828.244,60</b>	<b>955.446,68</b>	<b>1.238.758,57</b>	<b>1.115.138,39</b>	<b>1.095.599,04</b>	<b>648.184,41</b>	<b>703.688,49</b>	<b>782.548,13</b>	<b>891.886,37</b>	<b>1.476.837,75</b>	<b>11.876.546,30</b>	<b>11.876.546,30</b>	

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Grande  
Câmara Municipal de Campo Grande

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF,art.55,inciso I,a)lnea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	630.417,40	0,00
Pessoal Ativo	630.417,40	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	516.999,40	0,00
Obrigações Patronais	113.418,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	630.417,40	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	18.979.573,10	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	18.979.573,10	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	630.417,40	3,32 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )	1.138.774,39	6,00 %

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Grande  
Câmara Municipal de Campo Grande

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º trimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.081.835,67		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		1.024.896,95		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Campo Grande - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 07:15:26

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
ADMILSON FERNANDES DE MELO JUNIOR  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
JOSE RIBAMAR CAVALCANTE VIEIRA  
Contador CRC/RN 5488/0

\_\_\_\_\_  
ANTONIO ALVES DE MEDEIROS  
Controlador Geral

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

**PEDRO AVELINO - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LÍQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	57.428,65	58.145,40	57.003,40	56.284,36	56.284,36	58.936,69	58.619,68	59.188,36	57.988,36	57.988,36	57.988,36	57.688,26	693.544,24	0,00
Pessoal Ativo	57.428,65	58.145,40	57.003,40	56.284,36	56.284,36	58.936,69	58.619,68	59.188,36	57.988,36	57.988,36	57.988,36	57.688,26	693.544,24	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	47.666,80	47.670,00	46.516,00	46.516,00	46.516,00	49.168,33	48.916,00	48.916,00	48.916,00	48.916,00	48.916,00	47.364,16	575.997,29	0,00
Obrigações Patronais	9.761,85	10.475,40	10.487,40	9.768,36	9.768,36	9.768,36	9.703,68	10.272,36	9.072,36	9.072,36	9.072,36	10.324,10	117.546,95	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	57.428,65	58.145,40	57.003,40	56.284,36	56.284,36	58.936,69	58.619,68	59.188,36	57.988,36	57.988,36	57.988,36	57.688,26	693.544,24	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		17.478.016,84	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)		0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		17.478.016,84	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIb)		693.544,24	3,97
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.048.681,01	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		996.246,96	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		943.812,91	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64
- 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c")

em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
<b>TOTAIS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.662.198,54	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V) - (Ia + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.145.951,77	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00	2.831.356,59	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.376.353,90	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.





CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO À DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II)

Em reais

Benefícios - Militar									
Reformas									
Pensões									
Outros Benefícios Previdenciários									
Outras Despesas Previdenciárias									
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS									
Demais Despesas Previdenciárias									
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>									
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)</b>									
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>				
VALOR									
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>					<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>				
VALOR									
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>					<b>APORTES REALIZADOS</b>				
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar									
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos									
Outros Aportes para o RPPS									
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro									
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>					<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>				
					2018				2017
Caixa e Equivalentes de Caixa									
Investimentos e Aplicações									
Outros Bens e Direitos									

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPÚ**

**CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU**  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
 Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Exercício Financeiro: 2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>2.417,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.779,55</b>	<b>637,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0100000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.417,50	0,00	0,00	0,00	1.779,55	637,95	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I) + (II)</b>	<b>2.417,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.779,55</b>	<b>637,95</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

GERALDO FIHADELFO DE OLIVEIRA  
 CONTROLADOR

CARLOS ROBERTO NUNES  
 CONTADOR

JOÃO MARIA CÂMARA DE MELO  
 PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO <sup>1</sup> (I)					

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	5.535,00	6.101,50	-566,50	44.465,00
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-) INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	50.000,00	5.535,00	6.101,50	-566,50	44.465,00
RESULTADO PARA A APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-50.000,00	-5.535,00			-44.465,00

Fonte: CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
Demonstrativo das Operações de Crédito

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2018 Pág.: 1/1

Período: MARÇO - DEZEMBRO/2018

RGF - Anexo 4 (LRF, art 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência(a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, §1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, §1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	561.477.105,24	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	89.836.336,84	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	80.852.703,15	14,40
OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	39.303.397,37	7,00
<b>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR REALIZADO</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	561.477.105,24	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Marcelo Henrique Gomes do Santos  
CONTROLADOR

LUIZ GUSTAVO MOURA DE ALMEIDA  
DIRETOR FINANCEIRO

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO  
PRESIDENTE

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS**

**CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Robério França Siqueira

Presidente

Wallace César Cavalcante Guerreiro

Contador

Francisco Adriano de Paula

Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DOS BORGES

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Olho-D'Água dos Borges  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	590.744,33	0,00
Pessoal Ativo	590.744,33	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	491.239,27	0,00
Obrigações Patronais	99.505,06	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>590.744,33</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	13.718.924,08	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 %
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	13.718.924,08	100,00 %
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>590.744,33</b>	<b>4,31 %</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )</b>	<b>823.135,44</b>	<b>6,00 %</b>

(\*)



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Olho-D'Água do Borges  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	13.718.924,08	
Receita Corrente Líquida Ajustada	13.718.924,08	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	590.744,33	4,31%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	823.135,44	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	781.978,67	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <%>	740.821,90	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	0,00	0,00



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Olho-D'Água do Borges  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)(1) (G)= (A)-(B-C+D+E)-F)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)				
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DO EXERCÍCIO ATUAL (C)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Olho-D'Água do Borges - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 09:50:45

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c")

em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)	
Mobiliária	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00	
<b>TOTAIS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		19.662.198,54	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)		0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V) - (Ia + IIa)		0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS		3.145.951,77	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00		2.831.356,59	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		1.376.353,90	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO		
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)	
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00	
Tributos	0,00	0,00	
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	
FGTS	0,00	0,00	
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00	

Fonte: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de São Vicente  
Câmara Municipal de São Vicente

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF,art.55,inciso I,a)lnea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	721.521,83	0,00
Pessoal Ativo	721.521,83	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	594.386,66	0,00
Obrigações Patronais	127.135,17	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>721.521,83</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	16.426.834,85	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	16.426.834,85	100,00 %
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)</b>	<b>721.521,83</b>	<b>4,39 %</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )</b>	<b>985.610,09</b>	<b>6,00 %</b>

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de São Vicente  
Câmara Municipal de São Vicente

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		936.329,59		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		887.049,08		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de São Vicente - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 06:50:58

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS  
PRESIDENTE

DULCIMEYRE MARIA DE ARAUJO  
CONTADOR

LUIZ EMMANUEL SALES SOARES DE MARIA  
Tesoureiro

MANOEL LOPES DE MEDEIROS  
CONTROLADOR



Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

Outros Benefícios Previdenciár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<hr/>								
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	71.738,81	69.952,10	71.180,02	71.837,24	89.138,21	903.496,76		0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	22.864.701,23	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	22.864.701,23	100,00 %
<hr/>		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIa + IIIb)	903.496,76	3,95 %
<hr/>		
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1.371.882,07	6,00 %
<hr/>		
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.303.287,97	5,70 %
<hr/>		
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	1.234.693,86	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Jardim do Seridó - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 15:32:50

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0003

---

IRON LUCAS DE OLIVEIRA JUNIOR  
VEREADOR PRESIDENTE

---

---

GENOCLEZIA MAZIA MAFRA DA ROCHA  
Assessora Contábil

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de São José de Mipibu  
Câmara Municipal de São José de Mipibu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	93.408.091,62	
Receita Corrente Líquida Ajustada	93.408.091,62	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.383.258,89	2,55%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.604.485,50	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.324.261,22	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	5.044.036,95	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO



Rio Grande do Norte  
Govern o Municipal de São José de Mipibu  
Câmara Municipal de São José de Mipibu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de São José de Mipibu - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:54:15

VERONICA SENRA DA SILVA  
Presidente CPF: 728.193.247-20

LUCIENE CAVALCANTE MOREIRA DE CARVALHO  
Técnico Contabilidade CRC/RN 7.038

TATIANE KARLA COSTA DA SILVA  
Diretora Financeira CPF: 035.479.134-62

ELIZANGELA DANTAS FERREIRA  
Controladora CPF: 024.141.224-20

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO**

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**SETEMBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS EM PERÍODO ESPECÍFICO LIQUIDADAS												Total de Mês Específicos	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS	
	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Maior/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	51.538,46	51.868,85	57.782,91	47.682,64										208.872,86	
Pessoal Ativo	51.538,46	51.868,85	57.782,91	47.682,64										208.872,86	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	42.608,00	42.495,09	39.700,00	39.700,00										164.503,09	
Obrigações Patronais	8.930,46	9.373,76	18.082,91	7.982,64										44.369,77	
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas															
Aposentadorias, Reserva e Reformas															
Pensões															
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)															
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados															
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	51.538,46	51.868,85	57.782,91	47.682,64										208.872,86	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)</b>															<b>208.872,86</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.782.825,77	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	16.782.825,77	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)	208.872,86	1,24 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.006.969,55	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (§ único do art. 22 da LRF)	956.621,07	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	906.272,60	5,40 %

FONTE: CAMARA DE SEVERIANO MELO RN

NOTAS:

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**SETEMBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
3º Quadrimestre de 2018		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)
6,00 %	1,24 %	-4,76 %

ELANO GOMES PINTO  
Controlador(a) Interno

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO  
Contador

FRANCISCO EDSON FERREIRA CARVALHO  
Tesoureiro

ROSEMBERG MONTEIRO DE CARVALHO  
Presidente

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-201,91	12.701,12	13.862,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	-201,91	12.701,12	13.862,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	12.701,12	13.862,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	201,91	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-12.701,12	-13.862,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.833.737,85	15.331.818,96	16.325.392,72	16.782.825,77
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	-0,08	-0,08	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	14.833.737,85	15.331.818,96	16.325.392,72	16.782.825,77
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %				

CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: CAMARA DE SEVERIANO MELO RN

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c")

em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no Art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹ (II)	0,00	0,00
<b>TOTAIS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>		
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.782.825,77	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V) - (Ia + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.685.252,12	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00	2.416.726,91	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.174.797,80	7,00
<b>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		
	<b>VALOR REALIZADO</b>	
	<b>No Quadrimestre de Referência</b>	<b>Até o Quadrimestre de Referência (a)</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: CAMARA DE SEVERIANO MELO RN

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF - Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EM PENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Liquidados		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
<b>TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)</b>	0,00000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES *</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: CAMARA DE SEVERIANO MELO RN

CAMARA DE SEVERIANO MELO RN  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

LRf, art. 48 - Anexo 06		em Reais	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE		
Receita Corrente Líquida			16.782.825,77
Receita Corrente Líquida Ajustada			16.782.825,77
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
Despesa Total com Pessoal - DTP	208.872,86		1,24
LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 6,00%	1.006.969,55		6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70 % 5,70%	956.621,07		5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00%	906.272,60		5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	0,00		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - %	0,00		0,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00		0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00		0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	2.685.252,12		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00		0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 0,00 %	1.174.797,80		0,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total	0,00		0,00

Fonte: CAMARA DE SEVERIANO MELO RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	529.733,48	0,00
Pessoal Ativo	529.733,48	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	435.082,83	0,00
Obrigações Patronais	94.650,65	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	768,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	768,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>528.965,18</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.755.255,71	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	14.755.255,71	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Ruy Barbosa  
Câmara Municipal de Ruy Barbosa

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		528.965,18		3,58 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		885.315,34		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		841.049,57		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		796.783,81		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Ruy Barbosa - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:56:56

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
MÁRIA CRISLANIA F. DOS SANTOS DE MEDEI  
Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
THAÍS CRISTINA DE C. AZEVEDO VIEIRA  
Contadora CRC/RN 8544

\_\_\_\_\_  
HANNA KETELLY DE MOURA  
Secretária de Finanças

\_\_\_\_\_  
FRANCISCO DE SOUSA RIBEIRO  
Controlador

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Redondo  
Câmara Municipal de Campo Redondo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	27.864.411,38	
Receita Corrente Líquida Ajustada	27.864.411,38	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	804.516,98	2,89%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.671.864,68	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.588.271,45	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.504.678,21	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Campo Redondo  
Câmara Municipal de Campo Redondo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
Valor total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Campo Redondo - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:24:31

\_\_\_\_\_  
VICTOR NEVES WANDERLEY  
Presidente CPF: 070.585.974-64

\_\_\_\_\_  
MARIA MERCIA DE BRITO FERREIRA  
Técnico Contabilidade CRC/RN 7151

\_\_\_\_\_  
FRANCISCA FRANCINEIDE DEDE DE LIMA  
Tesoureira CPF: 046.006.004-01

\_\_\_\_\_  
JOSENILDA PEREIRA DE FARIAS  
Controladora CPF: 806.821.384-87

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Parelhas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	38.878.994,66	
Receita Corrente Líquida Ajustada	38.878.994,66	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.422.014,10	3,66%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.332.739,68	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.216.102,70	5,70%
Limite de Alerta (Inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.099.465,71	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	0,00	0,00

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Parelhas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

FONTE: SISTEMA: Aspecto Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Parelhas - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 15:35:55

\_\_\_\_\_  
HUMBERTO ALVES GONDIM  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
JANAYNA SABRI NA DE AZEVEDO MENEZES  
CONTADORA

\_\_\_\_\_  
WANESSA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA

**ANEXO 22**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Demonstrativo dos Limites

Poder/Órgão :  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA**  
Bimestre de Referência:  
**06/2018**

LRF, art. 54 - Anexo XX

Em Reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	65.701.111,71	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada	65.701.111,71	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.829.905,73	2,79
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>	3.942.066,70	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>	3.744.963,37	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <-%>	3.547.860,03	5,40
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00
RESTOS A PAGAR	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Def pelo Senado Federal p/ Oper de Créd por Antecip da Receita	0,00	0,00
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ANEXO 22 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 3º QUADRIMESTRE 2018		
RRF, art. 48 - Anexo VII	RCL	RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	20.216.735,47	2,78%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <% >	562.019,77	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <% >	1.213.004,13	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.260.082,56	120%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.447.681,80	22,00%
OPERAÇÕES DE CREDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.234.677,68	16%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação	1.415.171,48	7%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0	0

SEVERINO PAULINO SILVA FILHO - PRESIDENTE - THIAGO JOSE DOS SANTOS COSTA - TESOUREIRO  
MARINEIA DA SILVA - CONTROLADORA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-235,04	5.304,35	-685,46	36,87
Disponibilidade de Caixa	-110,76	5.301,79	-685,46	36,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	223,98	5.636,53	-350,72	371,61
(-) Restos a Pagar Processados	334,74	334,74	334,74	334,74
Demais Haveres Financeiros	-124,28	2,56	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-5.304,35	0,00	-36,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.481.726,87	10.841.414,53	11.616.980,16	11.876.546,30
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	-0,05	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	93.395,26	108.823,81	118.146,10	117.820,31
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

**CÂMARA MUNICIPAL JARDIM DE ANGICOS**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	14.503.354,57
Receita Corrente Líquida Ajustada	14.503.354,57

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	561.011,98	3,87
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	870.201,27	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	826.691,21	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

SANDRA MERCIA DE MELO LIMA  
036.724.514-01  
PRESIDENTE

ALEXSANDRA DA SILVA BEZERRA  
051.389.714-33  
CHEFE DE CONTROLE INTERNO

FRANQUICILENE MARIA DA SILVA  
031.107.164-37  
CONTADORA

**JARDIM DE ANGICOS - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL JARDIM DE ANGICOS**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAY/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.469,84	51.305,17	48.657,83	45.258,33	46.516,72	45.974,93	47.026,04	47.059,52	54.769,93	39.716,27	47.243,10	49.350,94	567.348,62	0,00
Pessoal Ativo	44.469,84	51.305,17	48.657,83	45.258,33	46.516,72	45.974,93	47.026,04	47.059,52	54.769,93	39.716,27	47.243,10	49.350,94	567.348,62	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.469,84	43.858,31	41.072,27	41.072,27	41.072,27	40.336,36	39.716,27	39.716,27	39.716,27	39.716,27	39.716,27	41.576,54	492.039,21	0,00
Obrigações Patronais	0,00	7.446,86	7.585,56	4.186,06	5.444,45	5.638,57	7.309,77	7.343,25	15.053,66	0,00	7.526,83	7.774,40	75.309,41	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º, do art. 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.336,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.336,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Documentos de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.336,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.336,64	0,00
Limfres e Pensionistas em Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) - (II)	38.133,20	51.305,17	48.657,83	45.258,33	46.516,72	45.974,93	47.026,04	47.059,52	54.769,93	39.716,27	47.243,10	49.350,94	561.011,98	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) - (II)	38.133,20	51.305,17	48.657,83	45.258,33	46.516,72	45.974,93	47.026,04	47.059,52	54.769,93	39.716,27	47.243,10	49.350,94	561.011,98	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL</b>
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)													14.500.354,57	0,00
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (art. 166 da CF)													0,00	0,00
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas coletivas (VI) (art. 166 da CF)													0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)													14.500.354,57	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III) + (IIb)													561.011,98	3,87
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													870.201,27	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (quando o inciso IV do art. 22 da LRF)													826.691,21	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (quando o inciso I do art. 22 da LRF)													783.181,15	5,40

Nota:  
 1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.  
 Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
 a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64  
 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

SANDRA MERICIA DE MELO LIMA	ALEXSANDRA DA SILVA BEZERRA	FRANQUILENE MARIA DA SILVA
036.724.514-01	051.389.714-33	051.107.164-37
PRESIDENTE	CHEFE DE CONTROLE INTERNO	CONTADORA

FONTE: SCPH - Contabilidade (8.21.25-401), CÂMARA MUNICIPAL JARDIM DE ANGICOS

Portaria Nº 495 de 2017

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR					
	DE CAIXA BRUTA	RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS		RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS		DE CAIXA LÍQUIDA	INSCRIÇÃO DE EMPENHOS NÃO CANCELADOS	EMPENHOS NÃO CANCELADOS		EMPENHOS NÃO CANCELADOS	
		E NÃO PAGOS	EMPENHADOS E	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	CONSORCIO PÚBLICO			NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS)	NÃO PROCESSADOS		DO EXERCÍCIO (1)
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G) =	(A - (B+C+D+E) - F)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(11)	28.394,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.394,56	26.315,80	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	28.394,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.394,56	26.315,80	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (111) = (I + 11)	28.394,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.394,56	26.315,80	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Jardim do Seridó - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 11:48:47

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

IRON LUCAS DE OLIVEIRA JÚNIOR  
VEREADOR PRESIDENTE

GENOCLEZIA MAZIA MAFRA DA ROCHA  
Assessora Contábil

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

**JOAO CAMARA - PODER LEGISLATIVO**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO CAMARA**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	188.904,78	192.255,79	196.279,05	201.713,23	173.279,72	244.348,36	163.209,45	204.720,14	185.980,15	201.668,62	201.582,89	265.602,80	2.419.544,98	0,00
Pessoal Ativo	188.904,78	192.255,79	196.279,05	201.713,23	173.279,72	244.348,36	163.209,45	204.720,14	185.980,15	201.668,62	201.582,89	265.602,80	2.419.544,98	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	163.562,80	168.437,13	171.303,15	175.086,83	173.279,72	190.052,05	163.209,45	179.559,13	185.980,15	174.576,12	174.242,79	229.025,82	2.148.315,14	0,00
Obrigações Patronais	25.341,98	23.818,66	24.975,90	26.626,40	0,00	54.296,31	0,00	25.161,01	0,00	27.092,50	27.340,10	36.576,98	271.229,84	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	188.904,78	192.255,79	196.279,05	201.713,23	173.279,72	244.348,36	163.209,45	204.720,14	185.980,15	201.668,62	201.582,89	265.602,80	2.419.544,98	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	48.322.199,07	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	48.322.199,07	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)	2.419.544,98	5,01
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.899.331,94	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.754.365,35	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.609.398,75	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

**JOAO CAMARA - PODER LEGISLATIVO**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO CAMARA**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			

\_\_\_\_\_  
 DANIEL GOMES DA SILVA

Presidente

\_\_\_\_\_  
 Ricardo da Silva Cruz

Contador

\_\_\_\_\_  
 Ian Alves de Freitas

Controlador

**Nota Explicativa**

Devido ser de competência do Poder Executivo a apuração da Receita Corrente Líquida - RCL e diante do não recebimento das informações da RCL do último quadrimestre do exercício de 2018 de forma tempestiva, deixamos de apresentar tais valores nos anexos do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Legislativo Municipal. Sabendo que a RCL é base essencial para apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Demonstrativos Publicados apresentaram variação nos seus respectivos índices.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPÚ

CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU  
Demonstrativo Simplificado de Gestão Fiscal

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
Exercício: 2018 Data: 25/1/2019 18:18:22 Pág.: 1/1

Período de Referência: SET a DEZ/2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	24.459.232,06	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	818.227,30	3,35
Limite Máximo (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	1.467.553,92	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.394.176,23	5,70
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	637,95

GERALDO FI LADELFO DE OLIVEIRA  
CONTROLADOR

CARLOS ROBERTO NUNES  
CONTADOR

JOÃO MARIA CÂMARA DE MELO  
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA**

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICAS PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO**

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

em Reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		REGISTROS EFETUADOS EM 2018									
			No Bimestre			Até o Bimestre						
TOTAL DE ATIVOS		0,00										
Ativos Constituídos pela SPE		0,00										
TOTAL DE PASSIVOS		0,00										
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		0,00										
Provisões de PPP		0,00										
Outros Passivos		0,00										
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00										
Obrigações Contratuais		0,00										
Riscos Não Provisionados		0,00										
Garantias Concedidas		0,00										
Outros Passivos Contingentes		0,00										
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
Do Ente Federado, exceto estaduais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Das Estaduais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)</b>	<b>10.481.726,87</b>	<b>11.876.546,30</b>	<b>12.031.473,67</b>	<b>12.188.422,04</b>	<b>12.347.417,78</b>	<b>12.508.487,58</b>	<b>12.671.658,51</b>	<b>12.836.957,98</b>	<b>13.004.413,75</b>	<b>13.174.053,94</b>	<b>13.345.907,07</b>	
TOTAL DESP. CONSIDERADAS P/ LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V / III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
RGF SEGUNDO SEMESTRE 2018

LRF, art. 48 - Anexo VII

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR		RS 1,00
Receita Corrente líquida				10.989.627,80
Receita Corrente líquida Ajustada				10.989.627,80
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP		554.678,04		5,05%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>		659.377,67		6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>		626.408,78		5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida		-		0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		13.187.553,36		120%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias Concedidas				
Limite Definido por Resolução do Senado Federal				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas				
Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas				
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita				
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		1.802,00		(703,07)
SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL				

ICONE Sistemas - WinSepF (V50.23.198.0543)

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA**

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa de Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Período de Referência: 2º Semestre/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)						
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>38.924,88</b>	<b>46.413,96</b>	<b>46.761,43</b>	<b>47.100,26</b>	<b>45.392,33</b>	<b>46.168,33</b>	<b>48.896,77</b>
Pessoal Ativo	38.924,88	46.413,96	46.761,43	47.100,26	45.392,33	46.168,33	48.896,77
Venc., Vantagens e Outras Despesas Variáveis	38.924,88	39.041,90	39.363,38	39.334,12	39.655,94	39.999,38	42.797,78
Obrigações Patronais	0,00	7.372,06	7.398,05	7.766,14	5.736,39	6.168,95	6.098,99
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas c/Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	99,10	99,10	99,10	99,10	99,10	99,10	99,10
<b>DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL(III) = (I-II)</b>	<b>38.825,78</b>	<b>46.314,86</b>	<b>46.662,33</b>	<b>47.001,16</b>	<b>45.293,23</b>	<b>46.069,23</b>	<b>48.797,67</b>

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)					TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>45.653,53</b>	<b>44.821,53</b>	<b>46.284,33</b>	<b>46.761,33</b>	<b>60.598,73</b>	<b>563.777,41</b>	<b>0,00</b>
Pessoal Ativo	45.653,53	44.821,53	46.284,33	46.761,33	60.598,73	563.777,41	0,00
Venc., Vantagens e Outras Despesas Variáveis	38.047,05	37.140,26	38.603,06	38.603,06	42.307,13	473.817,94	0,00
Obrigações Patronais	7.606,48	7.681,27	7.681,27	8.158,27	18.291,60	89.959,47	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>120,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>99,10</b>	<b>1.210,20</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas c/Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	120,10	99,10	99,10	99,10	99,10	1.210,20	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA C/PESSOAL(III) = (I-II)</b>	<b>45.533,43</b>	<b>44.722,43</b>	<b>46.185,23</b>	<b>46.662,23</b>	<b>60.499,63</b>	<b>562.567,21</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.784.127,92	100,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00
=RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	21.784.127,92	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	562.567,21	2,58
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art.20 da LRF)	1.307.047,68	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art.22 da LRF)	1.241.695,30	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	1.176.342,91	5,40

## CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

Relatório de Gestão Fiscal

### Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Período de Referência: 2º Semestre/2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilid. de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio Público (f)	Disponibilid. Líquida(g)= (a)-(b+c+d+e)-f	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS REC. NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>3.902,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.221,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.319,59</b>	<b>3.925,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos Ordinários	3.902,00	0,00	0,00	6.221,59	0,00	0,00	-2.319,59	3.925,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>3.902,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.221,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.319,59</b>	<b>3.925,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SISTEMA: SICOP - UNIDADE RESPONSÁVEL: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 08:16:11

## CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

Relatório de Gestão Fiscal

### Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - Período de Referência: 2º Semestre/2018

LRF, art. 48 - Anexo 6

RS 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	21.784.127,92
Receita Corrente líquida Ajustada	21.784.127,92

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	562.567,21	2,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.307.047,68	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.241.695,29	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/Senado Federal p/Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: SICOP - UNIDADE RESPONSÁVEL: CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 08:16:24

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS**

**GALINHOS - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	47.967,55	46.268,02	56.092,45	53.956,48	56.562,68	57.207,31	55.060,74	63.680,81	55.636,23	56.628,23	55.086,78	57.189,44	661.336,72	0,00
Pessoal Ativo	47.967,55	46.268,02	56.092,45	53.956,48	56.562,68	57.207,31	55.060,74	63.680,81	55.636,23	56.628,23	55.086,78	57.189,44	661.336,72	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	47.967,55	46.268,02	48.792,05	47.047,55	47.493,08	47.814,66	45.334,67	55.304,33	47.918,00	47.918,00	45.864,00	47.648,00	575.369,91	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00	7.300,40	6.908,93	9.069,60	9.392,65	9.726,07	8.376,48	7.718,23	8.710,23	9.222,78	9.541,44	85.966,81	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	47.967,55	46.268,02	56.092,45	53.956,48	56.562,68	57.207,31	55.060,74	63.680,81	55.636,23	56.628,23	55.086,78	57.189,44	661.336,72	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.977.801,66	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	23.977.801,66	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)	661.336,72	2,76
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.438.668,10	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.366.734,69	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.294.801,29	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

**GALINHOS - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GALINHOS**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			

Robério França Siqueira

Presidente

Wallace César Cavalcante Guerreiro

Contador

Francisco Adriano de Paula

Controlador

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	48.322.199,07
Receita Corrente líquida Ajustada	48.322.199,07

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.419.544,98	5,01
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.899.331,94	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	2.754.365,35	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

DANIEL GOMES DA SILVA

Presidente

Ricardo da Silva Cruz

Contador

Ian Alves de Freitas

Controlador

**Nota Explicativa**

Devido ser de competência do Poder Executivo a apuração da Receita Corrente Líquida - RCL e diante do não recebimento das informações da RCL do último



**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

quadrimestre do exercício de 2018 de forma tempestiva, deixamos de apresentar tais valores nos anexos do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Legislativo Municipal. Sabendo que a RCL é base essencial para apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Demonstrativos Publicados apresentaram variação nos seus respectivos índices.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.359], CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

Portaria Nº 495 de 2017

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS												Total dos Últimos 12 Meses	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	Mai/2018	Junho/2018	Julho/2018	Agosto/2018	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	48.697,97	49.349,62	47.564,20	47.564,20	53.548,38	47.607,76	53.354,29	47.607,76	47.607,76	54.475,40	45.396,13	47.891,19	590.664,66	
Pessoal Ativo	48.697,97	49.349,62	47.564,20	47.564,20	53.548,38	47.607,76	53.354,29	47.607,76	47.607,76	54.475,40	45.396,13	47.891,19	590.664,66	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.246,26	40.906,78	39.309,26	39.309,26	45.285,88	39.345,26	44.317,83	39.345,26	39.345,26	46.212,90	37.522,97	37.522,97	488.669,89	
Obrigações Patronais	8.451,71	8.442,84	8.254,94	8.254,94	8.262,50	8.262,50	9.036,46	8.262,50	8.262,50	8.262,50	7.873,16	10.368,22	101.994,77	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF )														
DESPESA NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF ) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	48.697,97	49.349,62	47.564,20	47.564,20	53.548,38	47.607,76	53.354,29	47.607,76	47.607,76	54.475,40	45.396,13	47.891,19	590.664,66	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														590.664,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.662.198,54	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) ( § 13, art. 166 da CF		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	19.662.198,54	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)	590.664,66	3,00 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.179.731,91	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) ( § único do art. 22 da LRF)	1.120.745,32	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.061.758,72	5,40 %

FONTE: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

NOTAS:

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
3º Quadrimestre de 2018		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)
6,00 %	3,00 %	-3,00 %

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

em Reais

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de São José de Mipibu  
Câmara Municipal de São José de Mipibu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.451.280,87	0,00
Pessoal Ativo	2.451.280,87	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.018.063,85	0,00
Obrigações Patronais	433.217,02	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	68.021,98	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	68.021,98	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>2.383.258,89</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	93.408.091,62	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	93.408.091,62	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de São José de Mipibu  
Câmara Municipal de São José de Mipibu

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
2º semestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		2.383.258,89		2,55 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		5.604.485,50		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		5.324.261,23		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		5.044.036,95		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de São José de Mipibu - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:52:31

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

VERÔNICA SENRA DA SILVA  
Presidente CPF: 728.193.247-20

LUCIENE CAVALCANTE MOREIRA DE CARVALHO  
Técnico Contabilidade CRC/RN 7.038

TATIANE KARLA COSTA DA SILVA  
Diretora Financeira CPF: 035.479.134-62

ELIZANGELA DANTAS FERREIRA  
Controladora CPF: 024.141.224-20

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ**

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Extremoz  
Câmara Municipal de Extremoz

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A) - (B+C+D+E) - F	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL (C)				
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (B)	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (D)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	979,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	979,79	0,00	0,00
Recursos Ordinários	979,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	979,79	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	979,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	979,79	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Extremoz - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:46:09

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Extremoz  
Câmara Municipal de Extremoz

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
FÁBIO VICENTE DA SILVA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
THAIS CRISTINA DE CARVALHO A. VIEIRA  
CONTADOR CRC/RN 8544/0

\_\_\_\_\_  
JOSEANE GRACIANO DE SOUZA  
DIRETORA FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
DIONE SILVA AZEVEDO  
CONTROLADORA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS**

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: 3º QUADRIMENSTRE DE 2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício Anterior	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0100000000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I) + (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**JOSÉ ARNALDO DA COSTA**  
PRESIDENTE

**JOÃO CARLOS DA COSTA**  
TESOUREIRO

**ROBSPEIRRE HAMURABI DE AZEVEDO DA SILVA**  
CONTABILISTA CRC/RN 8305/-6

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	22.864.701,23	
Receita Corrente Líquida Ajustada	22.864.701,23	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	903.496,76	3,95%
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.371.882,07	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.303.287,97	5,70%
Limite de Alerta (Inciso II do par. 1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.234.693,86	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
Valor total	26.315,80	28.394,56

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Jardim do Seridó  
Câmara Municipal de Jardim do Seridó

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

FONTE: SISTEMA: Aspecto Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Jardim do Seridó - DATA DA EMISSÃO: 25/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 12:00:15

---

IRON LUCAS DE OLIVEIRA JÚNIOR  
VEREADOR PRESIDENTE

---

GENOCLEZIA MAZIA MAFRA DA ROCHA  
Assessora Contábil

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - SEMESTRE JULHO/DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		até o 1º Semestre	até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	37.726,62	19.523,15	-10.921,43
Disponibilidade de Caixa	35.183,99	17.149,75	-13.072,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	35.183,99	17.149,75	-13.072,63
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.542,63	2.373,40	2.151,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-37.726,62	-19.523,15	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.809.579,57	18.053.434,13	19.662.198,54
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-0,24	-0,11	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [ 90,00%]	0,00	0,00	0,00
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	33,34	33,34	96,76
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.183,99	200,00	200,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

Notas: DISPONIBILIDADES DE CAIXA EM 31/12/2018 = R\$ 0,00

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS EM PERÍODO ESPECÍFICO LIQUIDADAS												Total de Mês Específicos	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Março/2019	Abril/2019	Maior/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	47.607,76	54.475,40	45.396,13	47.891,19										195.370,48	
Pessoal Ativo	47.607,76	54.475,40	45.396,13	47.891,19										195.370,48	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	39.345,26	46.212,90	37.522,97	37.522,97										160.604,10	
Obrigações Patronais	8.262,50	8.262,50	7.873,16	10.368,22										34.766,38	
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas															
Aposentadorias, Reserva e Reformas															
Pensões															
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)															
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados															
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	47.607,76	54.475,40	45.396,13	47.891,19										195.370,48	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														195.370,48	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.662.198,54	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	19.662.198,54	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)	195.370,48	0,99 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.179.731,91	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (§ único do art. 22 da LRF)	1.120.745,32	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.061.758,72	5,40 %

FONTE: CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

NOTAS:

CAMARA DE TENENTE LAURENTINO CRUZ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**SETEMBRO DE 2018 A DEZEMBRO DE 2018**

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

em Reais

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
3º Quadrimestre de 2018		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)
6,00 %	0,99 %	-5,01 %

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE**

CAMARA MUNICIPAL DE BOA SAUDE															R\$ 1,00
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL															
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL															
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL															
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 6º BIMESTRE															
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") / MDF 8ª Edição															
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS														
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.790,09	42.786,73	45.003,27	45.575,50	44.205,00	60.312,22	44.095,14	45.761,70	45.957,29	45.961,75	45.053,70	59.564,58	563.066,97	0,00	
Pessoal Ativo	38.790,09	42.786,73	45.003,27	45.575,50	44.205,00	60.312,22	44.095,14	45.761,70	45.957,29	45.961,75	45.053,70	59.564,58	563.066,97	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	38.790,09	38.744,61	37.790,61	38.814,39	37.790,61	52.398,66	37.790,61	38.744,61	38.744,61	38.749,11	37.790,61	49.630,61	485.779,13		
Obrigações Patronais	0,00	4.042,12	7.212,66	6.761,11	6.414,39	7.913,56	6.304,53	7.017,09	7.212,68	7.212,64	7.263,09	9.933,97	77.287,84		
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.047,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047,20	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.047,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047,20	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imposto de Renda Retido na Fonte-Trabalho (Decisão nº 720/2007 – TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.742,89	42.786,73	45.003,27	45.575,50	44.205,00	60.312,22	44.095,14	45.761,70	45.957,29	45.961,75	45.053,70	59.564,58	562.019,77	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.216.735,47	-
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.216.735,47	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	562.019,77	2,78%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.213.004,13	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.152.353,92	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF)	1.091.703,72	5,40%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh:h e mm>

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período>			<Exercício do segundo período>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
Máximo	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (c x 1/3)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
(a)								

**SEVERINO PAULINO SILVA FILHO - PRESIDENTE - THIAGO JOSE DOS SANTOS COSTA - TESOUREIRO**  
**MARINEIA DA SILVA - CONTROLADORA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR**

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo VII R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida	561.477.105,24	100,00%
Despesa Total com Pessoal – DTP	14.609.802,84	2,41%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 54,00%	36.336.497,53	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 51,30%	34.519.672,65	5,70%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00%
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00%
<b>OPERACÕES DE CRÉDITO</b>	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00%
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00%
<b>RESTOS A PAGAR</b>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
Valor Apurado nos demonstrativos respectivos		

**Marcelo Henrique Gomes dos Santos**  
Controlador

**Luiz Gustavo Moura de Almeida**  
Diretor Financeiro

**Maria Izabel Araújo Montenegro**  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

ANEXO 19							Poder/Órgão : CAMARA MUNICIPAL DE BOA SAUDE		
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar							Bimestre: .06/2018		
Em Reais									
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		RP Liquidados e Não Pagos		RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
		(a)	(b)	(c)	(d)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Fundeb 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

SEVERINO PAULINO SILVA FILHO - PRESIDENTE - THIAGO JOSE DOS SANTOS COSTA - TESOUREIRO  
MARINEIA DA SILVA - CONTROLADORA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\_\_\_\_\_  
José Pequeno Nicácio  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Eiilson da Silva Nascimento  
Contador

\_\_\_\_\_  
Andrielle Francile da Silva  
Controladora

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

**CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d)+e)-f			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Monte Alegre  
Câmara Municipal de Monte Alegre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.281.430,67	0,00
Pessoal Ativo	1.281.430,67	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.063.505,28	0,00
Obrigações Patronais	217.925,39	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	1.281.430,67	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.135.751,16	-
(-) Transferência obrigatória da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	47.135.751,16	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Monte Alegre  
Câmara Municipal de Monte Alegre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		1.281.430,67		2,72 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		2.828.145,07		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		2.686.737,82		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		2.545.330,56		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Monte Alegre - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:52:31

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

\_\_\_\_\_  
ANTONIO ANANIAS FILHO  
Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
ANGELA MARIA ALVES DA SILVA  
CONTADORA CRC/RN 8457/0-8

\_\_\_\_\_  
PATRICIA ALVES DOS SANTOS  
Tesoureira

\_\_\_\_\_  
EDILSON AMANCIO LIMA  
CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA

CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR CONTRATUALMENTE PREVISTO		VALOR EXECUTADO ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)	
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>			
Mobiliária			
Interna			
Externa			
Contratual			
Interna			
Abertura de Crédito			
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro			
Derivadas de PPP			
Demais Aquisições Financiadas			
Antecipação de Receita			
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços			
Demais Antecipações de Receita			
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)			
Outras Operações de Crédito			
Externa			
-Tipo de operação-			
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>			
Parcelamentos de Dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial			
Programa de Iluminação Pública - RELUZ			
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		-	
OPERAÇÕES EQUIPARADAS E VEDADAS - (LRF, art. 37) (III)			
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)			
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)			

FONTE:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ  
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2018 Pág.: 1/1

Período de Referência: 3º Quadrimestre

RGF - Anexo 3 (LRF, art 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, S 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	457.892.046,69	497.080.757,86	561.477.105,24
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	0,00	100.736.250,27	109.357.766,73	123.524.963,15
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1 do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>				
AOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII+VIII+IX+X)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Marcelo Henrique Gomes do Santos  
CONTROLADOR

LUIZ GUSTAVO MOURA DE ALMEIDA  
DIRETOR FINANCEIRO

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO  
PRESIDENTE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA

CÂMARA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)			
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE:			



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Nísia Floresta  
Câmara Municipal de Nísia Floresta

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (E)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (F)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO) (1) (G) = (A - (B+C+D+E) - F)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR E NÃO PAGOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DO EXERCÍCIO ATUAL					
		(B)	(C)	(D)	(D)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Nísia Floresta - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 16:54:14

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Nísia Floresta  
Câmara Municipal de Nísia Floresta

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

---

POLYANA CAVALCANTI DIAS BARROS  
Presidente da Câmara

---

JOSÉ GERLI DOS SANTOS DA SILVA  
Contador CRC/RN 012290/0-8

---

MADSON MANOEL DO NASCIMENTO NERY  
Diretor Financeiro

---

ALCIR RAFAEL FERNANDES CONCEIÇÃO  
Controlador Geral

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

1 of 1

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)			
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,11	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,11	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,11	0,00	0,00

WILINENE CRISTINA DA SILVA

PRESIDENTE

PEDRO FELINTO NUNES

CONTADOR

ROGÉRIO AVELINO DE LIMA

CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: 3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	567.187,02	0,00
Pessoal Ativo	567.187,02	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	891,20	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
IRRF decisão TCE/RN	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	565.325,82	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	565.325,82	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	18.933.365,47	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	<b>VALOR</b>
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	2,99%	RS 565.325,82
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6%	1.136.001,93
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	5,7%	1.079.201,83
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5,4%	1.022.401,74

FONTE: Setor Contábil, Data da emissão 24/01/2019 e hora de emissão 11h e 32m>

JOSE ARNALDO DA COSTA  
PRESIDENTE DO REFERIDO EXERCÍCIO

ROBESPEIRRE HAMURABI DE AZEVEDO DA SILVA  
CONTABILISTA CRCRN: 8305/O-6

JOÃO CARLOS DA COSTA  
TESOUREIRO DO REFERIDO EXERCÍCIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS  
Demonstrativo Simplificado de Gestão Fiscal

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil  
Exercício: 2018 Data: 25/01/2019 16:42:07 Pág.: 1/1

Período de Referência: SET a DEZ/2018

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		24.062.771,99	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		779.065,35	3,24
Limite Máximo (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		1.443.762,72	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		1.371.578,00	5,70
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0,00	-26.281,56

JOSIAS LEANDRO DE SOUZA  
PRESIDENTE

Maria Aline de Lima e Silva  
TESOUREIRO(A)

ANDRÉ BALDUÍNO BISPO  
CONTROLADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS  
 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Exercício Financeiro: 2018

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELAS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.281,56</b>	<b>-26.281,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
0100000000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	26.281,56	-26.281,56	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I) + (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.281,56</b>	<b>-26.281,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

JOSIAS LEANDRO DE SOUZA  
 PRESIDENTE

Maria Aline de Lima e Silva  
 TESOUREIRO(A)

ANDRÉ BALDUÍNO BISPO  
 CONTROLADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo 15

Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Bimestre: NOVEMBRO-DEZEMBRO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados
	Liquidadas													
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	63.686,74	59.382,57	63.686,74	65.960,74	63.518,08	63.518,08	70.563,35	62.206,28	53.760,57	75.384,59	64.647,17	73.150,44	779.065,35	0,00
Pessoal Ativo	63.686,74	59.382,57	63.686,74	65.960,74	63.518,08	63.518,08	70.563,35	62.206,28	53.760,57	75.384,59	64.647,17	73.150,44	779.065,35	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	53.760,57	59.382,57	53.760,57	55.634,57	55.634,57	55.634,57	53.760,57	53.760,57	53.760,57	53.760,57	54.229,07	61.256,57	664.335,34	0,00
Obrigações Patronais	9.926,17	0,00	9.926,17	9.926,17	7.883,51	7.883,51	16.802,78	8.445,71	0,00	21.624,02	10.418,10	11.893,87	114.730,01	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas ( §1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	63.686,74	59.382,57	63.686,74	65.960,74	63.518,08	63.518,08	70.563,35	62.206,28	53.760,57	75.384,59	64.647,17	73.150,44	779.065,35	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL Ajustada</b>
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)													24.062.771,99	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V)													0,00	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada (VI)													24.062.771,99	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VII) = (III + IIIb)													779.065,35	3,24
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)													1.443.762,72	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)													1.371.578,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)													1.299.389,69	5,40

JOSIAS LEANDRO DE SOUZA  
PRESIDENTE

Maria Aline de Lima e Silva  
TESOUREIRO(A)

ANDRÉ BALDUÍNO BISPO  
CONTROLADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

**CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	17.478.016,84
Receita Corrente líquida Ajustada	17.478.016,84

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	693.544,24	3,97
Limite Máximo (Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	1.048.681,01	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	996.246,96	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.383], CAMARA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

Portaria Nº 495 de 2017





Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

Outros Benefícios Previdenciár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Inven	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>111.527,28</b>	<b>111.527,28</b>	<b>111.527,28</b>	<b>127.160,28</b>	<b>208.433,96</b>	<b>1.472.006,09</b>		<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	44.586.025,39	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (S13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 %
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	44.586.025,39	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIa - IIb)	1.472.006,09	3,30 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I,II e III do art. 20 da LRF )	2.675.161,52	6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.541.403,44	5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	2.407.645,37	5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Caraúbas - DATA DA EMISSÃO: 26/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 09:06:23

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aqui as em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas nas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da lei 4.320/64

Rio Grande do Norte  
Governho Municipal de Caraúbas  
Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

pag.: 0003

---

JOSEAN FERNANDES DE AROIM  
PRESIDENTE

---

FRANCISCO DE ASSIS BRITO  
CONTADOR

---

LEILA CRISTINA DA SILVA  
TESOUREIRA

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ANGICOS**

Rio Grande do Norte  
Govern Municipal de Angicos  
Câmara Municipal de Angicos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0001

Anexo 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (1)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ANTERIORES	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO ATUAL					
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)=	(A)-(B+C+D+E)-F			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspect Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Angicos - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 13:15:33

NOTA: (1) Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Angicos  
Câmara Municipal de Angicos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Pag.: 0002

\_\_\_\_\_  
CLOVES TIBURCIO DA COSTA  
PRESIDENTE

\_\_\_\_\_  
ITALO GABRIEL BESERRA DE OLIVEIRA  
ASSESSOR CONTABIL

\_\_\_\_\_  
FERNANDA RIZIA FERNANDES ROCHA  
DIRETORA FINANCEIRA

\_\_\_\_\_  
SINARIA RODRIGUES DA SILVA  
CONTROLADORA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUUEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE IPUUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até DEZEMBRO / 2018	
		RECEITAS REALIZADAS (a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Cota-parte do FPM	0,00	0,00	0,00
Cota-parte do ICMS	0,00	0,00	0,00
Cota-parte do IPVA	0,00	0,00	0,00
Cota Parte do ITR	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Resduas	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = ((I) - (II) + III)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = ((V) - (VI) + VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até DEZEMBRO / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	893.000,00	721.667,64	721.667,64	721.667,64	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	648.000,00	541.275,87	541.275,87	541.275,87	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	245.000,00	180.391,77	180.391,77	180.391,77	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	245.000,00	180.391,77	180.391,77	180.391,77	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	893.000,00	721.667,64	721.667,64	721.667,64	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	50.000,00	6.101,50	6.101,50	6.101,50	0,00	0,00	0,00
Investimentos	50.000,00	6.101,50	6.101,50	6.101,50	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. PRIM. DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	50.000,00	6.101,50	6.101,50	6.101,50	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)</b>	<b>943.000,00</b>	<b>727.769,14</b>	<b>727.769,14</b>	<b>727.769,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)] -727.769,14

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada - Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

CAMARA MUNICIPAL DE IPUEIRA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

JUROS NOMINAIS		Até DEZEMBRO / 2018	
		VALOR INCORRIDO	
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		0,00	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		0,00	
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>		<b>-727.769,14</b>	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00	
ABAIXO DA LINHA			
CALCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dez / 2017 (a)	Até DEZEMBRO / 2018 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)	-235,04	36,87	
Disponibilidade de Caixa	-110,76	36,87	
Disponibilidade de Caixa Bruta	223,98	371,61	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	334,74	334,74	
Demais Haveres Financeiros	-124,28	0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	-36,87	
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>		<b>36,87</b>	
AJUSTE METODOLÓGICO		Até DEZEMBRO / 2018	
VARIACÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		0,00	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00	
OUTROS AJUSTES (XXXV)		0,00	
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)</b>		<b>36,87</b>	
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)</b>		<b>36,87</b>	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ**

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo 15

Exercício: 2018 - Pág.: 1/1

Bimestre: NOVEMBRO-DEZEMBRO/2018

RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados
	Liquidadas													
	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018	05/2018	06/2018	07/2018	08/2018	09/2018	10/2018	11/2018	12/2018		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	1.256.055,69	1.288.604,91	1.320.165,98	1.314.911,50	1.321.033,70	1.492.975,89	1.257.428,23	1.350.970,83	1.244.146,98	1.313.225,40	1.237.153,66	1.417.204,46	15.813.877,23	0,00
Pessoal Ativo	1.256.055,69	1.288.604,91	1.320.165,98	1.314.911,50	1.321.033,70	1.492.975,89	1.257.428,23	1.350.970,83	1.244.146,98	1.313.225,40	1.237.153,66	1.417.204,46	15.813.877,23	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.188.551,06	1.073.752,59	1.102.522,60	1.105.155,09	1.112.463,18	1.285.181,26	1.102.223,47	1.144.090,77	1.048.083,76	1.116.086,52	1.047.246,57	1.266.587,22	13.591.944,09	0,00
Obrigações Patronais	67.504,63	214.852,32	217.643,38	209.756,41	208.570,52	207.794,63	155.204,76	206.880,06	196.063,22	197.138,88	189.907,09	150.617,24	2.221.933,14	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas ( §1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	1.256.055,69	1.288.604,91	1.320.165,98	1.314.911,50	1.321.033,70	1.492.975,89	1.257.428,23	1.350.970,83	1.244.146,98	1.313.225,40	1.237.153,66	1.417.204,46	15.813.877,23	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL Atuada</b>
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)													561.477.105,24	0,00
(-) Transferências obrigatórias da união relativas às emendas individuais (V)													0,00	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada (VI)													561.477.105,24	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VII) = (III + IIb)													15.813.877,23	2,82
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)													33.688.626,31	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)													32.004.195,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)													30.319.763,68	5,40

Marcelo Henrique Gomes do Santos  
CONTROLADOR

LUIZ GUSTAVO MOURA DE ALMEIDA  
DIRETOR FINANCEIRO

MARIA IZABEL ARAÚJO MONTENEGRO  
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

<b>ANEXO 24</b>		Poder/Órgão:	<b>CÂMARA MUNICIPAL DE BOA SAUDE</b>	
Demonstrativo das Despesas do Poder Legislativo		Bimestre de Referência:	<b>06/2018</b>	
Art. 29, inciso VI, 'a' a 'f' CF				
<b>REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS VEREADORES</b>				
Nº de habitantes do município				10.000
Nº de Vereadores				9
Remuneração Individual dos Vereadores (R\$)				2.466,81
Remuneração do Presidente da Câmara (R\$)				3.289,08
Ato Normativo:				Não Informado
Art. 29-A caput e incisos I a IV, CF				
<b>DESPESAS GERAIS / PODER LEGISLATIVO</b>				
Receitas efetivas de Tributos e Transferências no exercício anterior				10.670.501,14
Despesas do Poder Legislativo no exercício atual				
Limite legal (percentual)		7%	Valor (R\$)	746.935,08
Limite atingido (percentual)		7,00%	Valor (R\$)	746.935,08
Art. 29-A §1, CF				
<b>DESPESAS PESSOAL</b>				
Receita do Poder Legislativo - duodécimos				746.935,08
Despesas com Folha de Pagamento				
Limite legal (percentual)		70%	Valor (R\$)	522.854,56
Limite atingido (percentual)		64,90%	Valor (R\$)	484.731,93
Art. 29, VII, CF				
<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES</b>				
Receita do Município (Exercício Atual)				20.216.735,47
Remuneração dos Vereadores (Exercício Atual)				
Limite legal (percentual)		5%	Valor (R\$)	1.010.836,77
Limite atingido (percentual)		1,37%	Valor (R\$)	276.785,00
Art. 20, III, 'a', da LRF				
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>				
Total da Receita Corrente Líquida				20.216.735,47
Despesas com Pessoal				
Limite legal (percentual)		6%	Valor (R\$)	1.213.004,13
Limite atingido (percentual)		2,78%	Valor (R\$)	562.019,77
<b>SEVERINO PAULINO SILVA FILHO - PRESIDENTE - THIAGO JOSE DOS SANTOS COSTA - TESOUREIRO</b> <b>MARINEIA DA SILVA - CONTROLADORA - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR</b>				

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE GOIANINHA**

Rio Grande do Norte  
Govern o Municipal de Goi aninha  
Câmara Municipal de Goi aninha

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.696.851,82	0,00
Pessoal Ativo	1.696.851,82	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.402.968,82	0,00
Obrigações Patronais	293.883,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art.19 da LRF)	2.173,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.173,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESP. LÍQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)</b>	<b>1.694.678,82</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	77.449.996,66	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	77.449.996,66	100,00 %

Rio Grande do Norte  
Governador Municipal de Goiânia  
Câmara Municipal de Goiânia

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0002

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		1.694.678,82		2,19 %
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		4.646.999,80		6,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		4.414.649,81		5,70 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)		4.182.299,82		5,40 %

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Goiânia - DATA DA EMISSÃO: 31/12/2018 - HORA DA EMISSÃO: 17:18:16

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

ODILON ERNESTINO BARBALHO  
Presidente da Câmara Municipal

AMARILDO CAVALCANTE MOREIRA  
TÉCNICO EM CONTABILIDADE CRC/RN 4.897

RAPHAEL PERON DE OLIVEIRA LISBOA  
Tesoureiro

JOSE AUGUSTO DE SOUZA  
Controlador Interno

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO**

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO/RN  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 6º BIMESTRE

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") / MDF 8ª Edição

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(Números 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OCT/2018	NOV/2018	DEZ/2018			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.079,74	50.111,13	41.586,00	58.636,26	50.111,13	50.111,13	50.111,13	41.586,00	50.111,13	50.111,13	50.111,13	58.623,00	601.288,93	0,00	
Pessoal Ativo	50.079,74	50.111,13	41.586,00	58.636,26	50.111,13	50.111,13	50.111,13	41.586,00	50.111,13	50.111,13	50.111,13	58.623,00	601.288,93	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	50.079,74	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	41.586,00	507.525,76		
Obrigações Patronais	0,00	8.525,13	0,00	17.050,26	8.525,13	8.525,13	8.525,13	0,00	8.525,13	8.525,13	8.525,13	17.037,00	93.763,17		
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reforma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.493,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.493,74	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.493,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.493,74	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.493,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.493,74		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Imposto de Renda Retido na Fonte-Trabalho (Decisão nº 720/2007 - TCE/RN)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.586,00	50.111,13	41.586,00	58.636,26	50.111,13	50.111,13	50.111,13	41.586,00	50.111,13	50.111,13	50.111,13	58.623,00	592.795,17	0,00	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.604.626,45	-
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) § 13, art. 166 da CF	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	15.604.626,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	592.795,17	3,80
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	936.277,59	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	889.463,71	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	842.649,83	5,40

FONTE: Sistema "Nome", Unidade Responsável "Nome", Data da emissão "dd/mm/aaaa" e hora de emissão "hh:mm".

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CAMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6

RS 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	15.123.499,27
Receita Corrente líquida Ajustada	15.123.499,27

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	641.740,94	4,24
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	907.409,96	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	862.039,46	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	0,00	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

\_\_\_\_\_  
José Pequeno Nicácio  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Eleilson da Silva Nascimento  
Contador

\_\_\_\_\_  
Andriele Francile da Silva  
Controladora

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.359], CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

Portaria Nº 495 de 2017

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE UMARIZAL**

Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Umarizal  
Câmara Municipal de Umarizal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até Dezembro)

Pag.: 0001

Anexo 6 - LRF, Art. 48,

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita corrente líquida	20.885.142,54	
Receita corrente líquida ajustada	20.885.142,54	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa total com Pessoa - DTP	852.743,82	4,08%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=	1.253.108,55	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=	1.190.453,12	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <=	1.127.797,70	5,40%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida consolidada líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES)	
	INSCRIÇÃO EM	DA INSCRIÇÃO EM
	RESTOS A PAGAR NÃO	RESTOS A PAGAR NÃO
	PROCESSADOS	PROCESSADOS DO
	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO)
valor total	0,00	0,00



*Cláudio Markus F. de Moura*  
CPF: 009.833.914-16  
CPF: 00180470-7  
@camaramrn


Rio Grande do Norte  
Governo Municipal de Umarizal  
Câmara Municipal de Umarizal


RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL - DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º quadrimestre de 2018 (até dezembro)

Pág.: 0002

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Umarizal - DATA DA EMISSÃO: 28/01/2019 - HORA DA EMISSÃO: 13:35:15

  
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA  
Presidente da Câmara Municipal

  
MILTON LUIZ DA SILVA MEDEIROS  
Contador

  
ALINE MOURA DOS SANTOS NASCIMENTO  
Sec. de Finanças

  
Glaydson Marques F. de Moura  
CPF: 009.539.914-16  
CND: 010200410-Z  
GLAYDSON MARQUES F. DE MOURA  
CONTADOR

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÚ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
ANEXO 22 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2018 - 3º QUADRIMESTRE			
		RCL	
LRf, art. 48 - Anexo VII		13.177.195,33	R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		599.035,85	4,55%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		790.631,72	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		751.100,13	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		15.812.634,40	120%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		-	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.898.982,97	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		-	0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		2.108.351,25	16%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		922.403,67	7%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		0	0

MARIA DO SOCORRO DE PAULA OLIVEIRA - PRESIDENTE - FRANCISCO DAS CHAGAS DE AQUINO SOUZA - CONTROLADOR -  
ADAMO SAVIO DIAS XAVIER PEIXOTO - TESOUREIRO - EVERALDO DE LIMA NOBREGA - CONTADOR